

PUCRS

FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM SOCIEDADES HIBÉRICAS E AMERICANAS

FÁBIO BLOISE MUNDSTOCK

**A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONALISMO NO FUTEBOL BRASILEIRO SOB O  
GOVERNO VARGAS**

Porto Alegre  
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM SOCIEDADES HIBÉRICAS E AMERICANAS

*Dissertação de Mestrado*

**A Regulamentação do Profissionalismo no Futebol Brasileiro sob o Governo Vargas**

Fábio Bloise Mundstock

Orientador: Prof. Dr. Luis Rosenfield

Porto Alegre, março 2025

## Ficha Catalográfica

M965r Mundstock, Fábio Bloise

A Regulamentação do Profissionalismo no Futebol Brasileiro sob o Governo Vargas / Fábio Bloise Mundstock. – 2025.  
108.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Rosenfield.

1. Futebol. 2. Estado Novo. 3. Era Vargas. 4. Futebol Brasileiro. 5. Profissionalismo no Futebol. I. Rosenfield, Luis. II. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM SOCIEDADES HIBÉRICAS E AMERICANAS

**A Regulamentação do Profissionalismo no Futebol Brasileiro sob o Governo Vargas**

Dissertação de Mestrado

Fábio Bloise Mundstock

Prof. Dr. Luis Rosenfield  
Orientador

Porto Alegre, março 2025

## RESUMO

Esta dissertação aborda o futebol não apenas como uma prática esportiva, mas como um fenômeno de expressão cultural no Brasil e um meio de ascensão social para uma parcela da população inicialmente excluída. Introduzido no país como uma forma de lazer dos imigrantes e da elite, o futebol rapidamente se tornou o entretenimento preferido da população e um caminho para a mobilidade social de negros e pobres, especialmente com a possibilidade de profissionalização dos atletas. No contexto das transformações do futebol brasileiro, destacam-se as incertezas em relação à sua popularização e a resistência à inclusão das camadas menos favorecidas. Nesse cenário, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder trouxe mudanças significativas, com a priorização das questões sociais e a regulamentação das profissões como parte de seu projeto político. O estudo foi estruturado em três partes. Na primeira, analisa-se a evolução das políticas trabalhistas implementadas por Vargas, com foco na regulamentação profissional. A segunda parte examina a trajetória do futebol brasileiro e o processo de profissionalização dos jogadores. Por fim, a terceira parte investiga a influência direta do governo Vargas no desenvolvimento e consolidação do futebol profissional no Brasil. O principal objetivo desta dissertação foi identificar o impacto da regulamentação das profissões durante o governo Vargas no processo de profissionalização dos atletas de futebol. A pesquisa demonstra como as políticas trabalhistas contribuíram para a institucionalização do futebol como uma atividade profissional, consolidando sua relevância social e econômica no país.

**Palavras chaves:** Futebol. Futebol brasileiro. Jogador profissional. Estado Novo. Era Vargas.

## ABSTRACT

This dissertation addresses football not only as a sport, but as a phenomenon of cultural expression in Brazil and a means of social advancement for a portion of the population that was initially excluded. Introduced into the country as a form of leisure for immigrants and the elite, football quickly became the preferred entertainment of the population and a path to social mobility for blacks and the poor, especially with the possibility of professionalizing athletes. In the context of the transformations of Brazilian football, the uncertainties regarding its popularization and the resistance to the inclusion of the less favored classes stand out. In this scenario, Getúlio Vargas' rise to power brought significant changes, with the prioritization of social issues and the regulation of professions as part of his political project. The study was structured in three parts. The first analyzes the evolution of labor policies implemented by Vargas, focusing on professional regulation. The second part examines the trajectory of Brazilian football and the process of professionalization of players. Finally, the third part investigates the direct influence of the Vargas government on the development and consolidation of professional football in Brazil. The main objective of this dissertation was to identify the impact of the regulation of professions during the Vargas government on the process of professionalization of football athletes. The research demonstrates how labor policies contributed to the institutionalization of football as a professional activity, consolidating its social and economic relevance in the country.

**Keywords:** Football. Brazilian football. Professional player. Estado Novo. Vargas Era.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Família ouvindo rádio. Dezembro de 1942. Fonte: Arquivo Nacional.....                    | 109 |
| Figura 2 - A figura de Getúlio no dia do trabalhador. 01/05/1942. Fonte: Arquivo Nacional.<br>..... | 109 |
| Figura 3 - Homenagem a Nilton Santos. 01/05/1952. Fonte: Arquivo Nacional. ....                     | 110 |
| Figura 4 - Desfile de Getúlio. 01/05/1952 – Arquivo Nacional. ....                                  | 110 |

## ABREVIATURAS

|        |   |
|--------|---|
| AAF    | Asociación Argentina de Football                                  |
| AAMF   | Asociación Amateurs de Football                                   |
| AAAMF  | Asociación Amateurs Argentinos de Football                        |
| AL     | Aliança Liberal   |
| AMEA   | Associação Metropolitana de Esportes Athléticos                   |
| APEA   | Associação Paulista de Esportes Athléticos                        |
| ASP    | Associação Sportiva Paranaense                                    |
| AUF    | Asociación Uruguaya de Fútbol                                     |
| CAPES  | Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBD    | Confederação Brasileira de Desportos                              |
| CBF    | Confederação Brasileira de Futebol                                |
| CLT    | Consolidação das Leis do Trabalho                                 |
| CND    | Conselho Nacional de Desportos                                    |
| CNPL   | Confederação Nacional das Profissões Liberais                     |
| CNPQ   | Conselho Nacional de Pesquisas                                    |
| CSN    | Companhia Siderúrgica Nacional                                    |
| DIP    | Departamento de Imprensa e Propaganda                             |
| DPDC   | Departamento de Propaganda e Difusão Cultural                     |
| FBF    | Federação Brasileira de Futebol                                   |
| FBS    | Federação Brasileira de Sports                                    |
| FIFA   | Fédération Internationale de Football Association                 |
| FRGD   | Federação Rio Grandense de Desportos                              |
| GRENAL | Junção das palavras Grêmio e Internacional                        |
| IAB    | Instituto dos Advogados do Brasil                                 |
| LAF    | Liga Argentina de Football  |
| LCF    | Liga Carioca de Foot-Ball   |
| LFRJ   | Liga de Futebol do Rio de Janeiro                                 |
| LMDT   | Liga Metropolitana de Desportos Terrestres                        |
| LUFP   | Liga Uruguaya de Football Profissional                            |

|       |   |
|-------|---|
| OAB   | Ordem dos Advogados do Brasil               |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| TST   | Tribunal Superior do Trabalho               |
| UDF   | Universidade do Distrito Federal            |
| USP   | Universidade de São Paulo                   |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 11  |
| <b>CAPÍTULO 1 - O GOVERNO VARGAS E A REGULAMENTAÇÃO DAS PROFISSÕES</b><br>..... | 13  |
| Introdução .....  | 13  |
| A Era Vargas .....  | 18  |
| A regulamentação das profissões.....  | 28  |
| <b>CAPÍTULO 2 - A EVOLUÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO (Até 1933)</b> .....           | 36  |
| Início do futebol .....   | 36  |
| A chegada do futebol no Brasil .....  | 38  |
| O desenvolvimento do esporte e o crescimento das capitais.....                  | 41  |
| O amadorismo e o surgimento das Ligas.....                                      | 48  |
| O futebol passa por mudanças estruturais .....                                  | 51  |
| A questão racial vem à tona.....  | 52  |
| O comportamento da imprensa.....  | 54  |
| A participação dos jogadores de cor e dos pobres bons de bola.....              | 55  |
| Surgem as exceções .....  | 57  |
| As Ligas paralelas.....   | 58  |
| O primeiro a romper paradigmas.....   | 60  |
| O Vasco da Gama coloca o amadorismo em xeque.....                               | 62  |
| A lei do estágio .....  | 65  |
| A epopéia do Vasco.....   | 66  |
| O profissionalismo no contexto internacional .....                              | 68  |
| <b>CAPÍTULO 3 – A PROFISSIONALIZAÇÃO E O GOVERNO VARGAS</b> .....               | 73  |
| Enfim o profissionalismo .....  | 73  |
| O papel do rádio .....  | 78  |
| Melhorando a estrutura do futebol.....  | 79  |
| O Governo passa a intervir .....  | 81  |
| O uso político dos estádios .....   | 89  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 95  |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 98  |
| <b>ANEXO 1 – Fotografias</b> .....  | 109 |

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do tema futebol no Brasil, não somente como uma forma de lazer, trazida por colonos europeus e por brasileiros da elite que tiveram a sorte de estudar em grandes centros da efervescência industrial no Velho Continente. O futebol acompanhou as transformações sociais e políticas que o país vinha enfrentando, desde o início do século XX. Dos campinhos do subúrbio até os bonitos gramados dos grandes estádios, o futebol virou um motivo de sonho e um meio de ascensão social, principalmente para as classes menos abastadas da população. Em menos de meia década, o futebol tornou-se uma paixão nacional e um fenômeno cultural sem precedentes no Brasil. Aliado a cultura carnavalesca e a força do brasileiro em sempre lutar por condições melhores, o futebol se tornou em um agente transformador social e objeto de união nacional.

O interesse em abordar este tema advém da paixão pela história da evolução do futebol brasileiro e a forma como o futebol é diretamente impactado com as evoluções políticas, sociais, econômicas e culturais do nosso país. Até o início da década de 30 do século passado, embora o futebol captasse cada vez mais a atenção da população, seus gestores e a própria sociedade elitista da época, insistiam em deixar de fora da prática esportiva jogadores negros e pobres. Fatores externos davam sinais de mudanças, principalmente com a perda de jogadores talentosos para países mais desenvolvidos no esporte, mas a desorganização e os costumes que se impunham à época impediam que a mudança ocorresse.

A partir de 1930 o Brasil passou por um processo de transformação política, econômica, mas, sobretudo social. O governo de Getúlio Vargas criou políticas de desenvolvimento econômico, através de uma industrialização voltada ao mercado interno, mas foi em relação à regulamentação do meio de trabalho e a promoções dos direitos sociais que foi construído o seu maior legado. Estabeleceu a regulamentação de uma série de profissões, na qual o futebol foi inserido. Promoveu o nacionalismo, através de políticas que valorizavam a cultura nacional e o futebol fez parte importante deste processo de mudança. Conforme citação de Souza<sup>1</sup> sobre o pensamento do historiador Eric Hobsbawm associado a Ranger<sup>2</sup> “O futebol não é apenas um esporte, mas um fenômeno de massas”, ganhando características de arte.

---

<sup>1</sup> SOUZA, Elysandra Caroline Alves. A história do futebol no Brasil: Apontamentos acerca da periodização historiográfica. I Simpósio internacional de estudos sobre futebol. 15 pg. Universidade Federal do Paraná, São Paulo, **Anais...**, 2010. p. 3.

<sup>2</sup> HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Paz e Terra, 1988.

O objetivo deste trabalho é identificar qual o impacto da regulamentação das profissões durante o governo Vargas no processo de profissionalização dos atletas do futebol brasileiro.

A primeira parte da dissertação faz um apanhado evolutivo das principais políticas sociais impostas pelo governo Vargas, dando enfoque à regulamentação das profissões com a formação de Entidades e Sindicatos, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho.

A segunda parte discorre sobre a chegada do futebol no Brasil, sua evolução, diante de distorções sociais como a inclusão de pobres e homens de cor no esporte. Mediante o crescimento da popularidade do futebol, vão-se constituindo as Ligas e a formação de equipes mais fortes para atrair este torcedor.

A parte final da dissertação aborda a transformação do futebol amador para o profissional e as ações do Governo Vargas para a melhoria do esporte, o uso do rádio como meio de divulgação e o uso dos estádios como ferramenta de divulgação das políticas de Governo.

## CAPÍTULO 1 - O GOVERNO VARGAS E A REGULAMENTAÇÃO DAS PROFISSÕES

### Introdução

O processo de regulamentação das profissões no governo Vargas foi de fundamental importância para organizar um mercado de trabalho que vinha sofrendo mudanças radicais na sua estrutura. Em menos de 30 anos o país experimentou um processo migratório do campo para a cidade jamais visto até então. Havia a necessidade de alocar pessoas nos grandes centros, que vinham em busca de trabalho, mesmo que estes centros não tivessem ainda uma estrutura mínima para o atendimento da população, como saneamento básico e infraestrutura adequada. As fábricas começavam a surgir e o advento desta industrialização contribuía para a criação de novos ofícios, exigindo maior organização e a necessidade de qualificação de parte desta mão de obra. Era um processo econômico diferente, voltado principalmente para a produtividade e o resultado financeiro.

O advento do processo de industrialização no mundo, desde a Inglaterra, fomentou a produção capitalista que, muitas vezes, levava o trabalhador ao limite do seu esforço físico. Havia claramente um dualismo entre o dono do capital e o trabalhador e este novo modelo, esta nova forma de relação precisava ser regulada de alguma forma. Por outro lado, a Revolução Russa de 1917 trouxe a tona o modelo socialista e demonstrava que a população mais humilde poderia fazer exigir mudanças e fazer frente à nobreza. Para contribuir com este novo panorama, a Primeira Guerra Mundial trouxe consigo um cenário de incertezas, de fome e de desemprego na Europa, fatos que acarretaram profundas transformações no mundo. Alguns impérios ruíram, mas em contrapartida, deram lugar a regimes totalitários.

Um aspecto importante neste processo de mudança, principalmente na questão do pós Primeira Guerra, foi a remodelagem do papel do Estado na vida social e econômica da população, assim como uma análise do papel social dos indivíduos constituintes daquela sociedade. Em virtude da perda de muitos homens durante a guerra, o papel da mulher precisava ser revisto, pois ela passava a ganhar mais relevância não apenas como a dona do lar, mas como peça importante capaz de reforçar a estrutura do trabalho.

Estes fatores impactaram fortemente o Brasil e as classes trabalhadoras. Naturalmente, havia a necessidade que de transformações sociais, políticas e econômicas ocorressem para readequar o Brasil a este novo cenário mundial. O desenvolvimento industrial impulsionava um forte processo migratório do campo para a cidade, enquanto as consequências da guerra

impactavam a nossa economia. Precisava ocorrer uma mudança estrutural nas políticas de governo capaz de atender as novas demandas.

A grande concentração de trabalhadores nos centros mais importantes do país exigia organização e favoreceu a formação de sindicatos e associações que passaram a se preocupar com o coletivo operariado. Os trabalhadores se uniram e juntaram coragem para reivindicar direitos e melhorias de vida para si e também nos seus locais de trabalho. Melhores salários, melhores condições de trabalho e mais direitos. Iniciava-se um novo ciclo.

A representatividade dos trabalhadores ganhava força e não tardou para que as greves começassem a surgir. Aos poucos, o empresariado e os governos passaram a perceber que se não melhorassem as condições de trabalho, se não melhorassem a saúde do trabalhador não seria possível aumentar a sua produtividade.

Naquela época havia pouca, para não dizer nenhuma regulamentação há cerca das profissões, não havia padronização das práticas relativas aos ofícios, as condições de trabalho eram desiguais, principalmente quanto a relação de trabalho entre homens, mulheres e crianças. O crescimento do setor econômico, através da indústria, aliado a organização dos trabalhadores, forçava o governo a organizar o mercado de trabalho e equacionar a relação entre empregado e empregador, estabelecendo normas de conduta e ética profissional para a harmonia das relações.

A padronização, regulamentação e organização do trabalho só trariam benefícios para o governo e para os agentes pertencentes ao meio produtivo. Ao normatizar e estabelecer critérios profissionais torna-se possível vislumbrar um padrão mínimo de qualidade na prestação de serviços por parte do empregado; Ao valorizar o trabalho, o governo passa a reconhecer a importância da mão-de-obra para o desenvolvimento do país; Ao preocupar-se com a organização, o governo estabelece regras para o exercício das atividades profissionais e para o seu funcionamento; Ao proteger os profissionais o governo garante mais saúde ao trabalhador, acarretando conseqüentemente melhor desempenho laboral, influenciando no crescimento econômico.

Mediante este cenário que o candidato e depois presidente Getúlio Vargas passou a pensar o mercado de trabalho e o trabalhador brasileiro como base para a implementação de suas medidas de governo. Era fundamental que, naquele momento, a regulamentação das profissões fosse estabelecida. Além do aumento da produtividade e organização do mercado de trabalho, como já mencionado, ao proporcionar direitos fundamentais para trabalhador, melhorando a sua qualidade de vida e bem estar, o governo respondia ao apelo destes trabalhadores que exigiam mudanças.

Partindo deste princípio, o governo do presidente Getúlio Vargas esteve, desde o seu início, voltado para a problemática dos direitos sociais conforme cita Schwarcz & Starling<sup>3</sup>. Ainda no período de campanha, quando a AL - “Aliança Liberal” passou a planejar a candidatura presidencial de Vargas e seu vice João Pessoa havia a promessa de enfrentamento da problemática dos direitos sociais de forma bastante contundente. Vargas entendia ser importante evoluir, de forma efetiva, nesta temática.

O fim da década de 20 trazia consigo uma enorme preocupação em relação a economia brasileira, principalmente em virtude da Grande Depressão que ocorrera nos Estados Unidos em 1929 e que, inevitavelmente, alastrou-se pelo mundo todo. O colapso na economia americana acarretou, entre outros fatores, na retração das importações do país em mais de 70%, gerando uma forte intervenção do governo na economia para tentar estancar os graves problemas o mais rápido possível<sup>4</sup>.

Esta crise, sem precedentes, ocasionou a falência de muitas empresas americanas e, conseqüentemente, um forte desemprego nos Estados Unidos, impactando rapidamente na Europa e logicamente no Brasil. Neste período, a economia brasileira estava alicerçada na produção cafeeira que foi certeira atingida. O café era responsável por 70% da exportação brasileira<sup>5</sup>. Nossa produção de café correspondia a cerca de 70% do total mundial e os Estados Unidos, por sua vez, era o principal comprador do produto brasileiro, sendo responsável pela importação de aproximadamente 80% de toda a nossa produção<sup>6</sup>.

Outro fator de forte impacto que abrange a questão do café brasileiro naquele momento é o que menciona Abreu<sup>7</sup> quando relata que as condições meteorológicas foram tão favoráveis ao Brasil que depois de uma produção recorde de café em 1927, o país apresentou outra safra recorde logo em seguida, em 1929, elevando os estoques do produto em quase um ano de produção.

Sendo assim, nossos estoques de café elevaram-se a um nível jamais visto, reduzindo o preço do produto drasticamente e atingindo fortemente a economia brasileira. Este colapso no preço do café aprofundou ainda mais a crise do país, originando uma recessão sem precedentes que culminaria com o fechamento de um ciclo e o fim do regime político vigente no Brasil.

---

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lila Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 354.

<sup>4</sup> MAZZUCHELLI, Frederico. A Crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos**, v. 82, 2008.

<sup>5</sup> PELÁEZ, Carlos Manoel. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 22, n. 1, 1968. p. 17.

<sup>6</sup> RIGO, Luiz Carlos. **Memórias de um futebol de fronteira**. 2001. 245 f. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2001. p. 44.

<sup>7</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2014. p. 69.

A problemática ocasionada pela superprodução de café fez com que o Governo Provisório assumisse a gestão da produção, estocagem e comercialização do produto, no intuito de dirimir as consequências, tanto para o produtor como para o próprio país. Em 1931 o governo decidiu por queimar milhões de sacas de café para conter a queda brutal dos preços no mercado internacional, reduzindo assim a sua oferta<sup>8</sup>.

Durante o período da República Velha, foi estabelecido um tácito acordo político organizado entre oligarcas paulistas e mineiros, a fim de permitir que governantes de São Paulo e de Minas Gerais, através da chamada política “Café com Leite” comandassem o país, perpetuando o seu predomínio. O fim do mandato presidencial de Washington Luís em 1930 assinalava o retorno de um governante mineiro ao poder, provavelmente através da candidatura do presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada.

No entanto, o presidente Washington Luís resolveu romper com o velho pacto, pois entendia que, naquele momento, competia a São Paulo, principal unidade federativa do país, destinar um político para comandar a nação. A atitude do presidente da República acabou por desencadear um forte descontentamento das lideranças mineiras, que passaram a conspirar pelo rompimento da aliança, destinando o seu apoio a uma candidatura de oposição envolvendo o Rio Grande do Sul, através do seu presidente Getúlio Vargas e da Paraíba, através do seu presidente João Pessoa.

Formou-se então a “Aliança Liberal” que se tornou a grande corrente opositora do regime vigente e que veio a disputar a eleição contra a “Concentração Republicana”, fortemente apoiada por dezessete estados federativos, tendo o advogado paulista Júlio Prestes como candidato à presidência e Vital Soares, presidente da Bahia como seu vice.

Naquele momento, o governo de Washington Luís estava bastante desgastado. Múltiplos fatores implicavam no descontentamento com o governo e com a manutenção do Status Quo. Além da quebra da bolsa de valores de Nova York, sendo o estopim para a Grande Depressão de 1929, a crise do setor cafeeiro e ao acirramento das diversas crises políticas e econômicas que envolviam o governo, foram aumentando a insatisfação do povo em relação ao regime oligárquico vigente no país, reforçados por denúncias de corrupção e fraudes eleitorais. Para Abreu<sup>9</sup> fatores como a crise econômica mundial e a crise política brasileira permitiram que houvesse uma profunda alteração na composição social e regional dos grupos politicamente hegemônicos na Velha República.

---

<sup>8</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. *Op. Cit.* p. 84.

<sup>9</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. *Op. Cit.* p. 45.

Importante destacar que devido à forte recessão mundial que impactou diretamente o Brasil, principalmente em virtude da crise cafeeira, um grande número de desempregados passam a migrar para as grandes capitais, principalmente São Paulo. Este ambiente de efervescência contribuiu para o aumento das manifestações sociais em torno de emprego e melhores condições de vida e, portanto, necessitavam da assistência do governo. Esta crise impactou severamente no poder de arrecadação do governo, aliada a crise cambial que fez crescer a dívida externa, reduziu sensivelmente o poder de investimentos.

Diante deste cenário e motivado a romper o modelo corrente, fazendo oposição ao governo de Washington Luís, Getúlio Vargas passou a defender o fim da oligarquia, uma reforma política ampla com a inclusão de direitos políticos, a promoção de direito aos trabalhadores, a redução das desigualdades sociais e a promoção da justiça social<sup>10</sup>, assim como a regulação do trabalho da mulher e do menor<sup>11</sup>.

Alicerçado nestas temáticas e no desenvolvimento do Brasil, através de um modelo de industrialização que proporcionasse a diversificação da economia, Getúlio Vargas fez um comício perante um público aproximado de cem mil pessoas na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro em janeiro de 1930, fato absolutamente incomum para a época.

A eleição foi realizada no dia primeiro de março, ainda sob o sistema de voto aberto, motivo de muitos questionamentos em virtude do poder político dos grandes coronéis em relação aos eleitores. O direito ao voto era destinado aos homens, maiores de idade (21 anos) e alfabetizados, ou seja, uma parcela pequena da população, um universo inferior a 6%<sup>12</sup>.

A eleição foi vencida pelo candidato Júlio Prestes com 59,67% dos votos. No entanto, a “Aliança Liberal” acusou o processo eleitoral como fraudulento. Neste entremeio, o assassinato de João Pessoa em julho de 1930 contribuiu para agravar o sentimento de revolta da população, aumentando a insatisfação da população em relação ao governo e motivando os integrantes da “Aliança Liberal”, apoiados pelos tenentistas e dissidentes da oligarquia, a tomarem o poder, através de uma revolução, destituindo o presidente Washington Luís. Segundo Silva<sup>13</sup>, a “Aliança Liberal” liderada por Getúlio Vargas foi apoiada por classes dominantes regionais que não estavam associadas diretamente ao setor cafeeiro.

---

<sup>10</sup> LUZ, Alex Faverzani; SANTIN, Janaína Rigo. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. **História**, v. 29, n. 2, 2010. p. 269.

<sup>11</sup> SILVA, Otávio Pinto. **A Revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil**. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 95, 2000. p. 180.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, Lila Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Op. Cit.* p. 351.

<sup>13</sup> SILVA, Otávio Pinto. *Op. Cit.* p. 179.

## A Era Vargas

Getúlio Vargas assume o poder, através de um Governo Provisório (1930-1934) almejando a realização de uma nova Constituinte e conseqüentemente uma nova eleição. Vargas pretendia fazer uma reforma no sistema eleitoral e ampliar os direitos políticos para que as mulheres tivessem o direito ao voto e também alterar o modelo de votação para voto secreto<sup>14</sup>.

No dia 11 de novembro o presidente Vargas dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas dos estados e as Câmaras Municipais e centralizou no Estado a intervenção em diversos setores da sociedade. O Governo passa a ser alicerçado pelo apoio de várias frentes políticas, grupos militares e por uma boa parte da sociedade. Desde o princípio apresentou uma política populista voltada a criação de uma base de apoio principalmente nas camadas mais populares, através do assistencialismo e do desenvolvimento social.

Vargas procurou estabelecer uma série de reformas no intuito de conter a severa crise econômica que o país vinha atravessando. Conforme salientamos, a crise do café, o desemprego crescente, a severa crise fiscal, a desvalorização da moeda frente ao mercado internacional eram alguns dos problemas que o Governo Provisório tinha como desafio.

O governo fomentou o desenvolvimento de uma política econômica nacionalista que privilegiava os interesses dos brasileiros. Este direcionamento visava o desenvolvimento do país e que culminaria na ampliação dos direitos dos trabalhadores e também na tentativa de melhorar a distribuição de renda. Segundo Campos<sup>15</sup> mesmo que seja impossível imaginar uma sociedade capitalista superando as desigualdades sociais, é possível diminuí-las através de uma regulação pública do trabalho. E esta regulação se deu por parte do Estado que se viu forçado mediante a manifestação dos trabalhadores organizados, procurando esgotar as suas demandas, evitando conflitos entre trabalhadores e empresários para o melhor desenvolvimento do país.

A forte pressão da classe trabalhadora e a plataforma de campanha forçaram o novo governo a criar medidas de proteção ao trabalhador. Havia o claro propósito de reorganizar a estrutura das relações de trabalho atribuindo papéis específicos para o Estado, empregadores e trabalhadores. O Estado passa então a regular a relação entre empregado e empregador<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> SILVA, Laís Laureana da Cruz. **Busca do nacionalismo por meio do esporte: O futebol utilizado como instrumento de fortalecimento da nação brasileira na era Vargas.** 2011. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011. p. 27.

<sup>15</sup> CAMPOS, André Gambier. **Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil.** Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2024. p. 7.

<sup>16</sup> SILVA, Otávio Pinto. *Op. Cit.* p. 183.

Segundo Campos<sup>17</sup>, esta regulação se deu de forma ampla e detalhista com a inserção de direitos individuais que contemplavam desde a contratação, utilização da mão-de-obra e sua remuneração, assim como também estabelecia alguns direitos sociais nas áreas da previdência, saúde e Educação.

Importante ressaltar que algumas medidas de proteção ao trabalhador vinham sendo adotadas ao longo dos anos pelos governos anteriores, no entanto, elas eram admitidas de forma isolada e, na maioria das vezes, devido à pressão dos trabalhadores, através de demandas específicas. Podemos citar alguns exemplos como o Decreto nº 3.724 de 1919 que versava sobre os acidentes de trabalho, o Decreto nº 4.982 de 1925 que inseria o direito a férias por parte do trabalhador num período de 15 dias, sem o desconto dos seus vencimentos ou perda de benefícios, assim como o Decreto nº 5.083 de 1926 que estabelecia um código de procedimento aos menores de idade. Este decreto proibia o trabalho de menores de 12 anos, vinculava restrições ao trabalho aos menores de 14 anos sem o estudo primário, proibindo-os de lidar em uma série de atividades, assim como também normatizava o trabalho a menores de 18 anos, principalmente quanto a gestão do risco de vida e saúde.

Desde a grande Greve Geral de 1917 que envolveu trabalhadores do comércio e da indústria, havia uma grande preocupação em relação ao trabalho infantil, que sempre estava nas pautas de reivindicação, assim como os ambientes de trabalho que permaneciam bastante insalubres, muitos sem janela para que os trabalhadores não pudessem ver a luz do sol e, com isso, ficassem sem perceber que o tempo passava. Segundo Toledo<sup>18</sup>, principalmente nos primeiros anos da industrialização no Brasil, o universo de crianças no ambiente de trabalho era bastante significativo e estas, recebiam castigos físicos no interior das fábricas quando adormeciam ou brincavam durante as longas jornadas de trabalho, além de receberem salários muito inferiores aos dos adultos.

No entanto, na prática as crianças eram empregadas e trabalhavam tanto na área rural como na indústria. Não havia efetivamente uma proteção a estes menores que sofriam com longas jornadas, salários baixos e sem proteção contra o abuso dos empregadores. Até que este assunto passou a ser disciplinado pelo amplo programa de políticas sociais do Governo Vargas. Em outubro de 1932 o Decreto nº 22.035 estabeleceu em seu artigo 1º que: “Fica instituída, no território nacional, a carteira profissional para as pessoas maiores de 16 anos de idade, sem distinção de sexo, que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados”. No mesmo ano,

---

<sup>17</sup> CAMPOS, André Gambier. *Op. Cit.* p. 8.

<sup>18</sup> TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: Greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p.497-518, 2017. p. 508.

através do Decreto nº 22.042 estabeleceu-se a regulamentação ao trabalho dos menores, além do Código de Menores estabelecido em 1927 que normatizava basicamente sobre irregularidades na atividade. Neste Decreto passou a ser vedado o trabalho aos menores de 14 anos em indústrias, obriga-se a exigência de documentos comprobatórios, assim como a regulação do horário de trabalho para os jovens de 14 a 18 anos de idade.

Nesta mesma Constituição Federal de 1934 ficou estabelecida a igualdade de direitos civis em diversas áreas, enfatizando avanços significativos em relação aos direitos das mulheres. A pauta que versava sobre o trabalho feminino também não era nova. Havia reivindicação de direitos, mas muitas vezes estes direitos estavam limitados a elite e as intelectuais<sup>19</sup>. São relacionados alguns fatores que eram motivos reivindicatórios como salários inferiores aos dos homens, em muitos casos, menos da metade, submissão a condições degradantes de trabalho, por vezes acarretando em assédio e até violência sexual, assim como a proibição do trabalho noturno.

Portanto, a Constituição Federal trouxe avanços como descrito no artigo 113º que estabelece: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas”. Ainda em seu artigo 109º aborda a questão do voto: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”. E mais conforme o artigo 121º que estabeleceu uma série de regulações em relação ao trabalho dos menores de idade como a proibição de trabalho a menores de 14 anos, a vedação a trabalhos noturnos a menores de 16 anos e ao trabalho em indústrias insalubres a menores de 18 anos e a mulheres. Este mesmo artigo menciona a proibição da diferença de salário para o mesmo trabalho em virtude da idade, sexo, nacionalidade ou estado civil.

A conquista do direito ao voto e da participação política, trouxe não somente a igualdade de direitos, mas deu a mulher voz ativa em busca de suas reivindicações e tornando o processo mais democrático. Vargas, além de estabelecer um direito que era mulher, cumprindo um dos itens de sua plataforma de campanha, acabou por mudar o perfil eleitoral do país, inserindo um grande contingente populacional no processo político. Desde 1919, segundo Araújo<sup>20</sup>, as mulheres pleiteavam o direito da participação política, quando através do então Senador Justo

---

<sup>19</sup> TOLEDO, Edilene. *Op. Cit.* p. 508.

<sup>20</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. O voto de saias: A Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. p. 136.

Chermont foi apresentado um projeto de lei estendendo o direito ao voto as mulheres. Na ocasião, o pleito não obteve êxito e, portanto, não foi aprovado.

Vargas também havia prometido a revisão da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código. Em 1932 o Decreto nº 21.076 criou o código eleitoral e estabeleceu em seu artigo 2º que: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código” e faz menção ao voto para pessoas alfabetizadas. E mais, estabeleceu em seu artigo 56º o sistema eleitoral: “O sistema da eleição é o do sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional” e no seu artigo 57º definiu o regramento deste voto secreto, reivindicação esta, bastante antiga no Brasil, motivo de muitas críticas em relação ao beneficiamento de votos e dependência política. Segundo Araújo<sup>21</sup>, as mulheres passaram a adquirir pela primeira vez a cidadania política, contribuindo significativamente para o número de votantes no Brasil.

Para Araújo<sup>22</sup>, as mulheres passavam, efetivamente, a participar da vida política brasileira com direitos, tanto através do direito ao voto, como dos debates políticos públicos e também como candidatas às eleições. Ostos<sup>23</sup> complementa que diversos avanços ocorreram na esfera trabalhista com a concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; proibição do trabalho feminino em subterrâneos ou em locais perigosos e insalubres; proibição do trabalho noturno das 22h às 5h.

Era natural que à época, estas conquistas feministas traziam consigo uma série de restrições e ameaças. Os homens sentiam-se superiores em relação às mulheres, até porque a sociedade era patriarcal, atribuindo inclusive papéis de hierarquia. Havia também uma desconfiança em relação a capacidade intelectual feminina, somado ao fato de que o estudo era de difícil acesso. Conforme lembra bem Ostos<sup>24</sup> o próprio Código Civil de 1916 considerava a mulher relativamente incapaz, restringindo-as de muitas ações. Ao homem dava-se a prerrogativa de administrar os bens do casal, fixar o domicílio familiar e prover o sustento. Não cabia a mulher trabalhar fora de casa sem a autorização do marido, assim como litigar em juízo civil ou criminal e contrair obrigações.

Entendia-se que as mulheres poderiam ser uma ameaça ao concorrer com o homem pelo mesmo espaço de trabalho, assim como ela poderia desinteressar-se pelos seus compromissos

---

<sup>21</sup> *Ibid.* p. 135.

<sup>22</sup> *Ibid.* p. 136.

<sup>23</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: Importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*, v. 39, p. 313-343, julho-dezembro, 2012. p. 328.

<sup>24</sup> *Ibid.* p. 316.

e afazeres domésticos e principalmente, acarretando na desestruturação familiar. Este último motivo, provavelmente tenha sido levado em consideração, tornando-se um ponto relevante para a não aprovação do divórcio na Constituição de 1934.

Se de um lado o Estado passa a constituir uma série de direitos coletivos aos cidadãos, por outro lado ele passou a regular os sindicatos, através do Decreto nº 19.770 de 1931 estabelecendo que estes cumprissem uma série de exigências e que necessitassem da aprovação junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para operar. Para fechar o círculo do controle estatal na regulação trabalhista, o Governo trouxe para si a resolução de conflitos trabalhistas entre empregadores e empregados com a criação da Justiça do Trabalho prevista na Constituição Federal de 1934.

Conforme reforçam Silva<sup>25</sup> e Cezar<sup>26</sup> os sindicatos, até então pessoas jurídicas de direito privado, passam a órgãos colaborativos do governo e a depender do Estado para o seu funcionamento. Para Oliveira<sup>27</sup> o fato de o governo conseguir desmobilizar o movimento sindical e operário, buscando dirimir os possíveis conflitos entre os trabalhadores e os donos do capital, fez com que o empresariado passasse a apoiar as iniciativas do Governo. No entanto, estas mudanças não foram tão pacíficas. Conforme Campinho<sup>28</sup> a introdução de um modelo de sindicalismo controlado pelo Estado gerou resistência nos seus primeiros dois anos de implementação, impedindo o êxito imediato do Governo nos setores mais organizados do operariado.

Para o historiador José Augusto Ribeiro citado por Balbinot<sup>29</sup>, a Lei dos Sindicatos, de 19 de março de 1931, estabelecia a necessidade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho e previa a organização dos sindicatos, tanto de trabalhadores, quanto de empregadores, em federações profissionais, regionais ou nacionais, e em confederações nacionais, o que, na época, tratava-se de um importante avanço dentro de uma seara legislativa quase inexistente em termos trabalhistas.

---

<sup>25</sup> SILVA, Otávio Pinto. *Op. Cit.* p. 184.

<sup>26</sup> CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas Brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, ano 3, ed. 7, 2008. p. 17.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Rachel de Barros. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: Uma leitura sobre o emprego doméstico. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2009. p. 4.

<sup>28</sup> CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: Controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, 2006. p. 125.

<sup>29</sup> BALBINOT, Camile. **CLT - Fundamentos Ideológico-Políticos: Fascista ou Liberal – Democracia?** TRT4, s/d. p. 7. Disponível em: [https://www.trt4.jus.br/portais/media/431809/Camile\\_Balbinot.pdf](https://www.trt4.jus.br/portais/media/431809/Camile_Balbinot.pdf)

Conforme Campinho<sup>30</sup> em 1907, através do Decreto nº 1.637 foram estabelecidos mecanismos para que houvesse a organização sindical, permitindo que o assalariado pleiteasse as suas reivindicações não mais de forma individual, mas sim coletivamente. Evidentemente, a aceitação desta forma de conduta não foi aceita inicialmente pelo empresariado que rechaçava as negociações coletivas. O próprio Estado agia em prol do empresariado estando sempre pronto a reprimir as ações dos grevistas, fato muito presente durante toda a República Velha.

Na medida em que o contingente de operários vinha crescendo nos grandes centros em virtude do desenvolvimento das indústrias, em meio a uma crise econômica, os sindicatos organizados e mobilizados passaram a ser relevantes, pois se tornaram a “voz” que representava os anseios dos trabalhadores. Eles não poderiam mais ser ignorados pelo empresariado e pelo Governo fazendo com que o Governo adotasse-os como agentes de relevância para fazerem a intermediação entre empregados e empregadores.

O Governo Vargas compreendeu a força de mobilização que estes entes vinham desempenhando e passou a dar importância a temática. Uma administração que estava disposta a alavancar a sua produção, a crescer e fortalecer a indústria nacional não poderia ficar à margem destas relações de trabalho. O período gerido pelo presidente Washington Luís foi bastante conturbado neste sentido, envolto em agitações políticas e sociais, principalmente pelo agravamento da crise econômica que acabou acarretando numa série de greves pelo país.

Não foi apenas no governo de Washington Luís, mas em outros governos, vinham experimentando greves cada vez mais organizadas e que acarretavam no impacto econômico da produção. Em 1917, uma greve que envolveu cerca de 100 mil pessoas agitou os grandes centros do país ocasionando uma forte repressão policial em virtude de reivindicações principalmente de redução da jornada de trabalho e aumento salarial<sup>31</sup>.

Em algumas fábricas de São Paulo, trabalhadores enfrentavam uma jornada de trabalho de 13 horas e que estava sendo estendida para que a produção fosse aumentada. Neste contexto, cabe ressaltar a importância da participação das mulheres nos movimentos grevistas. Elas representavam uma boa parcela da mão-de-obra. Em alguns casos, as mulheres representavam cerca de 1/4 da força de trabalho, sendo dividido o outro restante com 1/4 para os homens, 1/4 para menores de 22 anos e 1/4 para crianças<sup>32</sup>.

Este período foi de intensa efervescência global em virtude da crise econômica pós-guerra que acabou por fortalecer a coletividade dos trabalhadores. Além de melhores salários,

---

<sup>30</sup> CAMPINHO, Fábio. *Op. Cit.* p. 118.

<sup>31</sup> TOLEDO, Edilene. *Op. Cit.* p. 449.

<sup>32</sup> *Ibid.* p. 502.

os trabalhadores passaram a reivindicar outras questões como a redução do preço dos alimentos e dos alugueis. Segundo Toledo<sup>33</sup>, a Greve Geral de 1917 foi determinante para o desenvolvimento operário e de lutas trabalhistas em São Paulo. Cezar<sup>34</sup> acrescenta que no dia 12 de julho de 1917 cerca de 20 mil operários paralisaram em São Paulo os bondes, a energia elétrica, o comércio e a indústria. O movimento que se estendeu por três dias, depois de alastrar-se pelo interior do estado, redundou em um aumento salarial de 20% e na garantia de manutenção do emprego aos funcionários grevistas.

O contexto da greve foi acompanhado pela motivação dos trabalhadores em relação ao êxito da Revolução Russa de 1917, originada através de manifestações populares que derrubaram o regime monarquista e que deram lugar a um regime comunista no país, acarretando posteriormente no fortalecimento, ampliação e politização do movimento operário.

Estes movimentos grevistas acentuam-se na medida em que a crise aumentou, sendo acelerada depois da Grande Depressão de 1929, quando o Brasil possuía quase dois milhões de desempregados, onde cerca de 579 fábricas foram fechadas somente em São Paulo e Rio de Janeiro, com os salários sendo reduzidos em 40% e o preço do café caindo para 10% do seu valor entre agosto de 1929 e janeiro de 1930<sup>35</sup>.

É diante deste cenário, bastante complexo e conturbado que Getúlio Vargas discursou em um comício em 1929, colocando na pauta o nacionalismo, através de um viés populista, quando foi usada, pela primeira vez, a questão operária como plataforma eleitoral por um presidencialista. Segundo Campinho<sup>36</sup>, citando um trecho do manifesto em Sussekind (2002):

A proteção aos interesses dos operários deve ser completa: A conquistas das 8 horas, o aperfeiçoamento e ampliação da lei de férias, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta nos dias atuais em amparo ao proletariado deve ser contemplado pela nova legislação, para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social é um caso de polícia.

Ao longo do período que exerceu a presidência, principalmente em seu primeiro momento, Getúlio Vargas foi peça fundamental para que o desenvolvimento das questões sociais no Brasil ocorresse. Vargas foi responsável pela criação de instituições que nortearam as políticas sociais como o Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio que surgiu cerca de um mês após assumir o poder, através do Decreto nº 19.433 e o Ministério da Educação e Saúde Pública que englobava assuntos pertinentes a vários ministérios como saúde,

---

<sup>33</sup> *Ibid.* p. 504.

<sup>34</sup> CEZAR, Frederico Gonçalves. *Op. Cit.* p. 14.

<sup>35</sup> *Ibid.* p. 14.

<sup>36</sup> CAMPINHO, Fábio. *Op. Cit.* p. 123.

esporte, educação e meio ambiente, através do Decreto nº 19.402 também em 1930. Até aquele momento, os assuntos relacionados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional de Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

Importante destacar que a Justiça do Trabalho teve sua origem no Conselho Nacional do Trabalho de 1923, tendo no início da década de 30, constituído as comissões mistas de conciliação para a solução de conflitos coletivos do trabalho e as juntas de conciliação e julgamento para dirimir os litígios individuais. Este Conselho Nacional do Trabalho, criado com base no Decreto nº 16.027 era vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e era destinado à consulta dos poderes públicos para fins de organização do trabalho e previdência social. Em 1946, através do Decreto nº 9.797 transformou-se no TST – Tribunal Superior do Trabalho.

Cezar<sup>37</sup> menciona uma série de medidas de proteção ao trabalhador que foram implementadas nos primeiros anos do Governo Provisório. No final de 1930 o Decreto nº 19.482 restringiu a cota de trabalhadores estrangeiros nas empresas em 1/3, sendo o restante das vagas destinadas a nacionais. Nos dois anos seguintes, outras medidas de cunho social foram editadas como: A regulação dos sindicatos; Alteração da legislação que versava sobre a Caixa de Aposentadoria e Pensões; Instituição da Carteira de Trabalho; A regulação do horário de trabalho no comércio e na indústria; A regulação das condições de trabalho das mulheres; A regulação das condições de trabalho dos menores na indústria. Após a promulgação da Constituição de 1934 outras leis trabalhistas reforçaram a atenção ao trabalhador como: A lei referente aos acidentes de trabalho; A reforma sindical; E a instituição do salário mínimo em 1936.

Mencionamos que o Governo Vargas, diante da grave crise cafeeira, resolveu intervir fortemente na economia, através da diversificação da sua matriz produtiva, principalmente desenvolvendo significativamente as indústrias nacionais. Em setores estratégicos e onde a iniciativa privada era incapaz de investir, o Governo criou indústrias estatais, objetivando em muitos casos, fornecer matéria-prima para que os demais setores da economia pudessem crescer. Foi assim que durante o governo Vargas surgiram empresas como a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Vale do São Francisco, Fábrica Nacional de Motores, Petrobrás e várias outras.

Todo este desenvolvimento demandava mão-de-obra qualificada e específica fazendo com que o Governo, através do Ministério de Educação e Saúde Pública, órgão centralizador

---

<sup>37</sup> CEZAR, Frederico Gonçalves. *Op. Cit.* p. 17.

das decisões relativas ao ensino, passasse a organizar dois modelos de educação, um deles voltado para o nível superior e outro voltado à formação técnica (para a indústria)<sup>38</sup>.

De acordo com Vicentini<sup>39</sup> citando Cunha (2005) o fomento a formação técnica por parte do Governo teve grande participação e incentivo do empresariado brasileiro, que contribuiu significativamente para uma forte coalizão entre o setor industrial e o setor público.

E é através deste novo contexto que o processo educacional passará por uma transformação. Os trabalhadores começam a qualificarem-se objetivando o atendimento das demandas necessárias para o desenvolvimento desta nova indústria. Em 1931 foi criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico que absorveu as Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1937 a Educação Profissional efetivamente é inserida na Constituição Federal. O artigo 128º descreve o seguinte: “É dever do Estado contribuir direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino” e o artigo 129º discorre: “O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado.” Mais tarde, Getúlio Vargas passará, através de Decretos e Leis, a fomentar os cursos profissionalizantes no país<sup>40</sup>.

No intuito de fomentar o desenvolvimento da mão-de-obra no país, principalmente nos setores industrial e comercial, o Governo Vargas criou em 1942 o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e, posteriormente, em 1946 o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, entidades extremamente importantes para o desenvolvimento destes segmentos econômicos.

O ensino, de modo geral, foi impulsionado durante o Governo Vargas. Primeiro, o fomento da educação básica com a criação de escolas. Através do Decreto nº 21.731 de 1932 iniciou-se a Cruzada Nacional pela Educação, onde a “Campanha do Tostão”, de fundo arrecadatório visava a construção de 10 mil escolas pelo país. Segundo Bica & Corsetti<sup>41</sup>, a “Campanha do Tostão” resultou na abertura de mais de 7 mil escolas primárias e na distribuição de 300 mil materiais didáticos completos. Naquele momento, o Brasil possuía um alto índice de analfabetismo.

---

<sup>38</sup> VICENTINI, Willian Roberto. Apontamentos para a história da educação: A educação profissional e superior no Brasil da era Vargas. **Cadernos Zysmunt Bauman**, v. 11, n. 27, p.134-150, 2021. p. 135.

<sup>39</sup> *Ibid.* p. 136.

<sup>40</sup> *Ibid.* p. 144.

<sup>41</sup> BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: A cruzada nacional a educação. **História da Educação**, v. 15, n. 33, p.170-180, 2011. p. 174.

O crescimento do número de escolas gerou, naturalmente, a necessidade de aumentar o número de professores, fazendo com que o Governo criasse mecanismos para a construção e o desenvolvimento da carreira docente, o agente das mudanças. Entre 1932 e 1934 vinte mil novos professores foram formados<sup>42</sup>.

No que tange ao desenvolvimento do ensino superior, bastante incipiente até então, houve também uma atenção especial por parte do Governo Vargas, pois fazia-se necessário reforçar todo o setor educacional. No período em questão, pouquíssimos alunos conseguiam atingir este nível de escolaridade. Segundo Vicentini<sup>43</sup> citando Romanelli (2003) apenas 0,97% dos alunos alcançavam a primeira série do ensino superior.

Mudanças estruturais significativas no ensino e na pesquisa científica ocorreram durante o governo Vargas. Houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que possibilitou significativos avanços em relação às políticas de saúde e proporcionou o retorno de políticas sanitárias<sup>44</sup>. Pode-se destacar também a criação do CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisas, em 1951 e a criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) que objetivava capacitar de forma mais eficiente as pessoas.

Em 1931 o Ministério da Educação e Saúde, através do ministro Francisco Campos aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras determinando que:

“A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria também incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Estas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica<sup>45</sup>.”

Em 1934 foi concebida a USP – Universidade de São Paulo e, no ano seguinte, foi criada a UDF – Universidade do Distrito Federal. Este fomento em torno da ampliação do ensino fez com que durante a década de 30 fossem criadas diversas iniciativas para a formação de professores de nível superior<sup>46</sup>.

Esta nova dinâmica voltada ao ensino, à educação, a qualificação da mão-de-obra contribuiu para o surgimento dos conselhos de classes profissionais e dos sindicatos, a partir da legislação sindical editada no início da década de 30, conforme mencionado anteriormente.

---

<sup>42</sup> BATISTA, Marlon Sérgio Soares. **História e educação: O papel do professor na Era Vargas (1930-1945)**. 2021. 62 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 41.

<sup>43</sup> VICENTINI, Willian Roberto. *Op. Cit.* p. 147.

<sup>44</sup> BULCÃO, Lúcia Grando; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 469-487, 2007. p. 471.

<sup>45</sup> SOUZA, Dominique Guimarães; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das Universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 5, 2019. p. 1

<sup>46</sup> *Ibid.* p. 1.

Neste primeiro período do governo Vargas as principais profissões de classe média foram regulamentadas. Podemos definir o conceito de classe média através de Décio Saes, citado em Vannucchi<sup>47</sup> como “o conjunto de trabalhadores predominantemente não-manuais das sociedades capitalistas”.

Vannucchi<sup>48</sup> citou que nos primeiros quatro anos do governo Vargas foram regulamentadas ao menos treze profissões e, este novo modelo, passou a ser estruturado através da exigência do diploma profissional e na delimitação de uma relação de atividades que eram exclusivas do ofício. Citando como fonte diversos decretos o autor elenca as profissões que foram regulamentadas no período: 1930 – Advogados; 1931 – Atuários, Contabilistas, Enfermeiras, Farmacêuticos; 1932 – Médicos, Médicos Veterinários, Odontologistas; 1933 – Agrimensores, Agrônomos, Arquitetos, Engenheiros; 1934 – Químicos.

Para Vannucchi<sup>49</sup>, a criação dos conselhos profissionais durante o governo Vargas não somente consolidou o poder das elites, mas deixava-os indissociáveis deste processo de formação do Estado de Compromisso. Estas entidades representavam os interesses profissionais de suas classes, mas também expressavam as suas opiniões políticas.

O governo Vargas, através dos seus planos corporativistas de inserção de diversas categorias profissionais no seu modelo de gestão incluiu as profissões de classe média tanto na representação da Constituinte de 1934 (representada por 40 entidades de classe), quanto na legislação de sindicalização adotada ao longo da década de 30.

### **A regulamentação das profissões**

A primeira profissão a ser regulamentada foi a dos advogados, logo após o início do governo Vargas. O Decreto nº 19.408 de 18 de novembro de 1930 criou a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Naquele momento, o governo delegou ao IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, uma Associação de filiação voluntária, existente desde os primórdios do Segundo Reinado, a organização da entidade<sup>50</sup>. Fica assim estabelecido, conforme seu artigo 17º:

Fica criada a Ordem dos Advogados Brasileiros, órgão de disciplina e seleção da classe dos advogados, que se regerá pelos estatutos que forem votados pelo Instituto

---

<sup>47</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. O corporativismo dualista: Conselhos profissionais e sindicatos no Brasil, 1930-1964. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 2, p.471-499, 2016. p. 473.

<sup>48</sup> *Ibid.* p. 455.

<sup>49</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. Advogados e corporativismo de classe média no Brasil pós-1930. Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p.506-525, 2016a.

<sup>50</sup> *Ibid.* p. 511.

da Ordem dos Advogados Brasileiros, com a colaboração dos Institutos dos Estados, e aprovados pelo Governo.

No entanto, o início da regulamentação da advocacia por parte da OAB causou preocupação e desconfiança, pois para uma parcela de advogados, esta normatização atentava contra a liberdade da profissão. A OAB procurou estabelecer uma rígida cláusula de barreiras ao exercício da advocacia com a restrição do exercício da função para parte dos bacharéis como juízes, membros do Ministério Público e funcionários públicos; também procurou limitar o exercício das atividades aos inscritos na OAB e; restringiu a atuação dos rúbulas (Práticos do direito, pessoas que advogavam sem ter a formação em Direito e que restringiam a sua atuação apenas a primeira instância jurídica)<sup>51</sup>.

Segundo Vannucchi<sup>52</sup>, citando Guimarães & Bessone (2003), um grande número de rúbulas gaúchos solicitou ao Governo Federal a manutenção de suas atividades profissionais. Vannucchi<sup>53</sup> cita que em 1932 o próprio irmão de Getúlio Vargas, Viriato, advogado não diplomado, escreveu ao presidente solicitando que os rúbulas com mais de dez anos de atividades profissionais fossem dispensados de realizar o exame profissional necessário segundo a nova legislação.

Esta restrição ao ingresso de novos advogados se deu também em relação ao ensino. Conforme mencionamos, a Reforma Capanema de 1931 vislumbrava a reformulação do ensino brasileiro e o direito estava incluído neste processo, pois visava contemplar mudanças significativas no ensino jurídico. Cabe lembrar que o estudo de direito antes da Era Vargas era considerado elitista e restritivo. Houve uma forte restrição, por parte da categoria, ao aumento de Universidades para o estudo do direito. Conforme menciona Vannucchi<sup>54</sup>, especificamente em relação à profissão dos advogados, na primeira década do governo Vargas houve uma diminuição do número de faculdades e de alunos. Wolter<sup>55</sup> citando Cunha (2007) relaciona o número de estudantes de direito no período Vargas, conforme dados do Ministério da Educação e Saúde (1932-1945). Em 1932 havia 6.292 estudantes de direito em escolas superiores do Brasil, em 1936 este número atingiu o seu patamar máximo com 9.963 estudantes, mas logo em seguida foi decaindo ano a ano, até chegar aos níveis de 1932. Em 1944 havia 6.139 alunos e em 1945 havia 6.520 alunos de direito.

---

<sup>51</sup> *Ibid.* p. 511.

<sup>52</sup> *Ibid.* p. 513.

<sup>53</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. **O corporativismo bifronte:** Representação de interesses e regulamentação profissional no governo Vargas (1930-1945). Sítio do Governo Federal, 2018. p. 458.

<sup>54</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio (2016). *Op. Cit.* p. 477.

<sup>55</sup> WOLTER, Roberto Henrique. O ensino superior na Era Vargas. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p.131-142, 2016. p. 138.

Da mesma forma que agiu em relação a profissão dos advogados, o governo Vargas regulamentou, através do Decreto nº 23.569 de 1933, as profissões de agrimensor, arquiteto e engenheiro. Estas categorias também criaram as suas barreiras de entrada, exigindo diplomas de formação e a inscrição do profissional no seu respectivo Conselho de Classe. Se não bastasse, estruturavam-se os Conselhos Regionais que passaram a ser subordinados aos Conselhos Nacionais. Segundo Vannucchi<sup>56</sup>, a regulamentação da profissão de engenharia sofreu com a resistência interna e a mobilização da categoria. Em 1931 havia sido criado o Sindicato Nacional dos Engenheiros, sob o patrocínio do Clube dos Engenheiros fundado em 1880, que se destinava a representar o interesse dos engenheiros, inclusive relacionado a regulamentação da profissão.

Já a profissão médica tardou a ser regulamentada. Apenas em 1945, através do Decreto nº 7.955 foi criado o Conselho de Medicina, sendo aplicado somente em 1951 e que detinha a atribuição de fiscalização da profissão. O órgão seria responsável por zelar o exercício da atividade e a ética profissional. Os médicos possuíam algumas entidades profissionais anteriores a 1930, mas o objetivo primordial delas não destinava-se a ser um órgão representativo de classe, mas sim congregar a elite médica, como a Academia Nacional de Medicina surgida em 1829<sup>57</sup>.

Em 1927, no Rio de Janeiro, surgiu a primeira organização sindical médica, através do Sindicato Médico Brasileiro com o intuito de defender o exercício da profissão e combater os chamados “charlatões do ofício”, conforme cita Machado<sup>58</sup> e Vannucchi<sup>59</sup>.

Vannucchi<sup>60</sup> cita que assim como a categoria médica, os advogados e engenheiros vinham reivindicando, muito antes da década de 30, uma “proteção” da sua atividade profissional, uma restrição de mercado para combater os indivíduos chamados de “práticos” e que competiam no mercado com os profissionais diplomados. A regulamentação destas profissões veio ao encontro dos anseios das entidades de classe que buscavam a fiscalização das suas profissões e o interesse dos seus trabalhadores.

Para complementar, tanto a lei de sindicalização de 1934, quanto a lei de 1939, através do Decreto nº 1.402 previam a organização da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Posteriormente, o Decreto nº 2.381 de 1940 arrematou a lei de sindicalização do ano anterior,

---

<sup>56</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio (2016a). *Op. Cit.* p. 513.

<sup>57</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio (2016). *Op. Cit.* p. 474.

<sup>58</sup> MACHADO, Maria Helena. **Os médicos e a participação na vida político-sindical**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. p. 190.

<sup>59</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio (2016a). *Op. Cit.* p. 513.

<sup>60</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio (2018). *Op. Cit.* p. 457.

relacionando algumas profissões liberais, tais como os advogados, economistas, engenheiros e médicos<sup>61</sup>.

No que tange ao futebol, este começou a ser ordenado, quando o Estado, em 1935 regulou a profissão dos artistas, por intermédio da censura na chamada “Lei Getúlio Vargas” e resolveu por incluir os setores de diversões públicas neste contexto. Naquele momento, de forma oficial, o futebol passa a sofrer intervenção por parte do Governo.

A regulamentação das atividades profissionais, a criação de Entidades de Classe, dos Sindicatos, aliadas a CLT que reunia um conjunto de direitos e deveres do trabalhador, foram medidas fundamentais implementadas pelo Governo para organizar o mercado de trabalho Brasileiro. A centralização destas atividades por parte do Estado impulsionou o desenvolvimento das atividades, com a valorização e fortalecimento das profissões, estabelecimento de um padrão de qualidade e diretrizes para o exercício profissional das diversas classes.

Portanto não foi uma, mas uma porção de medidas formatadas e desenvolvidas que foram capazes de contribuir para o crescimento da economia brasileira de acordo com o planejamento e diretrizes impostas pelas políticas públicas do Governo Vargas. Através deste cenário de reconstrução nacional, com a formação de um novo Estado, foi possível dar um novo direcionamento ao país, através da inserção de uma classe trabalhadora mais forte e mais produtiva, com mais saúde e direitos sociais, em um ambiente de trabalho digno e organizado.

Diante de toda esta nova estrutura disposta a organizar o mercado de trabalhourgia a necessidade de reunir a extensa legislação que havia sido criada. O então ministro do trabalho, Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho, foi autorizado pelo presidente da República a designar uma comissão no intuito de consolidar as leis do trabalho e da previdência social em um só documento.

Segundo Cezar<sup>62</sup>, a legislação trabalhista era muito dispersa e complexa. Várias normas eram específicas a uma determinada categoria profissional ou abrangiam determinados institutos do direito material ou processual do trabalho. Havia, portanto, a necessidade de uma consolidação destas diversas leis para que o setor produtivo fosse organizado.

No dia primeiro de maio de 1943 o presidente Vargas, durante o período do Estado Novo, estabeleceu através do Decreto nº 5452 a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, uma das mais importantes legislações destinadas a regular as relações trabalhistas no país e que

---

<sup>61</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio (2016a). *Op. Cit.* p. 510 e 511.

<sup>62</sup> CEZAR, Frederico Gonçalves. *Op. Cit.* p. 15.

passou a vigorar efetivamente em 10 de novembro daquele ano. O governo Vargas que desde o início de seu Governo Provisório acenava para as questões sociais e o amparo aos trabalhadores estabeleceu, efetivamente, uma resposta às demandas que a classe trabalhadora muitas vezes exigida como direitos sociais, melhorias do ambiente de trabalho e garantias mínimas. O Brasil que vinha avançando economicamente, através de um processo de industrialização bem sucedido, dá um passo importante em relação à pauta trabalhista.

Segundo Rosenfield<sup>63</sup>,

Uma vez no poder, um dos objetivos declarados de Getúlio Vargas e seus seguidores era derrubar os alicerces liberais do regime vigente, para assim criar condições de desenvolvimento econômico, de estabilidade institucional, de segurança nacional e de proteção social da população brasileira.

Conforme referido por Rosenfield<sup>64</sup>, o Brasil estava seguindo a mesma trajetória dos países dos entreguerras, ou seja, aumentava a intervenção estatal sobre a vida social, econômica e intelectual do cidadão.

A questão social foi peça central do Governo Vargas buscando atender as necessidades básicas da população, melhoria da qualidade de vida e reduzindo as desigualdades sociais. A concepção da CLT marcava um avanço nas condições de vida da população brasileira.

Gomes<sup>65</sup> observa que “[...] a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30”.

A CLT, como o próprio nome diz, Consolidação das Leis do Trabalho, reuniu diversas leis existentes em um documento consistente que passou a nortear as relações de trabalho entre os donos do capital e seus empregados. Naquele documento foram reunidas normas de direito individual e coletivo de trabalho, fiscalização e de direito processual. Os principais elementos da CLT versavam sobre a jornada de trabalho, a segurança do indivíduo no local de trabalho, as férias, o salário mínimo, os direitos sindicais e também sobre o fim do contrato de trabalho.

Para Cezar<sup>66</sup>, o governo Vargas pode ser dividido em três fases relacionadas à implantação de uma legislação trabalhista. A primeira fase, entre 26 de novembro de 1930, data da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e 15 de julho de 1934 com a adoção de diversos decretos legislativos. A segunda fase, quando o Congresso Nacional legislou sobre a matéria entre 16 de julho de 1934 a 09 de novembro de 1937. E a terceira fase, em 10 de

---

<sup>63</sup> ROSENFELD, Luis. **Revolução conservadora**: Genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 41.

<sup>64</sup> *Ibid.* p. 206.

<sup>65</sup> GOMES, Ângela Maris de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 197.

<sup>66</sup> CEZAR, Frederico Gonçalves. *Op. Cit.* p. 16.

novembro de 1937 com a vigência da Carta Constitucional autoritária com a elaboração de diversos decretos-leis que instituíram a Justiça do Trabalho e reorganizaram o sistema sindical.

Dito isso, o futebol que nunca foi objeto nas diretrizes essenciais da cartilha Vargas, começou, lentamente, a receber atenção do Governo que soube utilizar-se do esporte e de sua popularidade em prol de seus objetivos. Na medida em que o futebol passava a ser mais relevante para a sociedade, com a inserção das camadas sociais mais populares, o Governo Vargas rapidamente o reconhece como uma grande ferramenta de integração social e aproveitamento como importante instrumento de propaganda política para a disseminação das ações que procurava implementar, como o tão propagado nacionalismo. Por isso, em determinado momento, a seleção brasileira passou a ser muito relevante como forma de louvação ao país.

Este sentimento de integração social ocorreu, de forma mais intensa, a partir das disputas das Copas Sul-Americanas realizadas no Brasil em 1919 e 1922 onde começou-se a formar um movimento de união nacional em torno da seleção brasileira, reforçado na Copa do Mundo de 1930 disputada no Uruguai.

O apelo popular advindo do futebol cercado de várias problemáticas internas do meio esportivo que necessitavam resolução contribuíram para que o Governo Vargas percebesse que poderia unir este anseio popular com as suas políticas de governo logo no início da sua gestão. Para Pereira<sup>67</sup>, o governo de Getúlio Vargas utilizou-se do futebol como um meio de compreensão desse amplo sentimento nacional.

Segundo Soares<sup>68</sup>, “A construção de uma ideia de “nação”, identificada com o novo país que se erigia, elaborou elementos ideológicos que fundariam a identidade nacional, brasilidade, o caráter peculiar, individualizador, do que era ser brasileiro, e o futebol teve papel importante neste processo”.

A partir deste reconhecimento, o governo passou a inserir-se no meio de forma cada vez mais ativa. Em 1933 o profissionalismo passou a ser implementado no Brasil, através do Programa de Reconstrução Nacional como parte de um conjunto de medidas colocadas em prática, mesmo o futebol não fazendo parte da cartilha populista<sup>69</sup>.

Através de uma melhor organização esportiva e tendo a cada dia mais apelo popular, o futebol passou gradualmente a ser utilizado como um meio de comunicação de massa, conforme

---

<sup>67</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. 1998. 387 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 97.

<sup>68</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. **Justiça desportiva: O Estado Novo entra em campo (1941-1945)**. 2015. 294 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 65.

<sup>69</sup> RIVITI, Thiago Garcia. **Futebol brasileiro na atualidade: História, cultura e profissionalização**. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Assis, 2016. p. 29.

veremos posteriormente, e estádios maiores e mais estruturados passam a ser pensados e depois construídos como os estádios Pacaembú e Maracanã<sup>70</sup>.

Vargas que propunha uma sociedade mais igualitária, inserindo a mulher no processo eleitoral, buscava agregar a população em torno de um Brasil mais forte. Por outro lado, o futebol ainda engatinhava, envolto em uma profunda questão envolvendo classes sociais. No início do Governo Provisório o futebol ainda deixava o homem de cor a margem do esporte.

Através de suas políticas sociais Vargas vai amenizar estas questões mesmo que de forma indireta. Conforme cita GOMES<sup>71</sup>, assim como outras práticas culturais como o samba e a capoeira o futebol em 1938 passa a se enquadrar no discurso que buscava a construção da identidade brasileira, através de uma “democracia racial” com o encontro das três raças (brancos europeus, negros africanos e indígenas americanos).

Este debate sobre o negro no futebol já era fomentado pelo escritor Gilberto Freyre e pelo jornalista Mario Filho no início da década de 30 com a construção de uma ideia de que o atleta negro possuía malevolência e gingado diferente dos europeus<sup>72</sup>.

Gomes<sup>73</sup> refere-se ao enfrentamento da problemática da questão racial no Brasil como algo histórico e discutido há mais de um século. Segundo a autora, o Estado Novo articulou um novo “projeto civilizatório” para o país.

A sociedade brasileira era fruto do “caldeamento” de três raças/culturas, cujo resultado possível e desejável era uma fusão “quase que perfeita”, expressa no tipo do mestiço. O Brasil, portanto, por mais múltiplos e complexos que fossem seus elementos formadores, tinha uma face: a cara do país era mestiça, e era uma<sup>74</sup>.

Além da questão racial, o futebol ainda estava envolto no amadorismo dos atletas, fragilizado de forma organizacional, sem nenhuma legislação, a não ser as diretrizes impostas pela CBD – Confederação Brasileira de Desportos. É neste ambiente que o Governo passa a interagir com o segmento esportivo e, dentro de sua forma centralizadora de gestão, passa a intervir no futebol, inicialmente subsidiando partidas e torneios e logo a seguir, auxiliando a Confederação Brasileira de Desportos com recursos necessários para sanear seu caixa (o que não era exclusividade do governo Vargas). À medida que o Governo passava a interferir no

---

<sup>70</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. **Fatores institucionais e organizacionais que afetam a profissionalização da gestão do departamento de futebol dos clubes**. 2006. 189 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 29.

<sup>71</sup> GOMES, Ângela Maris de Castro. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 102.

<sup>72</sup> *Ibid.* p. 102.

<sup>73</sup> *Ibid.* p. 191 e 192.

<sup>74</sup> *Ibid.* p. 193.

esporte, inseria pessoas ligadas ao presidente, tanto na Confederação, quanto nas Federações Estaduais.

Aproveitando-se da fragilidade e incerteza do futebol brasileiro, o Governo passou a incentivar a criação de Ligas, a auxiliar na organização das competições, a contribuir para o saneamento das contas da CBD, inclusive intensificando o aporte de recursos, a inserir integrantes do governo nas entidades esportivas, fomentar a construção de estádios como parte da política de fortalecimento da identidade nacional e da plataforma governamental. O futebol tornara-se um esporte de “cultura de massa” que vinha trazendo para si, mais atenção e mais dinheiro<sup>75</sup>.

A participação do governo Vargas no contexto futebolístico, seja pelo fato da promoção dos seus interesses políticos, ou indiretamente pela regulamentação das profissões, atingiu certamente o futebol brasileiro sendo um dos fatores responsáveis para a evolução do esporte, estabelecida por administrações dispersas e com atletas amadores, evoluindo para o profissionalismo dos atletas de futebol. Este controle político no esporte pode ser exemplificado pela Lei “Getúlio Vargas”<sup>76,77</sup> e pela inserção de pessoas ligadas ao governo nos meandros do futebol como Luiz Aranha na presidência da CBD e João Lyra Filho no CND<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 65 e 66.

<sup>76</sup> *Ibid.* p. 68.

<sup>77</sup> VERAS, Flávia Ribeiro. **Tablado e palanque:** A formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945). 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. p. 68.

<sup>78</sup> KLEIN, Rafael Belló. **O profissionalismo imoral e a pacificação necessária:** Imprensa, futebol e política na “crise das especializadas” no Rio Grande do Sul (1937-1938). 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 54.

## CAPÍTULO 2 - A EVOLUÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO (Até 1933)

### Início do futebol

O jogo de bola vem sendo praticado há muito tempo, de diferentes formas e em diferentes lugares, pelo menos desde 2.600 a.C. quando guerreiros chineses chutavam a cabeça do chefe rival morto em combate para assimilar suas virtudes em um jogo chamado Tsü-Tsü.

Neste mesmo período, o Kemari era praticado no Japão. Este esporte consistia em um jogo não competitivo, com fins apenas de entretenimento, onde as pessoas tinham que jogar a bola, sem deixá-la cair no chão, sem o auxílio das mãos ou qualquer outra parte de corpo que não fosse os pés.

Segundo Daou<sup>79</sup> (2007) na Grécia Antiga praticava-se o Epyskiros, um jogo que se utilizava tanto as mãos, quanto os pés e era dividido em equipes e este sim, fomentava a competitividade entre os participantes, através de um sistema de pontuação.

Um jogo semelhante era praticado em Roma, o Harpastum. O campo de jogo, retangular, era dividido ao meio e duas equipes se enfrentavam jogando a bola de um lado ao outro do campo. Segundo Voser<sup>80</sup>, este jogo foi responsável por destinar funções específicas aos jogadores, como ações de ataque e defensiva, conforme as características físicas e técnicas dos atletas.

Na cidade de Florença, Itália, na Idade Média, fundamentando-se no Harpastum surgia o Calcio. O Calcio era um jogo de futebol que servia como disputa de poder entre líderes da cidade ou entre integrantes de duas vertentes políticas. Segundo Mósca<sup>81</sup> citando Ruiz, o Calcio consistia num jogo de nobres que precisavam chutar uma bola de couro cheia de ar por cima da trave adversária.

Esta modalidade de jogo foi levada para a Inglaterra ainda no século XVII. No entanto, era um jogo considerado muito violento, com enfrentamentos de muito contato físico e sem regras. O advento da Revolução Industrial trouxe uma radical mudança social, sendo necessário moldar a prática deste esporte a este novo ambiente instituído.

No século XVIII a Inglaterra era a principal nação comercial do mundo. Deixa-se de lado o processo de fabricação manual para dar lugar a proliferação das fábricas e a mecanização dos processos industriais. Houve um grande êxodo rural para as grandes cidades,

---

<sup>79</sup> DAOU, Marcos. **Das práticas de esporte com bola à configuração do futebol na sociedade contemporânea**. 2007. 82 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

<sup>80</sup> VOSER, Rogério da Cunha. **Futebol: História, técnica e treino de goleiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

<sup>81</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. *Op. Cit.*

principalmente Londres, em virtude desta mudança na matriz econômica. As pessoas buscavam empregos nessas fábricas, geralmente em locais insalubres e com jornadas de trabalho exaustivas, não raro de 80 horas semanais.

Fazia-se necessário a regulamentação daquela mão-de-obra, através de leis que estabelecessem as mínimas condições de trabalho. Entre diversas determinações impostas, foi estabelecida uma jornada de trabalho, permitindo que funcionários das fábricas pudessem descansar, mesmo que pouco. A partir deste contexto, de jornadas insanas, da busca pela produção a qualquer custo e da corrida ao desenvolvimento, surgem os sindicatos, a fim de amparar os trabalhadores, fazendo valer os seus direitos.

Além da violência, o futebol não era bem visto. Segundo Oliveira<sup>82</sup>, o clero colocava no futebol a culpa pelo afastamento dos fiéis das igrejas e a burguesia entendia que o esporte reduzia a produtividade dos trabalhadores. Em 1835 o parlamento inglês tentou coibir a prática do futebol nas ruas, mas houve uma forte resistência.

Naturalmente, já no gosto popular, o futebol passou a ser um dos passatempos favoritos do operariado durante o seu tempo livre. Paralelamente, o ritmo frenético do trabalhador, impôs cada vez mais a intervenção dos sindicatos no processo. Estes sindicatos passaram a ganhar força e a exigirem mais direitos. Para fortalecer a categoria de trabalhadores os Sindicatos passaram a se reunir, geralmente, nos sábados à tarde. Objetivando enfraquecer estes movimentos, os burgueses, donos das fábricas começaram a organizar competições de futebol e realizar treinamentos dos funcionários, participantes dos times das fábricas, nos finais de semana, conforme aponta Daou<sup>83</sup>.

Mas o futebol seguia bastante violento, com muito contato físico, algo que acarretava uma série de lesões e, conseqüentemente, o afastamento deste operário do seu trabalho habitual, além de ser um dos responsáveis pela baixa produtividade e pelo desgaste físico. Os donos das empresas precisavam tomar medidas para conter o excesso da violência e resolveram criar normas de conduta no jogo. Surgiu então a Liga das Fábricas com a implementação de uma série de regras, dentre elas a punição ao atleta pelo confronto físico de forma violenta<sup>84</sup>.

Segundo Máximo<sup>85</sup>, o esporte passou efetivamente a ser regrado no momento em que a rainha Vitória, aconselhada pelo pedagogo Thomas Arnold, pôs fim a proibição do futebol nas

---

<sup>82</sup> OLIVEIRA, Alex Fernandes. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 4, n. 13, p.170-174, 2012.

<sup>83</sup> DAOU, Marcos. *Op. Cit.*

<sup>84</sup> DAOU, Marcos. *Op. Cit.*

<sup>85</sup> MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, ano 9, p. 179-188, 1999.

escolas. A transformação social e econômica que vinha ocorrendo na Inglaterra fez com que as escolas não fossem reduto apenas dos nobres, elas passaram a ser frequentadas por jovens da classe média em ascensão. Segundo o pensamento do pedagogo Arnold, a inserção do esporte nas escolas faria com que os novos alunos passassem o seu tempo livre jogando futebol deixando os integrantes da nobreza intactos, sem a possibilidade de serem influenciados pelas suas ideias, ou seja, jogando futebol os novos integrantes não passariam sua influência negativa. O futebol sendo usado como um instrumento de alienação.

### **A chegada do futebol no Brasil**

O futebol, da forma como nós conhecemos, chegou ao Brasil por localidades e por personagens diferentes como veremos a seguir. Inúmeros exemplos são atribuídos a primazia do esporte a jovens brasileiros, filhos de empresários da elite, que retornavam da Europa, após os seus estudos. Por ser a Inglaterra o grande centro econômico da época, a maioria dos precursores vieram de lá. Segundo Souza<sup>86</sup>, o futebol chegou ao Brasil através de diversos personagens dentre eles, padres, marinheiros, funcionários e estudantes vindos da Inglaterra.

Charles Miller, brasileiro, descendente de ingleses, retornou a São Paulo em 1894, depois de ter concluído os seus estudos na Banister Court School em Southampton na Inglaterra<sup>87</sup>. Miller, admirador do futebol, trouxe consigo alguns equipamentos para a prática do esporte como duas bolas, agulha de costura, uma bomba de ar, um livro de regras e duas camisas de times ingleses. A partir daí começou a reunir amigos dispostos a praticar o tal de futebol. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, Miller associou-se ao São Paulo Athletic e logo iniciou um trabalho de formação de um time de futebol<sup>88</sup>.

Segundo a Confederação Brasileira de Futebol, principal órgão gestor do futebol brasileiro, Charles Miller foi o precursor do futebol no país, embora este fato não seja uma unanimidade. Gaspar & Barbosa<sup>89</sup> citam a formulação dos historiadores Hobsbawm e Ranger sobre a figura de Charles Miller como o “pai do futebol” no Brasil: “esta paternidade não passa de mais uma “invenção de tradição”, resultado de uma história socialmente construída”.

---

<sup>86</sup> SOUZA, Elysandra Caroline Alves. *Op. Cit.* p. 8.

<sup>87</sup> MÁXIMO, João. *Op. Cit.* p. 179.

<sup>88</sup> GAVAZZI, Matteo. O primeiro Clube de São Paulo. **Estadão**, 29 de janeiro de 2018. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/emails/arqui-achados/spac-o-primeiro-clube-de-sao-paulo/?srsltid=AfmBOorbiBe eHI3P6CjCaRjIQF0YCZMMyeBV\\_sVL-DadrzndDW42r6QYS](https://www.estadao.com.br/emails/arqui-achados/spac-o-primeiro-clube-de-sao-paulo/?srsltid=AfmBOorbiBe eHI3P6CjCaRjIQF0YCZMMyeBV_sVL-DadrzndDW42r6QYS)

<sup>89</sup> GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **O futebol brasileiro, 1894 a 2013: Uma bibliografia**. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. p. 4.

No mesmo ano, o escocês Thomas Donohoe veio ao Brasil na esperança de mudar de vida. Antes de estabelecer-se, ainda na estação de trem do Rio de Janeiro, Donohoe retirou de dentro de uma caixa de madeira que estava na sua bagagem uma bola de couro com costuras expostas, enche-a com uma bomba de ar, começando a quicá-la para espanto de quem o assistia. Ao trabalhar na fábrica Companhia Progresso Industrial, Bangu, reunia os colegas ingleses, nos momentos de folga, em um campo improvisado ao lado da fábrica, para jogar futebol<sup>90</sup>.

Oscar Cox foi outro personagem determinante para o desenvolvimento do futebol no Brasil. Filho de pai inglês, o jovem regressou dos seus estudos na Suíça em 1897 com a ideia de formar um time de futebol no Rio de Janeiro. Entre idas e vindas a Londres em 1901, Cox trouxe consigo algumas bolas de futebol, uniformes e livro de regras. Ele era sócio do Paysandú Cricket Club e por lá reunia amigos para praticar o futebol. Cansados de jogar entre si, marcaram duas partidas em São Paulo, os dois primeiros confrontos de futebol entre as duas cidades mais importantes do país. No ano seguinte, Oscar Cox fundou junto com outros companheiros o Fluminense Football Club, inclusive sendo aclamado como o primeiro presidente do Clube. Segundo reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, as duas derrotas sofridas pelos cariocas fortaleceram a ideia de Cox formar uma equipe capaz de fortalecer o futebol<sup>91</sup>.

Não é tarefa fácil definir a paternidade do futebol brasileiro. Recentemente, ainda em 2011, uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, dava conta de uma pesquisa feita por Richard Mc Brearty, curador do museu do futebol escocês, afirmando a paternidade do futebol brasileiro a Thomas Donohoe<sup>92</sup>. No entanto, é praticamente impossível fazer tal afirmação. A escassez de registros e o extenso litoral brasileiro com mais de 7,3 mil km não possibilitam a definição, mas sim mapear alguns dos precursores do futebol.

Desde a metade do século XIX quando a Europa passou por um período de secas, pragas, escassez de alimentos e, conseqüentemente fome, muitas pessoas, principalmente alemães e italianos, passaram a ser fisgados por propostas de colonização na América do Sul. Já no final do século, a falta de emprego, devido a Revolução Industrial tornou-se outro motivo para a emigração. A esperança de uma vida melhor fez chegar por aqui muitos destes europeus em diversos lugares e num curto espaço de tempo.

---

<sup>90</sup> SILVA, Matheus dos Santos. O futebol como forma de ascensão social do negro no início do século XX: O Rio de Janeiro e o C.R. Vasco da Gama. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 13, n. 52, p. 88-110, 2021. p. 94.

<sup>91</sup> GAVAZZI, Matteo. *Op. Cit.*

<sup>92</sup> BUENO, Rodrigo. Escocês quer tirar de Miller paternidade do futebol no Brasil. **Folha de São Paulo**, 26 de março de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2603201113.htm>

Aliado a estes fatores, faz-se necessário contextualizar o Brasil do início do século XX. Havia um processo de mudança estrutural importante com o advento da abolição da escravatura em 1888 (o Brasil foi o último país da América do Sul a abolir a escravidão) e com o fim da Monarquia um ano depois.

O fim da escravidão trazia a necessidade de reestruturação da mão-de-obra no país. Segundo Oliveira<sup>93</sup>, “A sociedade oferecia poucos postos de trabalho para os negros recém libertos, que disputavam as oportunidades em condições desiguais com os trabalhadores brancos imigrantes provenientes da Europa”. Já para Fernandes<sup>94</sup> o regime escravista não preparou o liberto para agir como um trabalhador livre, assim como lhe faltava capacidade para interagir conforme os padrões de comportamento da sociedade.

O movimento migratório que estava ocorrendo desde a chegada da família real no início do século XIX, acentuou-se a partir do momento em que a escravidão não era mais permitida. No sudeste do Brasil o sistema cafeeiro recebeu imigrantes, dispostos a trabalhar como empregados em grandes espaços de terra, os latifúndios. No sul do país, especificamente no Rio Grande do Sul, o processo migratório foi diferente. Trazia consigo uma forte mudança cultural e social e, a chegada de alemães e italianos, proporcionou a ocupação de pequenos espaços de terra, os minifúndios, e a produção de uma cultura agrícola diversificada.

O porto de Rio Grande foi extremamente importante como principal rota para o escoamento dos produtos pecuários, principalmente a produção de charque do sul do país. Também foi fundamental para a entrada de diversas culturas, essencialmente as do Velho Mundo, através de alemães, grandes comerciantes e dos ingleses que eram os principais importadores dos produtos do charque. Dentre estas experiências trazidas por marinheiros, empresários, comerciantes, o futebol fisionou a atenção de muitos.

Praticado pelos tripulantes das embarcações que por aqui chegavam, a bola passava a ser chutada também por brasileiros. Facilitada pela grande colonização europeia, principalmente por comerciantes alemães e capitaneados pelo hamburguês Johannes Minnemann foi fundado o primeiro clube de futebol do Brasil, o Sport Club Rio Grande em 1900. Logo a seguir, outros clubes de futebol começam a surgir pelo país. A Ponte Preta em Campinas (1900), o Náutico em Recife (1901), o 14 de Julho em Santana do Livramento (1902), o Fluminense no Rio de Janeiro no mesmo ano, o Grêmio no ano seguinte.

---

<sup>93</sup> OLIVEIRA, Alex Fernandes. *Op. Cit.* p. 173.

<sup>94</sup> FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008. p.67.

## O desenvolvimento do esporte e o crescimento das capitais

Cansados de jogar entre si e aproveitando o feriado de 07 de setembro, o Sport Club Rio Grande foi a Porto Alegre em 1903 com a sua delegação, levando dois times completos, a fim de realizar uma exibição de futebol na cidade<sup>95</sup>. O evento, atípico, chamou a atenção de muitas pessoas que foram assistir, em um campo improvisado na várzea, a uma partida de futebol. No decorrer do jogo, um imprevisto: a bola murchou. Na época, os materiais eram bastante escassos, sempre importados, e a partida estava por ser encerrada por falta da bola. A frustração era geral, até que para o espanto dos próprios desportistas, o paulista Cândido Dias que residia na capital gaúcha, emprestou a sua bola para que a partida pudesse continuar.

Cândido havia levado sua bola de futebol para o evento, pois tinha o costume de reunir os amigos nos finais de semana para jogar e acabou salvando o evento. O gesto do rapaz foi recompensado, sendo convidado a confraternizar com os jogadores e a delegação do Rio Grande, após a partida<sup>96</sup>. Naquele dia, recebeu detalhes de como jogar futebol, conheceu as regras e aprendeu como deveria proceder para fundar um clube de futebol. Alguns dias depois surgiam o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e o Fussball Club Porto Alegre<sup>97</sup>.

De Pelotas partiu para Curitiba Frederico Essenfelder<sup>98</sup>, um argentino, filho de imigrantes alemães. O pai de Essenfelder produzia pianos<sup>99</sup> em Pelotas, mas a falta de madeiras adequadas para a produção daqueles instrumentos musicais fez com que a família se transferisse para a cidade de Curitiba em 1909, a fim de dar continuidade ao negócio. Habitado com o futebol, o filho levou consigo uma bola, e não tardou para que reunisse outros jovens a fim de praticar o esporte. Logo em seguida, foi fundado o Coritiba, o primeiro clube do Paraná, quando o futebol passava a ser disseminado na região.

Muitos outros personagens, além dos citados acima contribuíram para a disseminação do futebol no Brasil. A escassez de materiais, principalmente da bola, da bomba para enchê-la

<sup>95</sup> A FEDERAÇÃO. **A Federação**, Porto Alegre, 5 set. 1903, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14512>.

<sup>96</sup> A FEDERAÇÃO. **A Federação**, Porto Alegre, 8 set. 1903, p. 1 e 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14516> e <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14517>.

<sup>97</sup> A FEDERAÇÃO. **A Federação**, Porto Alegre, 4 mar. 1904, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=15104>.

<sup>98</sup> GAZETA DO POVO. Fritz, o primeiro ídolo coritibano. **Gazeta do Povo**, 12 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/coritiba/especiais/eternos-campeoes/fritz-o-primeiro-idolo-coritibano-2i491437wy8y331q3o1h6eczy/>.

<sup>99</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 1991, p. J-6. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=11215&keyword=Essenfelder&anchor=4090848&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=d6cedc5b936711e94a8f6b319969b4ef>.

e ainda, o desconhecimento das regras foi compensada pela vontade em praticar um novo esporte ao ar livre.

Se por um lado a prática do futebol começava a se disseminada pelo Brasil, tendo origem na costa brasileira, rumando aos grandes centros, é preciso entender o processo evolutivo populacional das grandes capitais. O processo de transformação econômica brasileira era semelhante ao que havia ocorrido na Inglaterra. O advento da industrialização e o seu desenvolvimento proporcionaram um intenso deslocamento de pessoas tanto para as zonas urbanas como para as zonas suburbanas, conforme cita Malaia<sup>100</sup>.

A partir da melhoria do sistema viário e de novos meios de transporte este processo migratório acelerou-se, transformando o ambiente social daquelas cidades. Ex-escravos e trabalhadores rurais passaram deslocarem-se em busca de empregos e melhores condições de vida. Esta nova realidade contribuiu para a modificação dos espaços públicos nas cidades. O Rio de Janeiro, grande vitrine nacional e capital da República necessitou adequar seus ambientes públicos e tentava realocar uma boa parte do contingente populacional para o subúrbio. Não foi diferente em São Paulo que, em pouco tempo, tornou-se o grande centro comercial e financeiro do país, principalmente em virtude do café.

O excesso de pessoas em um ambiente ainda em transformação, oriundas de diversas localidades acarretava inevitavelmente em disfunções sociais, como o aparecimento de doenças e a sua rápida proliferação. Naquele período a prevenção e o controle de doenças eram incipientes e havia pouca informação e remédios para o tratamento daquelas doenças. Não havia a conclusão do sistema de saneamento básico, pelo contrário, estava em desenvolvimento, e mesmo que houvesse, não suportaria tamanha demanda em tão pouco tempo. Conforme cita Streapco<sup>101</sup> a cidade de São Paulo quadruplicou a sua população entre os anos de 1890 a 1900.

Oliveira<sup>102</sup> cita que “o crescimento populacional desordenado levou o Rio de Janeiro a níveis alarmantes de doenças, tais como a tuberculose, que segundo a revista Brasil Médico de 1895 era a causa de 15% das mortes registradas na cidade”.

O médico Oswaldo Cruz que havia assumido a diretoria geral de saúde pública no governo do presidente Rodrigues Alves em 1903, realizou inspeções sanitárias em diversos portos, além de promover campanhas de vacinação. Uma destas campanhas de vacinação

---

<sup>100</sup> MALAIA, João Manuel. O processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro: dos subúrbios à Zona Sul. A inserção dos negros, mestiços e brancos pobres na economia da Capital Federal (1914-1923). **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 13, p. 125-155, 2008. p. 128.

<sup>101</sup> STREAPCO, João Paulo França. **Cego é aquele que só vê a bola. O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistanas: S.C. Corinthians Paulista, S.E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)**. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 50.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Alex Fernandes. *Op. Cit.* p.172.

destinada a conter um surto de varíola em 1904 trouxe uma revolta por parte das pessoas, por desinformação e medo do que poderia causar a injeção de líquidos desconhecidos no corpo humano.

Esta abrupta transformação social trouxe a febre amarela e todas as suas implicações em 1904, assim como a tuberculose, a varíola, a cólera e outras moléstias. Como relatou o médico Miguel Pereira em 1916 a respeito dos graves problemas que o país enfrentava: “O Brasil ainda é um imenso hospital”<sup>103</sup>.

No Rio Grande do Sul a epidemia de febre amarela foi tão alarmante que o campeonato gaúcho de futebol, que seria realizado pela primeira vez em 1918, teve que ser adiado para o ano seguinte pela FRGD - Federação Rio Grandense de Desportos<sup>104</sup>.

A necessidade de controlar as várias epidemias que surgiam trazia a pauta o discurso higienista a fim de ser debatido pela sociedade. Havia a preocupação com a melhoria sanitária, de uma melhor estruturação das cidades, com a melhor qualidade da alimentação, de uma melhor higiene por parte dos cidadãos e com a prática de esportes e a adequada utilização de ambientes abertos.

A prática de esportes era muito incipiente no Brasil e os espaços ao ar livre não eram utilizados pela população<sup>105</sup>. As pessoas tinham o costume de viver em ambientes fechados. Alguns movimentos isolados tentavam alterar esta realidade. Segundo Caldas<sup>106</sup>, em 1882 Ruy Barbosa, então presidente da comissão estadual de ensino, enfatizava a importância da educação física nas escolas primárias, mas não recebera nenhuma receptividade de seus pares em torno da sua proposta.

Ruy Barbosa tentou efetivar uma reforma no ensino, através da universalização da educação e fazer dos exercícios físicos uma boa prática, trazendo saúde, sendo uma espécie de remédio para as diversas doenças que se instauravam. No entanto, governo estava preocupado com a questão da mão-de-obra brasileira, visto que o período escravocrata estava por acabar. Naquele momento para a sociedade conservadora, o serviço braçal e o esforço físico eram considerados como algo degradante.

---

<sup>103</sup> SCHWARCZ, Lila Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Op. Cit.* p. 329.

<sup>104</sup> CRUZ, Lucas Lopez da. **Conflitos no futebol gaúcho**: Federação Riograndense de Desportos versus Clubes. 2012. 17 f. Artigo (Especialização) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 4.

<sup>105</sup> PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. O turfê em Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Aspectos históricos de uma prática cultural esportiva. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, n. 150, ano 15, 2010. p. 2.

<sup>106</sup> CALDAS, Waldenyr. Aspectos sócio políticos do futebol brasileiro. **Revista USP**, n. 22, p. 40-49, 1994. p. 42.

Pereira<sup>107</sup> reforça a questão acerca da prática física. Segundo ele criou-se um movimento para tornar a prática do exercício físico obrigatório nas escolas primárias e secundárias, com a execução de caminhadas e com a inserção da ginástica, fundamental para o desenvolvimento humano.

Para modificar este cenário foi preciso que os imigrantes, alemães e italianos, primordialmente, começassem a praticar os seus esportes para disseminar melhores hábitos e uma nova cultura. Na Europa, a atividade física era algo comum, capaz de agregar uma série de benefícios, além da melhoria estética do corpo, como deixar o corpo mais forte e livre de doenças. A prática de atividades físicas deixava a pessoa mais disposta, com uma melhor capacidade produtiva laboral. Para Pereira<sup>108</sup>, o cuidado com o físico estaria na base de uma educação completa e saudável.

O advento da imigração passou a modificar o contexto cultural brasileiro. No sul do país, a colonizações alemãs e italianas compartilharam com a sociedade gaúcha os seus costumes, as atividades comunitárias como os bailes, as músicas, os jogos, a ginástica. Além da importância da atividade física, o uso dos espaços ao ar livre começa a ser propagado para a população de um modo geral.

Conforme reforça Santos<sup>109</sup>, a prática de esportes era utilizada com sucesso no mundo imperialista inglês e imponha novos hábitos. Inserir a prática esportiva no cotidiano, principalmente no Rio de Janeiro, capital Federal, seria demonstrar ao mundo de que estávamos caminhando para a modernidade.

Conforme destacado, poucos esportes eram praticados no início do século XX. No Rio Grande do Sul, o cavalo sempre foi um animal afetivo do gaúcho. Além de ser um instrumento para defender a terra de invasores, sua utilização eficiente contribuiu muito para a locomoção e como uma ferramenta de trabalho. Logicamente, o cavalo não estaria longe nos momentos de lazer. Roche<sup>110</sup> cita que em 1905 o Rio Grande do Sul possuía cerca de 800 mil cavalos.

Tendo a cidade de Porto Alegre como exemplo, eventos que tinham a presença do animal sempre reuniam muita gente, seja através de desfiles, seja através das corridas. Evidentemente que o turfe era o principal esporte da época. Em 1899, havia sido constituída a Associação de Turfe, chamado de Derby Club, destinada a organizar o esporte e a dar suporte para os, já

---

<sup>107</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 37.

<sup>108</sup> *Ibid.* p. 38.

<sup>109</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução Vascaína: A profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934).** 2010. 501 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 17.

<sup>110</sup> ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** V.1. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 27.

existentes, quatro prados oficiais de Porto Alegre: Prado da Boa Vista, Prado Rio-Grandense, Prado Navegantes e o Prado Independência. A cidade que ainda contava com outro espaço, o antigo Prado da Várzea na Redenção que não era da entidade.

Jeuken<sup>111</sup> faz uma observação a respeito do turfe. Após sua popularização, o esporte tirou o encanto de muitos apreciadores, pois em um determinado momento a emoção das apostas passou a ser maior do que a própria corrida de cavalos, afastando alguns envolvidos com o esporte. Muitos jovens da elite turfística acabaram migrando para um outro esporte, o ciclismo, até que este esporte também passe a ser dominado pelos corredores profissionais. Os jovens, novamente, migraram para outros esportes como remo, tênis, automobilismo e aviação esportiva. Estes movimentos de alternância da prática esportiva pela elite demonstravam o quanto estavam isolados em relação aos demais grupos sociais.

Os esportes germânicos, praticados pelos colonos, inseriam-se paulatinamente na sociedade. Segundo Moraes<sup>112</sup>, há registro de que em 1869 o senhor Dillon, comerciante e importador de objetos americanos vendia bicicletas em Porto Alegre, enquanto seu filho Alfredo, fazia demonstrações de em São Leopoldo para vendê-las. Naquele ano, os irmãos Mabilde adquiriram uma bicicleta de Dillon, passando a fazer várias outras bicicletas, bastante melhoradas, em Porto Alegre. Até que vieram uma série de bicicletas importadas dos Estados Unidos e da Europa em 1895<sup>113</sup>.

A partir daí, de forma organizada, em 1895 o ciclismo elevava a sua importância como esporte com o surgimento da União Velopédica de Amadores e no ano seguinte a Radfahrer-Verein Blitz. Em 1898 os dois clubes inauguraram os seus velódromos passando a rivalizar por anos naquele esporte<sup>114, 115</sup>.

O mesmo movimento aconteceu com o remo. Em 1888 surgia o primeiro clube em Porto Alegre, o Ruder-Club Porto Alegre e quatro anos depois o Ruder-Verein Germania. Os dois clubes fundaram a primeira entidade federativa brasileira, o Comitê de Regatas. Segundo Silva<sup>116</sup>, a forte predominância da identidade germânica fez com que um grupo de luso-

---

<sup>111</sup> JEUKEN, Bruno. Esporte na primeira República: A história do espetáculo. **Revista História**, São Paulo, n. 176, 2017. p. 5.

<sup>112</sup> MORAES, Ronaldo Dreissig. **O ciclismo nos clubes de Porto Alegre/RS: Entre o passado e o presente**. 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 10.

<sup>113</sup> LICHT, Henrique. **Ciclismo no Rio Grande do Sul (1869-1905)**. Porto Alegre: Centro de memória do esporte, 2002. p. 8.

<sup>114</sup> MORAES, Ronaldo Dreissig. *Op. Cit.* p. 22.

<sup>115</sup> LICHT, Henrique. *Op. Cit.* p. 92.

<sup>116</sup> SILVA, Carolina Fernandes. **O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Mosaico de identidades culturais no longo século XIX**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 65.

brasileiros também começasse a fomentar o esporte criando o Grêmio de Regatas Almirante Tamandaré em 1903 e o Club de Regatas Almirante Barroso em 1905.

O desenvolvimento do remo impulsionou o surgimento de outros clubes como o Ruder-Verin Freundschaft destinado apenas para jovens praticantes em 1906, o Club Italiano Canottieri Ducca degli Abruzzi de identidade italiana em 1908 e o Clube de Regatas Vasco da Gama em 1910.

Na cidade do Rio de Janeiro ocorria absolutamente da mesma forma. Moraes<sup>117</sup> citando Schetino (2008) mencionou a prática de demonstrações ciclísticas em 1885 no Prado do Sport Club Villa Izabel e a criação do Club Athletico Fluminense, responsável pela organização de provas de ciclismo. Assim como o remo, principal esporte no final do século XIX. Em 1897 constituiu-se a União de Regatas Fluminense no intuito de gerir e organizar os campeonatos de remo, onde mais de uma dezena de clubes estavam ávidos a participar.

É merecedor de destaque o fato de que, no Rio de Janeiro, após o remo diminuir a sua importância no cenário esportivo, o futebol passou a assumir este lugar de destaque nas associações existentes. Podemos perceber que muitos dos clubes de futebol, constantes na elite do futebol brasileiro atual, têm a sua origem no remo. Destaco o Club de Regatas Vasco da Gama, Clube de Regatas do Flamengo e o Botafogo de Futebol e Regatas.

É importante a descrição evolutiva destes fatos para demonstrar como o futebol passará a fazer parte do cotidiano das pessoas, a partir da transformação do pensamento e dos costumes da sociedade. Segundo Mario Filho<sup>118</sup>, na época, quem era do remo achava-se superior a quem jogava futebol. Em dias de regata, na enseada do Botafogo não havia futebol.

Aos poucos, esta concepção foi sendo alterada e o futebol passou a ter mais destaque por alguns fatores. Conforme destaca Santos<sup>119</sup>, a chegada do futebol no país foi facilitada pelo entendimento simples das regras, pela inserção de indivíduos de corpos atléticos variados e pela igualdade nas condições de jogo dos participantes devido à ausência de equipamentos específicos e caros, como o cavalo no turfe e barcos no remo.

E é neste cenário que o futebol adentra, em um ambiente restrito dentro dos clubes sociais e destinado a um seleto grupo de pessoas de elevada classe social. Era uma novidade, um passatempo qualquer. Por muitos, nem poderia ser considerado um esporte. Raríssimos eram os relatos do futebol nos jornais. Inicialmente, quando o futebol recebia algum destaque a notícia aparecia em poucas linhas, em seções de menor interesse, como, por exemplo, na seção

---

<sup>117</sup> MORAES, Ronaldo Dreissig. *Op. Cit.* p. 11.

<sup>118</sup> FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 47.

<sup>119</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 30.

de Teatros e Diversões do jornal A Federação<sup>120</sup> e sua citação era primordialmente de cunho social. A seção de Sports dava destaque para o Turf, Tiro, Pelota<sup>121</sup>.

As primeiras apresentações do futebol para o público ocorreram em locais onde realizavam-se as corridas de cavalo ou de bicicleta entre os intervalos. Jeuken<sup>122</sup> refere-se à apresentação do futebol para o público que comparecia aos velódromos, aproveitando o espaço central, como forma de entretenimento.

Lage<sup>123</sup> também faz referência à utilização do espaço central do Prado Mineiro para a prática do futebol em 1911. Segundo o autor, a partida disputada entre o Yale Athletic Club e o Morro Velho Athletic Club teve significativa presença de público, assim como faz referência a cobrança de ingressos pela primeira vez. Menciona ainda que naquela partida, o público foi separado entre os espectadores da elite, integrantes da alta sociedade que tinham o privilégio de assistir à partida de dentro do Prado Mineiro, e os torcedores populares que somente podiam assistir do lado de fora.

Aos poucos o futebol passou a ser uma alternativa para a prática esportiva, voltada a aquisição e manutenção da saúde e inseria-se dentro do contexto sanitário que os governantes brasileiros vinham buscando, mesmo que no início do século XX o futebol ainda estava reservado para uma pequena parcela da população. Ele era praticado majoritariamente pela classe social elitizada e branca e proibido para negros, mestiços, mulheres e brancos pobres<sup>124</sup>.

Dentro deste contexto, o futebol passa a ser praticado gradativamente nos colégios. A ideia de que o esporte poderia desenvolver mais virtudes do que apenas a melhora da saúde impulsiona-o no ambiente escolar. Segundo Souza<sup>125</sup>, os alunos encontram no esporte a melhora no nível de concentração, assim como o gasto de energia decorrente do jogo reduz a tensão entre os alunos.

Distanciando-se das estruturas do remo, principalmente no Rio de Janeiro e praticado em diversas localidades do país, o futebol caiu no gosto da elite. Um esporte de status, de cultura inglesa e de modernidade e conforme cita Souza<sup>126</sup> “Comprovado é a relação modeladora que os ingleses exerciam sobre as demais nações. Refinamento, autocontrole, modernidade: Eram

---

<sup>120</sup> A FEDERAÇÃO. **A Federação**, Porto Alegre, 10 mar. 1905, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=16335>.

<sup>121</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1905, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19050313-9597-nac-0002-999-2-not>.

<sup>122</sup> JEUKEN, Bruno. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>123</sup> LAGE, Marcus Vinícius. Aspectos sociológicos da profissionalização do futebol em Belo horizonte nas décadas de 1920 e 1930. **Esporte e Sociedade**, ano 9, n. 23, 2014. p. 3.

<sup>124</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>125</sup> SOUZA, Elysandra Caroline Alves. *Op. Cit.* p. 9.

<sup>126</sup> *Ibid.* p. 8.

estandartes da cultura anglicana, que exportados aos demais continentes, eram copiados pela elite local”.

É um período de transição entre a apropriação do conhecimento em relação ao esporte e o início do amadorismo no futebol brasileiro. Um esporte fácil de jogar e ao mesmo tempo pertencente à elite burguesa que conquistava novos adeptos e formava clubes. Mesmo em estado embrionário, eles precisavam se organizar.

### **O amadorismo e o surgimento das Ligas**

A partir do momento em que o futebol passa a ser jogado por um número crescente de pessoas e começam a surgir os clubes há a necessidade da criação de uma entidade capaz de organizar, mas também de regular o esporte e de administrar os campeonatos que estavam surgindo.

Não tardou para que surgisse a primeira Liga de futebol do Brasil em 1902 na cidade de São Paulo. Depois, outros estados seguiram o mesmo caminho, conforme cita Mósca<sup>127</sup>. Rio de Janeiro veio a seguir com sua Liga sendo formada em 1905. Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco custaram um pouco mais para organizarem-se, apenas em 1915.

Desde 1871 com a formação da Liga inglesa e da Liga norte-americana de beisebol, a criação de Ligas passou a ser uma forte tendência no mundo para administrar os interesses dos clubes. O Brasil seguiu o modelo inglês de formatação de campeonatos com o sistema de promoção e rebaixamento dos clubes e com separação de divisões em clubes fortes e fracos<sup>128</sup>.

As Ligas vinham sendo formadas para organizar o ambiente esportivo, mas também por motivos menos nobres. Como o futebol era praticado pela elite como forma de vivenciar uma modernidade esportiva vinda da Inglaterra, as Ligas foram formadas, segundo Silva<sup>129</sup>, no intuito de garantir ao futebol uma imagem distinta, ameaçado diante do seu crescimento pelos menos afortunados. Foi deste modo que surgiu a Liga Metropolitana de Futebol no Rio de Janeiro com o objetivo claro de definir as regras e de regular os grupos que poderiam ou não praticar o jogo.

No momento em que vários estados já tinham as suas Ligas formatadas passou-se a pensar em algo mais amplo, visto que tornou-se mais frequente as partidas entre clubes de estados diferentes. Em 1915 os estados do Rio de Janeiro e São Paulo criam as suas federações: No Rio de Janeiro surgia a FBS - Federação Brasileira de Sports que reunia dirigentes do

---

<sup>127</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>128</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 42.

<sup>129</sup> SILVA, Matheus dos Santos. *Op. Cit.* p. 97.

futebol, remo, hipismo e ginástica e em São Paulo surgia a Federação Brasileira de Foot-Ball<sup>130,131</sup>.

Rio de Janeiro, capital Federal e São Paulo passam a medir forças não apenas em relação ao poderio econômico e ao protagonismo nacional, mas buscavam, cada um de sua maneira, deter o controle do futebol brasileiro. A rivalidade que surgia desde os primeiros jogos em que Cox foi a São Paulo com seus amigos. E esta só aumentava na medida em que ambas as Federações passaram a pleitear o direito de representar o Brasil em partidas no exterior. Mais de dez anos se passaram e não havia consenso.

Apenas como apanhado histórico e comparativo em relação a disputa da proeminência econômica do país, Versiani<sup>132</sup> cita que em 1907 a produção industrial do Rio de Janeiro representava cerca de 40% da produção brasileira, enquanto São Paulo era responsável por 17% . Já em 1920, a produção carioca representava 28,5% , enquanto a paulista havia ultrapassado e bem, respondendo por 33% do total da produção nacional.

Para cessar este embate foi necessária a intervenção do ministro das Relações Exteriores Lauro Muller, que na tentativa de viabilizar um acordo entre as partes, foi uma das pessoas responsáveis pela criação da Confederação Brasileira de Desportos, a CBD em 1916, no intuito de que a entidade gerisse o futebol nacional. Com o título “A unificação do Sport” o jornal Estado de São Paulo entrevistou representantes das duas Federações que comemoraram a criação da CBD como um grande passo para a reorganização e a unificação do esporte brasileiro<sup>133</sup>.

Segundo Pereira<sup>135</sup>, a CBD iniciou as suas atividades representando oito estados brasileiros e naquele mesmo ano passou a ser reconhecida no continente através do Congresso Sul-Americano de Foot-Ball. A formação da primeira diretoria era composta majoritariamente por representantes do Rio de Janeiro como Arnaldo Guinle, presidente do Fluminense e Ariovisto Rego, ex-presidente da Liga Metropolitana, o que evidenciava que naqueles primeiros anos da entidade o futebol continuaria a ser “refinado e elegante” sem a presença das camadas mais pobres. A partir do ano seguinte, a CBD conseguiu o reconhecimento da Fédération

<sup>130</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 144.

<sup>131</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>132</sup> VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio de Janeiro e São Paulo no início do século. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, p. 576-596, 1993. p. 578.

<sup>133</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 1916, p. 10. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19160623-13695-nac-0010-999-10-not>.

<sup>135</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 145.

Internationale de Football Association – FIFA e passou a ser chancelada de forma oficial como a responsável pela gestão do futebol nacional<sup>136</sup>.

Mais organizados e recebendo mais espaços nos jornais, através de colunas destinadas ao futebol<sup>137</sup>, os campeonatos passam a receber um aumento significativo de público nos seus jogos. O público ainda era, majoritariamente, composto por integrantes da alta sociedade e por pessoas que detinham o poder econômico e político da época. Até aquele momento, o mais importante não era a partida de futebol em si, mas aproveitar a ocasião para estreitar relações e fazer negócios. Souza<sup>138</sup> citando Sevcenko (1992) menciona que o futebol era um evento familiar, com pessoas bem vestidas e trajadas a passeio.

Conforme cita Pereira<sup>139</sup>, as partidas atraíam um público “fino e elegante”, composto por moças formosas, senhoras sérias, jovens de sociedade. Transformavam um jogo brutal e sem sentido em um evento social. E ainda, lotada de cavalheiros distintos e senhoritas com vestidos claros e elegantes, as arquibancadas pareciam um salão de festas.

Quando o esporte começou a ser praticado no Brasil poucas eram as pessoas que iam assistir as partidas de futebol e que não estivessem ligadas aos clubes. Reforça-se o fato de serem clubes associativos. À medida que houve o aumento do interesse pelo jogo, pessoas de outras esferas sociais passam a se interessar por ele.

Embora não haja referência na literatura a respeito de torcidas no início do século XX, é possível imaginar a sua formação, evidentemente, através de um círculo de relações correspondentes com os seus interesses sociais. E foi mediante este crescimento de torcedores que as agremiações esportivas e as entidades organizadoras dos campeonatos passaram a considerar a cobrança de ingressos como algo viável.

Uma das primeiras referências a respeito de cobrança de ingressos se deu em 1908. O Rio de Janeiro recebeu pela primeira vez um selecionado de fora do país<sup>140</sup>. Tratava-se de um selecionado argentino que veio para realizar três partidas contra a seleção nacional. Na ocasião, foram colocados ingressos à venda pelo valor de 2 mil réis, valor considerado bem alto para a época, mas para a surpresa de todos, as partidas tiveram lotação máxima. Segundo Pereira<sup>141</sup>, o grande interesse do público pelos jogos contra o selecionado argentino fez com que se

<sup>136</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>137</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1916, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19160925-13789-nac-0006-999-6-not>.

<sup>138</sup> SOUZA, Elysandra Caroline Alves. *Op. Cit.* p. 4.

<sup>139</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>140</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 9 jul. 1908, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19080709-10804-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 18 fev. 2025.

<sup>141</sup> *Ibid.* p. 93.

reuniram, pela primeira vez, grupos diversos de apreciadores do futebol em prol de uma mesma equipe.

Além da surpresa pela grande presença de público, outro aspecto chamou a atenção das autoridades e da imprensa local. O Brasil havia perdido as três partidas disputadas. Embora houvesse uma grande festa em virtude daquele evento diferenciado, desde a primeira derrota da seleção, apresentou-se um descontentamento crescente por parte dos torcedores, com muitas vaias e protestos. Segundo Pereira<sup>142</sup>, havia um sentimento de nacionalismo que passava a ser importante para todas as pessoas presentes e não somente para os intelectuais e integrantes do poder público. O povo ficou incomodado com uma derrota do Brasil e, unido, queria protestar.

### **O futebol passa por mudanças estruturais**

O aumento de público nos eventos esportivos fazia com que em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, a cobrança de ingresso passasse a ser algo corriqueiro. Os clubes começam a arrecadar recursos, que inicialmente eram destinados ao caixa geral e que auxiliava o desenvolvimento de todos os esportes da agremiação. A partir do momento em que o futebol passou a ganhar mais importância e maior repercussão, os recursos arrecadados nas partidas passaram a ser canalizados ao futebol, visando a melhoria das acomodações dos estádios, principalmente as áreas sociais. Logo em seguida, estes recursos voltaram-se para a melhoria de condições das equipes e, mais tarde, para as premiações.

Uma demonstração de que havia mais investimento para o futebol foi o movimento adotado pelo Fluminense que, no intuito de melhorar o desempenho de suas equipes, passou a buscar treinadores estrangeiros. Entre 1917 a 1928 o Fluminense foi treinado por Quincey Taylor (Inglaterra), Ramón Platero (Uruguai), Pede Pedersen (Dinamarca), Charlie Williams (Inglaterra) e Eugênio Medgyssy (Hungria).

O futebol deu uma demonstração de que realmente havia crescido em popularidade em 1919. Em maio daquele ano o Rio de Janeiro foi anfitrião do terceiro campeonato Sul-Americano de futebol, com a presença, além do Brasil, de Argentina, Uruguai e Chile.

Na competição, os países jogaram entre si, indo para a fase final o Brasil e o Uruguai empatados em pontos, com duas vitórias cada e empate no confronto direto. No dia 29 de maio o estádio das Laranjeiras, sede do Fluminense do Rio de Janeiro, foi o palco da grande final do campeonato. Segundo Máximo<sup>143</sup>, naquele momento, o gosto pelo esporte dava lugar a paixão

---

<sup>142</sup> *Ibid.* p. 96.

<sup>143</sup> MÁXIMO, João. *Op. Cit.* p. 184.

do torcedor que passa a encarar o futebol de uma forma diferente. O relato do enviado especial do jornal O Estado de São Paulo deixa evidente o sucesso de público no evento<sup>144</sup>: “Como das vezes anteriores, muito antes da abertura dos portões da magnífica sede do Fluminense, já era colossal a multidão que se comprimia nas suas imediações, a espera do momento da entrada. A assistência já é de mais de 20 mil pessoas”.

O público que acompanhava o futebol não o tratava mais de forma secundária, tinha clube para torcer, queria ver um bom espetáculo, assistir bons jogadores em campo fazendo jogadas mirabolantes e gols que levassem a sua equipe a vitória. O lazer cedia o espaço para a competitividade.

### **A questão racial vem à tona**

Embora o futebol estivesse ganhando popularidade, o seu ambiente interno ainda era bastante ortodoxo. A sociedade se mantinha conservadora e racista. Para Fernandes<sup>145</sup>, a sociedade só era igualitária nos estratos dominantes e somente era aberta para aqueles que detinham o poder. Ou seja, o ambiente esportivo, elitista, agia conforme a sociedade da época e restringia a prática do futebol apenas a jogadores brancos e de classe social elevada.

Entrementes, naquele campeonato Sul-Americano de 1919 um jogador chamou a atenção do público presente e da imprensa, o uruguaio Gradim. O atleta era campeoníssimo pelo Peñarol e pela sua seleção, era negro, havia marcado dois gols, sendo o grande destaque da competição. O fato trouxe à tona o debate sobre a utilização dos melhores talentos, independentemente da cor da pele, não somente pelas equipes, mas também pela seleção nacional<sup>146</sup>.

Conforme Dantas & Silva<sup>147</sup>, o sucesso deste jogador foi tamanho que passaram a surgir pelos campos do Brasil vários “Gradins” jogando futebol. Dantas<sup>148</sup> citando Filho (2003) refere-se a uma “praga de Gradins”, onde todo preto que jogava futebol virava um Gradim. Embora o jogador tenha adquirido destaque, o termo “praga” denota uma maldição e não algo que seja positivo, o que reflete a forma como um homem de pele escura, mesmo com sucesso era tratado pela sociedade da época.

---

<sup>144</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 maio 1919, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19190530-14757-nac-0003-999-3-not>.

<sup>145</sup> FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* p. 61

<sup>146</sup> SILVA, Matheus dos Santos. *Op. Cit.* p. 98.

<sup>147</sup> DANTAS, Marina de Mattos; SILVA, Roberta Pereira. Gradim 1,2,3: O anonimato do homem negro no futebol. **Ludopédio**, São Paulo, v. 144, n. 4, 2021. p. 3.

<sup>148</sup> DANTAS, Marina de Mattos. **Cartografias de um campo invisível**: Os anônimos jogadores do futebol brasileiro. 2017. 252 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 53.

Um dos inúmeros exemplos sobre a proliferação de Gradins está em Mackedanz<sup>149</sup> citando Rigo (2004) quando mencionou a aceitação de jogadores negros por parte do clube Brasil de Pelotas: “Ainda nos anos 20, passam a fazer parte da equipe outros jogadores negros, como por exemplo, Gradim e Ivo em 1925 e Fruto em 1929”.

Podemos demonstrar como a questão racial era forte. Antes daquela competição Sul-Americana, a Liga Suburbana de futebol do Rio de Janeiro, de forma modesta e humilde, colocou à disposição da Confederação Brasileira de Desportos os seus melhores atletas para a competição. A atitude foi tratada com desdém pela entidade que negou a oferta. Após o término da competição e o sucesso do jogador uruguaio, os torcedores das classes menos abastadas, passaram a se sentir representados na figura de Gradim<sup>150</sup>.

Este comportamento sectário era espelhado inclusive pelos governantes. Em 1921 o Brasil iria disputar em Buenos Aires o campeonato Sul-Americano. Pois o próprio presidente da República, Epitácio Pessoa, recomendou que a seleção brasileira não incluísse jogadores mulatos no seu elenco, pois o Brasil precisava ser representado pela sua “melhor sociedade”<sup>152</sup>.

Para Pereira<sup>153</sup>, o fato de o governo brasileiro ter auxiliado a Confederação Brasileira de Desportos nas despesas de viagem para o Sul-Americano na Argentina, dava o direito de interferir nos assuntos do futebol. Portanto, o presidente da República, membro de honra da entidade, solicitou que o fossem enviados para a competição apenas jogadores rigorosamente brancos.

Segundo Daou<sup>154</sup>, o presidente Epitácio Pessoa não se conformava com a apropriação do futebol por parte do povo. Para ele o futebol era destinado à elite e somente ela poderia desfrutar desta prática.

Lembra Oliveira<sup>155</sup> “que quando os negros começaram a jogar futebol por aqui, eles não podiam derrubar, empurrar ou mesmo esbarrar nos adversários brancos, sob pena de severa punição: Os outros jogadores e até os policiais podiam bater no infrator”.

É difícil ser assertivo em relação a veracidade das palavras atribuídas ao presidente Epitácio Pessoa. No entanto, de forma contextual, tratava-se de um período onde ensaiava-se uma ruptura estrutural do futebol brasileiro. O que é possível constatar é que efetivamente os jogadores de pele escura não foram chamados para aquele Sul-Americano de 1921 prejudicando

<sup>149</sup> MACKEDANZ, Christian Ferreira. A exclusão revelada: O negro no futebol pelotense, através da fotografia (1910-1938). II Encontro Internacional Fronteiras e Identidades. Pelotas, *Anais...*, v. 1, 2014. p. 10.

<sup>150</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 176.

<sup>152</sup> MÁXIMO, João. *Op. Cit.* p. 183.

<sup>153</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 179.

<sup>154</sup> DAOU, Marcos. *Op. Cit.* p. 31.

<sup>155</sup> OLIVEIRA, Alex Fernandes. *Op. Cit.* p. 173.

enormemente a seleção e dando margem de discussão para o efetivo pedido do presidente. Naquela ocasião foi inexplicável a não convocação de Arthur Friedenreich, que atuava no Paulistano. O jogador estava na sua melhor fase, de uma carreira brilhante, sendo uma prova inequívoca de que jogadores de pele escura não eram bem vindos no selecionado nacional.

### **O comportamento da imprensa**

Faz-se necessário trazer para a discussão o papel da imprensa sobre o tema. Os meios de comunicação, no caso os jornais, tinham a responsabilidade de transmitir as informações, mas também de fomentar a discussão de assuntos relevantes para a sociedade. No entanto, o foco principal destes agentes era apenas o de apoiar ou não as decisões da Confederação Brasileira de Desportos deixando de lado a discussão referente ao racismo estrutural da sociedade e do futebol naquele momento.

Para Pereira<sup>156</sup>, parte da imprensa permanecia calada apoiando as decisões da Confederação, enquanto a outra parte utilizava-se da proibição à presença de negros para fazer críticas à diretoria da entidade, ou seja, a abordagem era meramente política e não social.

Pereira<sup>157</sup> contribui ao relatar uma série de comentários proferidos por cronistas esportivos em 1915 mostrando o desagrado da categoria com a popularidade do futebol. Frases como “Infelizmente vi em um jogo, torcedores descalços e sem colarinho”, “Alguns torcedores ainda não estão devidamente educados para assistirem aos jogos”, ou “O povo que assiste e comenta em altas vozes um jogo quando nada dele entende”.

Estes mesmos cronistas faziam valer suas opiniões, por vezes mais aguçadas, quando ocorriam conflitos entre torcedores e ocasionalmente invasões de campo. Mas não levavam em consideração o fato de que com o aumento de público nos estádios haveria uma probabilidade maior de problemas e conflitos, o que fez com que o Botafogo adotasse o uso de seguranças particulares<sup>158</sup>.

Faz-se necessário trazer à tona uma observação feita por Santos<sup>159</sup>. A partir da segunda década do século XX o futebol passou a ser o esporte na qual a imprensa destinou maior atenção. Os clubes beneficiaram-se desta situação para desenvolverem-se. Fica clara a importância e a influência da imprensa no desenvolvimento esportivo, primeiramente através dos jornais e posteriormente por meio do rádio.

---

<sup>156</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 180.

<sup>157</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 122.

<sup>158</sup> *Ibid.* p. 123.

<sup>159</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia *Op. Cit.* p. 51.

A imprensa mostrava-se dividida em relação a gestão da CBD e sobre a briga pelo poder de dois grupos fortes que discutiam a manutenção do estado de coisas, ou uma mudança efetiva em relação às questões sociais do esporte. Além disso, o conflito entre Rio de Janeiro e São Paulo teimava em persistir. Além de Friedenreich, outros atletas paulistas ficaram de fora da convocação da seleção naquele ano de 1921.

Naquele momento a briga de interesses entre as duas mais importantes Federações do país não fazia mais sentido. A disputa de poder pelo controle do futebol brasileiro dava lugar a um sentimento, por parte do torcedor, de antipatriotismo e sectarismo em relação a raça.

### **A participação dos jogadores de cor e dos pobres bons de bola**

Se de forma oficial permanecia a determinação de barrar os jogadores de pele escura, mesmo prejudicando o desempenho dos clubes e do selecionado nacional, por outro, no reduto da população mais pobre o futebol já havia sido absorvido há muito tempo.

Os jovens praticam o futebol do seu jeito, em campinhos improvisados e com uma bola, feita de bexiga, tecidos, ou qualquer forma que permitisse que ela rolasse. Nas palavras de Mario Filho<sup>160</sup>,

O futebol se vulgarizava, se alastrava como uma praga. Qualquer moleque, qualquer preto, podia jogar futebol. No meio das ruas, nos terrenos baldios, onde se atirava lixo, nos capinzais. Bastava arranjar uma bola de meia, de borracha, de couro. E fabricar um gol, com duas maletas de colégio, dois paletós bem dobrados, dois paralelepípedos, dois pedaços de pau.

O convívio na periferia da cidade poderia, de um certo modo, proporcionar uma “vantagem” aos que se interessavam pelo futebol. Muitas crianças e adolescentes não tinham acesso a escola e havia um grande contingente de desempregados. Então como havia muito tempo livre sem ter o que fazer, a prática do futebol passou a ser um ótimo passatempo. E logicamente, quanto mais se pratica, maior a habilidade com qualquer atividade, fato que acarretou na produção de muitos meninos com habilidades esportivas.

Sobre a questão de emprego aos cidadãos negros da periferia Oliveira<sup>161</sup> cita que “a sociedade oferecia poucos postos de trabalho para os negros recém libertos, que disputavam as oportunidades em condições desiguais com os trabalhadores brancos imigrantes provenientes da Europa”.

<sup>160</sup> FILHO, Mário. *Op. Cit.* p. 50.

<sup>161</sup> OLIVEIRA, Alex Fernandes. *Op. Cit.* p. 173.

Conforme cita Daou<sup>162</sup>, a população brasileira apropriou-se de um esporte de características europeias, acrescentando habilidade, ginga e técnica. Além disso, Mackedanz<sup>163</sup> citando DaMatta (1994) relata que o futebol possibilitava ao povo pobre a experiência da vitória, de permitir que os brasileiros experimentem a experiência de igualdade e justiça, através das regras do esporte.

Segundo Streapco<sup>164</sup>, devido a disseminação e apropriação do futebol por parte das camadas mais populares, as autoridades públicas procuravam controlar e regulamentar a prática do esporte por meio da legislação, criando ou impondo locais específicos para a prática do futebol. Podemos verificar esta ação ainda em 1904, quando Antônio Prado, prefeito de São Paulo e um dos responsáveis pelo surgimento do Club Atlético Paulistano regulou a prática no futebol, através de uma lei específica.

Mesmo com talentos surgindo na periferia não havia espaço nas principais Ligas, e muito menos nos clubes grandes. A inserção dos homens de cor e de brancos pobres no meio futebolístico era algo bastante raro.

Caldas<sup>165</sup> citando Mário Filho (1964) expõe este preconceito ao referir-se a clubes de maior expressão como o Botafogo e Fluminense: “O jogador preto não podia aprender com o professor. Só jogando no The Bangú, só sendo operário da Companhia Progresso Industrial do Brasil”.

Importante reforçar que até a década de 20 a maioria dos clubes de futebol, senão sua totalidade, eram clubes sociais e quem participava das atividades pertencia ao quadro de associados. Muitos clubes formavam as suas equipes primeiramente pelo critério da antiguidade de matrícula e posteriormente pela habilidade esportiva. Exemplificando este contexto através de Grêmio e Internacional, compunham o time A (principal) os associados mais antigos, o time B os intermediários, o time C os mais novos e por diante.

Santos<sup>166</sup> reforça esta afirmativa através do estatuto da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres do Rio de Janeiro datado de 1917, quando assinala sobre o registro de jogadores. “Artigo 64: Poderão ser registrados: a) todos os sócios de clubes filiados que por divertimento, sem o intuito de lucro, pratiquem qualquer desporto terrestre”.

---

<sup>162</sup> DAOU, Marcos. *Op. Cit.* p. 29.

<sup>163</sup> MACKEDANZ, Christian Ferreira. Futebol e exclusão social no pós-abolição em Pelotas. ANPUH, Rio Grande do Sul: História, verdade e ética. UNISINOS, São Leopoldo, **Anais...**, 2014. p. 5.

<sup>164</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 16.

<sup>165</sup> *Ibid.* p. 44.

<sup>166</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 149.

## Surgem as exceções

Para exemplificar o critério associativo e de antiguidade citamos o exemplo de Antunes, jogador do Grêmio em 1912. Após eu ter descoberto documento sobre o jogador, o clube analisou e chancelou os documentos dando tratamento oficial ao fato de Armando Luiz Antunes foi o primeiro homem de cor a jogar pelo Grêmio. Após associar-se ao clube, o jovem passou a atuar no segundo time, conforme os critérios da época. No ano seguinte, mais velho como associado, passou a compor o time A, inclusive sendo campeão.

Mario Filho<sup>167</sup> remete a participação dos homens de cor no esporte primordialmente pelo critério econômico para depois elencar a questão racial. Filho exemplifica através do caso do jogador Joaquim Prado que atuou pelo Fluminense em 1905: “Não se tratava de só querer branco legítimo. Ninguém no Fluminense pensava em termos de cor, de raça. Se Joaquim Prado, extrema esquerda do Paulistano, preto, do ramo preto da família Prado, se transferisse para o Rio, seria recebido de braços abertos no Fluminense. Joaquim Prado era preto, mas era de família ilustre, rico, vivia nas melhores rodas”.

Arthur Friedenreich começou a jogar futebol no Germânia, clube paulista. Atuou de 1909 até a metade dos anos 30, sendo considerado o primeiro grande jogador do futebol brasileiro. Neto de um alemão e filho de uma mulher negra, o atleta sofria preconceitos mesmo com o seu grande talento, vide o campeonato Sul-Americano de 1921, conforme mencionado anteriormente. Muitas vezes Friedenreich fazia uso de uma touca para esconder o cabelo mulato ou uma espécie de gel para alisá-los chamando menos atenção quando jogava<sup>168</sup>.

Sentindo a necessidade de melhorar o desempenho do seu time o Fluminense, clube mais elitizado e conservador do país, passou a utilizar um jogador chamado Carlos Alberto em 1914. Carlos Alberto havia sido campeão pelo América no ano anterior. Mesmo campeão, em virtude da sua cor de pele, Carlos Alberto havia se desentendido com alguns associados do América e resolveu mudar de time.

Carlos Alberto achava que mudando de ares a situação seria diferente, mas não foi, ainda mais em um clube como o Fluminense. Em uma determinada partida Carlos Alberto foi chamado de “mulato pernóstico” por um torcedor. Para tornar-se mais elegante e disfarçar a cor da pele passou a utilizar-se de pós de arroz no rosto, segundo cita Pereira<sup>169</sup>.

---

<sup>167</sup> FILHO, Mário. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>168</sup> TARDES DE PACAEMBU. Arthur Friedenreich... o astro de cabelo camuflado. **Tardes de Pacaembu**, 19 de maio de 2013. Disponível em: <https://tardesdepacaembu.wordpress.com/2013/05/19/friedenreich-tigre-artilheiro-e-revolucionario/>.

<sup>169</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 104.

O esforço para dissimular o tom da pele era algo paliativo. Ao correr durante a partida, inevitavelmente o suor escorria pelo corpo fazendo com que o pó branco colocado no seu rosto escorresse. Em uma destas ocasiões, houve um grande apuro por parte dos torcedores adversários que começaram a gritar: “Pó de arroz, pó de arroz...”.

Esta é a versão mais popular e aceita no mundo esportivo, inclusive em textos acadêmicos conforme o citado acima. Sendo incomodado pela tonalidade da sua pele o jogador utilizou-se de subterfúgios para amenizar a questão racial da época. O fato ficou tão marcante que o Fluminense segue sendo conhecido como o clube do pó de arroz.

Em contrapartida, a versão oficial do Fluminense, citada nos dias de hoje no próprio sítio do clube, da conta de uma alergia que o atleta sofria quando ia barbear-se, sendo necessário que ele passasse talco para reduzir o efeito da irritação na pele. Esta versão causa estranheza, pois o jogador não tinha a necessidade de se barbear antes das partidas.

### **As Ligas paralelas**

Estes exemplos permeavam de forma isolada pelo futebol. A manutenção daquela triste realidade era mantida pelos dirigentes e gestores das entidades e, muito menos, pelos torcedores. Já que a “Liga Branca” não permitia que o homem de cor jogasse futebol, os excluídos passaram a formar as suas Ligas dentro do seu contexto. As chamadas “Ligas Paralelas” começaram a surgir e os campeonatos também. Em 1910 formava-se em Porto Alegre a Liga Nacional de Futebol, chamada pejorativamente de “Liga das Canelas Pretas”<sup>170</sup>.

Segundo Anjos<sup>171</sup>, em 1920, Porto Alegre possuía três Ligas segmentadas pela cultura e classe social e popularmente apelidadas: A “Liga do Sabonete” composta pela elite, a “Liga do Sabão” composta por pequenos comerciários e clubes de etnias minoritárias e a “Liga das Canelas Pretas” composta pelos negros que não eram aceitos pelas demais equipes.

Em Rio Grande surgia a “Liga Rio Branco” e em Pelotas era constituída a “Liga José do Patrocínio em 1919”<sup>172</sup>. Em 1920 a cidade de São Paulo possuía mais de 12 equipes disputando um campeonato informal, assim como no Rio de Janeiro e outras localidades pelo Brasil afora.

<sup>170</sup> SOARES, Ricardo Santos. **O Foot-Ball de todos: Uma história social do futebol de Porto Alegre, 1903 – 1918.** 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 30.

<sup>171</sup> ANJOS, Jose Luiz. Futebol no Sul: História da organização e resistência étnica. **Pensar a Prática**, v. 10, n. 1. 2007. p. 40.

<sup>172</sup> *Ibid.* p. 42.

Além da questão racial vigente, o critério econômico também exercia influência na separação das Ligas e na participação nos campeonatos. As entidades organizadoras cobravam taxas, conforme cita Malaia<sup>173</sup>, e muitos clubes de origem mais humilde não tinham condições de arcar com o alto valor das taxas cobradas pelas Ligas mais poderosas fazendo com que estes acabassem por formar outras Ligas.

Os interesses eram diversos e o assunto era complexo. Havia a segmentação referida por Anjos<sup>174</sup>, mas dentro do mesmo segmento social formavam-se, às vezes, mais de uma Liga. Cruz<sup>175</sup> cita que no início da década de 20 o Rio Grande do Sul possuía duas Ligas, a da Federação Rio Grandense de Desportos composta por mais de 50 clubes e a Associação Rio Grandense Desportiva de Amadores.

O excesso de clubes demandou uma melhor organização fazendo com que as Ligas segmentassem os campeonatos por divisões, incluindo os clubes mais pobres e com jogadores de cor nas divisões inferiores. No entanto, para que houvesse atratividade foram implementados sistemas de acesso e descenso. O que este formulismo não contemplava era com a ascensão de forma esportiva dos clubes mais humildes.

Ampliando o espaço para a prática do futebol, mais jogadores puderam mostrar suas habilidades e, conseqüentemente, mais pessoas podiam vê-los. Naturalmente, alguns se destacavam e passaram a trocar de time a medida que iam sendo assediados.

Naquele momento os jogadores brancos, mas pobres, excluídos das principais Ligas, conquistavam os seus espaços e os mais destacados passaram a interessar a alguns clubes. No transcurso do processo a troca de equipes passou a ser uma constante, sem nenhum regramento. Os atletas jogavam uma, duas partidas por uma equipe e posteriormente, estavam jogando por outra na mesma competição.

A fim de segurar os jogadores talentosos, as equipes passaram a dar alguns incentivos. Embora a remuneração de jogadores fosse considerada ilegal na época<sup>176</sup>, a prática já era corrente, embora de forma velada. Os incentivos eram concedidos de várias formas, seja através de um benefício como uma ajuda material, um emprego, ou um auxílio financeiro, caso mais corriqueiro. Segundo Daou<sup>177</sup>, os jogadores contratados passavam a receber dinheiro por cada jogo que participavam, muitos atuando como se fossem artistas.

---

<sup>173</sup> MALAIA, João Manuel. *Op. Cit.* p. 129.

<sup>174</sup> ANJOS, Jose Luiz. *Op. Cit.* p. 40.

<sup>175</sup> CRUZ, Lucas Lopez da. *Op. Cit.* p. 4.

<sup>176</sup> *Ibid.* p. 126.

<sup>177</sup> DAOU, Marcos. *Op. Cit.* p. 30

Segundo Soares<sup>178</sup>, os jogadores aproveitavam-se da inexistência de qualquer legislação que regulamentasse o compromisso das partes e sempre que possível buscavam uma situação financeira em outro clube.

Em São Paulo, o caso mais conhecido de falso amadorismo ocorreu em 1912, quando o clube Americano, trouxe do Uruguai dois irmãos Bertone, exclusivamente para jogar futebol, fazendo a equipe bem mais forte, fato que rendeu ao clube os títulos paulistas de 1912 e 1913<sup>179</sup>. Posteriormente, em 1914, os irmãos Bertone estiveram envolvidos em acusação de suborno e corrupção no jogo entre o Americano e o Paulistano<sup>180</sup>.

No intuito de contornar a situação e salvaguardar o interesse dos clubes elitistas foi instituída a Lei do Amadorismo, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro no final de 1917. Segundo Carvalho<sup>181</sup>, a lei dizia que

Não poderão ser registrados os que tirem os meios de subsistência de profissão braçal [...] Aqueles que exerçam profissão humilhante que lhes permitam recebimento de gorjetas, os analfabetos e os que embora tendo profissão estejam, a juízo do Conselho Superior, abaixo do nível moral exigido.

Para Santos<sup>182</sup>, a Lei do Amadorismo data de abril de 1916 e versa sobre o que era considerado atleta amador e atleta não amador para a Liga Metropolitana. Sobre atletas amadores fica claro no seu artigo 30º: “a) todas as pessoas que por gosto ou divertimento, jamais com o intuito de lucro, exercem qualquer esporte atlético; b) alunos das escolas militares ou navais do país”. Sobre o que não era considerado amador há menção acima, no entanto reforço o quesito “b) aos que tirem os meios de subsistência de qualquer profissão braçal; l) aos que exercerem qualquer posição, profissão ou emprego que, a juízo do Conselho Superior, esteja abaixo do nível moral e social exigido pelo esporte e pelo amadorismo”.

## O primeiro a romper paradigmas

Em relação à questão do preconceito racial, alguns clubes, enfrentaram o problema e tentaram romper com o estigma. O primeiro caso relevante refere-se ao Bangú. O Bangú Atlético Clube foi fundado em 1904 e é considerado o primeiro clube de operários do Brasil<sup>183</sup>. Sua origem era diferente do Fluminense, um clube “para poucos”, com integrantes que vinham

<sup>178</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 57.

<sup>179</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 55.

<sup>180</sup> O Estado de São Paulo, 08/06/1914, p.9.

<sup>181</sup> CARVALHO, Marcelo. **Inserção e racismo**: O negro no futebol brasileiro. Observatório Racial, 2015. p. 3.

<sup>182</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 143.

<sup>183</sup> LOPES, Lucas Salgueiro. Francisco Carregal: A trajetória de um pioneiro negro em um clube de football no Rio de Janeiro. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.1-16, 2020. p. 3.

de “boa família”; jogavam em seu time homens feitos, chefes de firma, filhos de pai rico; todos com boa renda<sup>184</sup>.

Inicialmente composto inicialmente por estrangeiros, pioneiros na formação da equipe, desde cedo à direção da empresa de tecidos Companhia Progresso Industrial foi favorável a participação dos funcionários na prática do esporte. Conforme cita Pereira<sup>185</sup>, o clube, inicialmente, parecia ter apenas jogadores que eram empregados especializados da fábrica e de origem estrangeira, mas ainda na sua fundação o Bangú abria espaço para a participação de operários de outras origens.

Segundo Santos Júnior<sup>186</sup>, a fábrica Progresso estava situada longe do centro da cidade, praticamente inabitada, mas de fácil acesso. Além do mais, a região não sofria com o desabastecimento de água como era corriqueiro nas demais regiões da cidade. Não tardou para a região abrigar 1 mil pessoas, em seguida 3 mil e logo se tornar um ponto de referência, em torno da fábrica que contava com 1,5 mil trabalhadores em 1906<sup>187</sup>.

Na ata de fundação havia o apontamento para que o clube fosse divulgado entre os operários da fábrica e também através dos jornais do bairro convidando os jovens para se integrarem ao quadro associativo, evidenciando o interesse do Bangú na participação de membros de várias origens<sup>188</sup>.

O clube de operários de uma das principais indústrias têxteis da época, a Companhia Progresso Industrial do Brasil, o Bangú teve na sua primeira formação cinco ingleses, três italianos, dois portugueses e um brasileiro, um homem de pele escura chamado Carregal despertava a atenção pelo seu futebol e pela sua vestimenta. Segundo Lopes<sup>189</sup> citando Filho, o seu comportamento e a forma de se vestir contribuíam para não escandalizar as pessoas, não parecendo tão mulato. Carregal foi versátil, desde atacante, até goleiro do time, inclusive sendo o capitão da equipe em várias oportunidades. Foi considerado um pioneiro no futebol<sup>190</sup>.

Esta formatação do Bangú com jogadores de várias origens “afrontando” o sistema existente na época teve severas consequências. A popularidade que o clube vinha alcançando, compondo-se de funcionários de origem humilde, com dois jogadores de pele escura, Carregal

---

<sup>184</sup> *Ibid.* p. 5.

<sup>185</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.* p. 23 e 24.

<sup>186</sup> SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge. Quando a fábrica cria o clube: O processo de organização do Bangú Athletic Club (1910). Recorde: **Revista de História do Esporte**, v. 6, n. 1, p.1-19, 2013. p. 7.

<sup>187</sup> *Ibid.* p. 10.

<sup>188</sup> *Ibid.* p. 3.

<sup>189</sup> LOPES, Lucas Salgueiro. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>190</sup> *Ibid.* p. 2.

e Maia fez com que a Liga Metropolitana dos Sports Athléticos os notificasse. Havia a proibição expressa da presença de atletas negros nos times de futebol.

O descontentamento com a situação e não concordando com a proibição de atletas negros, os dirigentes do clube carioca tomaram a decisão de pedir o desligamento da “conceituada Liga”.

A atitude da fábrica Progresso em fomentar o futebol serviu como referência para que outras empresas apoiassem a prática esportiva, dentro de suas instalações, sendo uma forma de aumentar o engajamento daquele trabalhador com a fábrica, melhorando a produtividade<sup>191</sup>.

Caldas<sup>192</sup> faz referência a este “operário-jogador” que passou a receber algumas regalias laborais, como sair mais cedo em dias de treino, realizar trabalhos mais leves e, de um modo geral, conseguia ser promovido mais cedo que os demais operários da fábrica.

### **O Vasco da Gama coloca o amadorismo em xeque**

A nova realidade de benefícios e de pagamentos clandestinos acarretou aos clubes e as entidades organizacionais uma nova forma de agir. Os clubes de menor expressão, inseridos na Liga Metropolitana, detinham mais influência do que no passado e tentavam se unir, buscando alternativas para vetarem propostas como a exclusão de pobres e homens de cor, através de interpretações da lei, visto que o preconceito não se apresentava totalmente as claras.

A prefeitura de São Paulo ainda insistia, no início da década de 20, em coibir a prática do futebol em locais públicos, deixando o campo da várzea do Carmo para que os jogadores pobres e novos clubes pudessem atuar<sup>196</sup>. Enquanto isso, a afeição pelo futebol levava mais e mais pessoas aos estádios fazendo com que os clubes sofressem maior pressão por conquistas. A procura por jogadores fora do quadro associativo do clube, que pudessem melhorar o desempenho das equipes era cada vez maior e como já mencionado, os atletas perceberam o seu valor e começam a barganhar benefícios e valores pelo empréstimo do seu futebol<sup>197</sup>.

O Vasco da Gama, fundado em 1898 por brancos, iniciou suas atividades como clube de remo e somente em 1916 começou a disputar o campeonato carioca de futebol na terceira divisão. No ano seguinte, o clube apresentava jogadores negros no time<sup>198</sup>. Diferentemente de outros clubes, o Vasco observava jogadores nas regiões menos nobres da cidade e não tinha

---

<sup>191</sup> SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge. *Op. Cit.* p. 4.

<sup>192</sup> CALDAS, Waldenyr. *Op. Cit.* p. 43.

<sup>196</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 24.

<sup>197</sup> RIVITI, Thiago Garcia. *Op. Cit.* p. 25.

<sup>198</sup> SILVA, Matheus dos Santos. *Op. Cit.* p. 103.

receio de utilizá-los na sua equipe. O clube começava a pagar a praticamente todos os jogadores, dinheiro referente ao prêmio por vitória<sup>199,200</sup>.

Este momento, em que os jogadores passaram a receber premiações ficou conhecido como “Profissionalismo Marrom”, caracterizada pela contratação de jogadores de origem mais humilde pelos clubes de elites e de fábricas<sup>203</sup>.

Riviti<sup>204</sup> citando Becker (2012) descreve o pagamento não oficial, o “bicho” para os jogadores em caso de vitórias. “Há um consenso de que o “bicho” – prêmio dado aos jogadores em caso de vitória – tem origem no jogo do bicho. Isto porque, como o futebol era oficialmente amador, os bichos do jogo eram utilizados como linguagem cifrada para indicar qual seria o valor da premiação, o que servia para atrair e incentivar os jogadores pobres. Antes do jogo, os jogadores perguntavam: “Qual é o bicho de hoje?”. Conforme a importância da vitória, o bicho seria um cachorro (5 mil réis), um coelho (10 mil réis), um peru (20 mil réis)”.

Na própria seleção brasileira a questão do falso amadorismo foi levantada. O fato ocorreu no campeonato Sul-Americano de 1919. Convocados para a seleção brasileira, Friedenreich, Amilcar e Neto, todos de São Paulo, receberam dinheiro da Associação Paulista para se sustentarem no Rio de Janeiro durante os preparativos para o torneio. No entanto, devido ao surto da Gripe Espanhola os jogadores não viajaram para a competição, gastaram o dinheiro e não ressarciram a Entidade. Ao saber do fato, a Confederação Brasileira de Desportos puniu a Entidade paulista e os jogadores foram suspensos<sup>205</sup>.

No intuito de coibir a ação de alguns clubes em relação aos pagamentos os órgãos reguladores, federações, entidades esportivas buscavam promover mecanismos de controle, visitando os locais de trabalho para averiguar se os jogadores viviam ou não do futebol<sup>206</sup>.

O assunto premiação entrou na pauta de discussão de forma enfática em 1922. Contextualizando, o Brasil naquele momento estava em crise econômica, devido principalmente ao setor cafeeiro, maior fonte de exportação do país. Fritsch<sup>207</sup> acrescenta que no final do governo de Epitácio Pessoa, devido a crise cafeeira, país apresentava uma inflação em alta e, especialmente uma crise fiscal.

---

<sup>199</sup> *Ibid.* p. 104.

<sup>200</sup> MALAIA, João Manuel. *Op. Cit.* p. 129 e 130.

<sup>203</sup> *Ibid.* p. 30.

<sup>204</sup> RIVITI, Thiago Garcia. *Op. Cit.* p. 26.

<sup>205</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 88.

<sup>206</sup> *Ibid.* p. 27.

<sup>207</sup> FRITSCH, Winston. 1922: A crise econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, p.3-8, 1993. p. 7.

Quando assumiu a presidência em 1919, Epiácio Pessoa recebeu o comando do país em ótimas condições, com o preço do café em alta, passando a fazer investimentos, principalmente na capital da República, dentre eles, o início das obras para a Exposição Internacional que ocorreria somente em 1922. Em 1920 o preço do café desabou no mercado internacional, impactando duramente a política nacional, causando um enorme desequilíbrio financeiro<sup>208</sup>.

Em meio ao cenário apresentado, o Rio de Janeiro, esmerando-se em ser uma Metrópole moderna, parecia viver uma “febre esportiva” e cheia de eventos. No dia 07 de setembro de 1922 foi inaugurada a Exposição Internacional com mais de 6 mil expositores do mundo todo. Foi a primeira grande exposição internacional realizada depois da 1ª Guerra Mundial, trazendo para o país uma visão de modernidade e renovação. Naquele dia, centenário da Independência, foi a data escolhida como o marco da radiodifusão com a primeira transmissão oficial do Brasil.

A capital Federal também foi sede dos Jogos Desportivos do Centenário, uma das primeiras competições na América do Sul a reunir vários esportes e, por fim, recebeu o campeonato Sul-Americano de futebol<sup>209</sup>. Naquele Sul-Americano a CBD conseguiu apaziguar os ânimos e selar a paz entre as federações paulista e carioca em torno de um time competitivo e representativo. Somente jogadores do Rio de Janeiro e São Paulo foram convocados e, desta vez, com a presença de jogadores de pele escura como Arthur Friedenreich.

Mais uma vez, o sucesso de público, aliado a formação de um elenco de jogadores bem melhor qualificado foi determinante para que o selecionado nacional vencesse a competição diante do Paraguai. E foi após a conquista que a questão da premiação volta à tona.

O senador cearense Benjamim Barroso propôs o pagamento de um prêmio de 50 mil réis para os jogadores que conquistaram o campeonato Sul-Americano, mas os gestores da CBD não gostaram nem um pouco da proposta, visto que estatutariamente o futebol era para ser praticado apenas por amadores<sup>210</sup>.

No entanto, a proposta de pagamento feita pelo senador ensejou um debate a respeito do assunto no plenário e uma grande discussão promovida pela imprensa, inclusive com deboches sobre o pagamento dos prêmios. Enfim o tema vem a tona; O futebol brasileiro deveria permanecer com jogadores que se doavam de forma amadora, ou deveria seguir a vertente mundial e passar não somente a premiar atletas pelo desempenho e vitórias, como também começar a remunerá-los?

---

<sup>208</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>209</sup> SANTOS, João Manuel Malaia; DRUMOND, Maurício; MELO, Victor Andrade. Celebrando a nação nos gramados: O campeonato Sul-Americano de futebol de 1922. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 57, p. 151-174, 2012. p. 158.

<sup>210</sup> *Ibid.* p. 171.

As Ligas estaduais continuavam coibindo da forma como podiam o pagamento aos atletas, mas tornava-se cada vez mais difícil controlar esta forma de incentivo, até porque ela já estava completamente disseminada. Como era possível mensurar a melhoria da estrutura dada aos atletas e os benefícios concedidos? E como identificar e controlar o pagamento dos bichos?

Riviti<sup>211</sup> (2016) citando Lage & Medeiros (2014) refere-se a estes benefícios

[...] a partir de meados da década de 20, os clubes belo-horizontinos começaram a organizar suas equipes, através da incorporação de atletas, oferecendo gratificações materiais, financeiras, empregos, financiamento de estudos e demais compensações que faziam com que os atletas de destacada qualidade técnica deixassem seus clubes de origem para defenderem outra agremiação.

Klein<sup>212</sup> cita o depoimento de Correa, jogador do Santos:

Passei a ganhar o pão de cada dia pateando exclusivamente a pelota no campo da Vila Belmiro. E o meu caso não era único, porque vira muitos outros no futebol nacional. Joguei todo o ano de 1932 pelo Santos, mediante ordenado mensal de 500 réis que me era pago pelo tesoureiro do clube, à vista de um recibo fantasiado com a declaração de que se tratava de despesas feitas para representação de jogadores.

### **A lei do estágio**

Uma das medidas adotadas para impedir a transferência de jogadores para outros clubes em troca dinheiro, prêmios, empregos foi a criação da chamada “Lei do Estágio”. Esta lei estabelecia travas de transferência exigindo que o atleta, ao trocar de clube, fosse penalizado ficando um determinado tempo sem atuar. Conforme cita Ribeiro & Souza<sup>213</sup>, a lei do estágio foi instituída em 1917 no Rio de Janeiro pela Liga Metropolitana de Desportos Terrestres. Em 1919 foi a vez da Associação Paulista de Sports Athléticos impor suas sanções e exigir da Confederação Brasileira de Desportos uma penalização de um ano sem jogar em caso de transferência de um jogador de um estado para outro.

A Liga Metropolitana de Desportos Terrestres do Rio de Janeiro deu fim a lei do estágio em 1920, abrindo a possibilidade para que os clubes mais poderosos pudessem contratar os melhores jogadores. No entanto, estipulava o pagamento de uma taxa de transferência para o seu clube de origem<sup>214</sup>.

<sup>211</sup> RIVITI, Thiago Garcia. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>212</sup> KLEIN, Rafael Belló. *Op. Cit.* p. 39.

<sup>213</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 160-181, 2021. p. 166.

<sup>214</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 223 e 224.

A retirada da lei do estágio agitou o mercado do futebol carioca na ocasião. Até a data da sua extinção muitos clubes e jogadores não buscavam as transferências pela obrigatoriedade de não atuarem por um determinado período, algo que não era interessante para ninguém.

O jornal Correio da Manhã fez uma referência ao fato de que a extinção da lei do estágio acarretaria no o abandono dos jogadores “pratas da casa”, oriundos dos quadros sociais dos clubes, em virtude da caça por jogadores de outros times, Ligas e até mesmo do exterior<sup>215</sup>.

Segundo Cruz<sup>216</sup> e Ribeiro<sup>217</sup> em Porto Alegre, o Grêmio foi o primeiro clube a divergir da lei do estágio em 1920, quando a Associação Porto-Alegrense de Desportos não autorizou a transferência de três jogadores do Frisch Auf, pois exigia que os atletas, após a transferência, passassem seis meses jogando apenas partidas amistosas. Novamente em 1929, Grêmio e Internacional divergiram da nova lei do estágio diante da imposição da Confederação Brasileira de Desportos e suas filiadas em um ano de penalização para atletas que transferiam-se de clube.

### A epopéia do Vasco

Foi através deste espírito de mudança que o Vasco da Gama desafiou a todos no campeonato carioca de 1923. O clube disputava pela primeira vez a divisão principal do campeonato, constituindo em seu elenco exclusivamente jogadores de cor e operários, e se isso não fosse o suficiente, passava a remunerar seus atletas e implementava a dedicação exclusiva para os treinamentos e à prática do futebol<sup>218,219,220</sup>.

Ao final do campeonato o Vasco da Gama tornou-se campeão carioca pela primeira vez chamando a atenção dos demais clubes participantes. O feito tornou-se um marco histórico, embrião de um processo de mudança estrutural no futebol brasileiro.

A presença de vários jogadores talentosos, estes negros, mulatos e operários tornou o time bastante competitivo permitindo que conquistasse o campeonato. O Vasco da Gama não se envergonhava de garimpar jogadores que atuavam em locais desprestigiados pela elite. Muito pelo contrário.

---

<sup>215</sup> *Ibid.* p. 224.

<sup>216</sup> CRUZ, Lucas Lopez da. *Op. Cit.* p. 5.

<sup>217</sup> RIBEIRO, David de Aguiar. **Federação Rio Grandense de Desportos: Conflitos com clubes de futebol.** 2011. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p.15.

<sup>218</sup> MALAIA, João Manuel. *Op. Cit.* p. 132.

<sup>219</sup> GUIMARÃES, Arthur Silveira. **Além das quatro linhas: Estudo sobre a trajetória profissional de jovens atletas do futebol.** 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

<sup>220</sup> MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. *Op. Cit.* p. 57.

Compunham aquele time campeão, Néelson então chofer de taxi, Nicolino um estivador, Ceci um pintor de paredes e Bolão um motorista de caminhão, todos os jogadores negros. O time ainda era composto por quatro jogadores analfabetos que foram treinados para desenhar seus nomes nos documentos, visto que a Liga Metropolitana de Futebol, através do seu Estatuto de 1917 não permitia a inscrição de jogadores analfabetos<sup>221</sup>.

Além disso, o clube soube se preparar de forma profissional como nenhum outro clube havia feito até então. Preocupou-se em dar uma estrutura de trabalho adequada para que os jogadores pudessem treinar e descansar. Os atletas estavam à disposição em tempo integral e ainda recebiam por vitórias.

Sobre o fato de os jogadores vascaínos receberem por vitórias Malaia<sup>222</sup> cita que o clube foi acusado pela imprensa de ser o time mais violento do campeonato. Isto se daria, segundo a imprensa pelo fato de que os jogadores ganhavam por vitória, então estavam dispostos não apenas a competir, mas a vencer, sendo mais viris nos lances de jogo. Santos<sup>223</sup> complementou “O campeonato de 1923 foi decidido por esses rapazes donos de uma vontade incomum para a época”.

A exemplo do que ocorrera com o Bangú, o processo de disruptura do sistema vigente causou traumas. Incomodados com o sucesso do Vasco da Gama os clubes tradicionais tentaram retirar o clube do campeonato seguinte e impedir que os demais clubes participantes pudessem inscrever atletas profissionais ou que não tivessem condições de assinar a súmula, ou seja, impunham a exclusão de analfabetos. No entanto, a Liga organizadora do campeonato não concordou com a demanda dos clubes, fato que acarretou na saída destes tradicionais clubes da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres. Os principais clubes formaram a Associação Metropolitana de Esportes Amadores não aceitando a entrada do Vasco da Gama que permaneceu na LMDT.

Para Mario Filho<sup>224</sup>, não era uma nova época que surgia, mas sim um retrocesso na história. A criação da nova Associação buscava a qualquer modo voltar ao tempo em que o homem branco era superior ao preto e o homem rico era superior ao pobre. Além disso, não bastava mais o atleta ter emprego, ele tinha que ganhar bem. Não bastava o atleta escrever o nome na súmula da partida, ele tinha que saber escrever e ler corretamente.

---

<sup>221</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 52.

<sup>222</sup> MALAIA, João Manuel. *Op. Cit.* p. 132.

<sup>223</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 3.

<sup>224</sup> FILHO, Mário. *Op. Cit.* p. 129 e 130.

A dimensão do sucesso do Vasco da Gama chamou atenção do meio esportivo nacional. Se o intuito inicial era punir o clube, muitos se perguntavam o real motivo das vitórias e da conquista do campeonato. A exclusão de atletas de cor e homens pobres limitava a busca por jogadores talentosos, mas não tinha chegado a hora de abrir mão do preconceito em detrimento das conquistas? E como explicar a torcida? O Vasco da Gama sequer tinha um estádio, diferente dos demais clubes e mesmo assim, foi o clube responsável pelo maior número de torcedores, contribuindo para as boas rendas nas bilheterias.

A punição imposta ao Vasco da Gama não foi algo inédito. Na década anterior as punições relativas à desobediência das normas impostas pelas Ligas eram bem mais severas. Segundo Yamandu & Góis Júnior<sup>225</sup> citando Caldas (1990) a utilização de jogadores profissionais pelo Scottish Wanderers em 1916 resultou na exclusão do clube da federação paulista de futebol.

Todos os acontecimentos em relação ao Vasco, quanto às mudanças significativas que este havia realizado ganharam maior dimensão na medida em que o rádio, justamente naquele momento, passou a ter um papel fundamental. Conforme relatamos anteriormente, no dia 07 de setembro de 1922 abria-se pela primeira vez uma transmissão de rádio com o discurso do Presidente da República<sup>228</sup>. O rádio passava transmitir informações variadas, inclusive sobre o esporte e uma década depois iniciava as narrações dos jogos por todo o Brasil. Segundo Daou<sup>229</sup> “a população passou a se apropriar do novo esporte por meio das informações e narrações do futebol pelo rádio”.

### **O profissionalismo no contexto internacional**

Ano após ano o futebol passava a reunir cada vez mais público em torno dos seus campeonatos. Os clubes passaram a faturar mais com a bilheteria das partidas, mas os jogadores seguiam sem remuneração. Devido a indefinição sobre a questão de tornar o futebol profissional ou não, os bons jogadores começaram a analisar o mercado externo e a possibilidade de ganhar dinheiro com o futebol.

---

<sup>225</sup> YAMANDU, Walter; GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Profissionalismo “marrom” do futebol e a imprensa paulista (1920-1930). **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 2, p.1-13, 2012. p. 5.

<sup>228</sup> RADDATZ, Vera Lucia Spacil; LOPEZ, Debora Cristina; KISHNHEVSKY, Marcelo; ZUCOLOTO, Valci. **Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re)construção**. Unijuí: Coleção Linguagens, 2020. p. 43, 143 e 339.

<sup>229</sup> DAOU, Marcos. *Op. Cit.* p. 27.

Mayor, Silva & Alabarces<sup>230</sup> citando Claussen (2014) lembra que na Europa Continental o processo de profissionalização estava bastante avançado, sendo a Áustria o primeiro país a criar uma Liga profissional na temporada 1924/25, a Espanha em 1926, a Tchecoslováquia e a Hungria em 1927 e a Itália em 1929. Sendo assim, o jogador que tinha a oportunidade de buscar uma vida melhor o fazia. Um exemplo do êxodo dos nossos atletas remete a 1931, quando nada menos do que oito jogadores brasileiros compunham a equipe italiana da Lazio. O presidente do clube, Remo Zenobi, tinha negócios no Brasil e aproveita para levar talentos de dupla nacionalidade para qualificar a sua equipe.

O bom jogador Amilcar Barbuy havia “conquistado” um emprego, quando estava no Corinthians, sendo o responsável pela venda de bebidas entre 1917 e 1923. Lembrando que os jogadores não podiam ser publicamente remunerados, sendo contratados como empregados de fachada<sup>231</sup>.

Quando atuava no Palestra Itália de São Paulo, Balbuy disse conforme Caldas<sup>232</sup> citando Correa (1933):

Vou para a Itália. Cansei de ser amador no futebol, onde essa condição há muito deixou de existir, maculada pelo regime hipócrita da gorjeta que os clubes dão aos seus jogadores, reservando-se para si o grosso das rendas. Sou pobre. Sou um pária do futebol. Vou para o país onde sabem remunerar a capacidade do jogador.

Caldas<sup>233</sup> corrobora com este conceito, ao citar que “enquanto as arrecadações nos estádios aumentavam e enriqueciam ainda mais as agremiações, os jogadores permaneciam na mesma situação de explorados e sem nenhum direito.

A Copa do Mundo de 1930 realizada no Uruguai teve a participação de treze países, sendo apenas quatro do continente europeu. No entanto, as poucas partidas realizadas (18) e o bom desempenho de Uruguai (campeão) e Argentina (vice) foram suficientes para que os olhos do Velho Mundo se abrissem para os talentos da América. Esse fator contribuiu para a aceleração do profissionalismo na América do Sul.

Um dos destaques brasileiros daquela competição foi o meio campista Fausto, jogador do Vasco da Gama apelidado pela mídia uruguaia de “Maravilha Negra”. Em 1931 o Vasco da Gama realizou a sua primeira excursão pela Europa passando por Espanha e Portugal. Na Espanha o clube jogou quatro partidas, sendo duas contra o Barcelona. Tanto o jogador Fausto,

<sup>230</sup> MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Sílvio Ricardo da; ALABARCES, Pablo Alejandro. Influências da Argentina no advento do profissionalismo brasileiro: Uma análise da revista El Gráfico e do jornal dos Sports (1930-1933). *Movimento*, v. 28, e28016, 2022. p. 2.

<sup>231</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 87.

<sup>232</sup> CALDAS, Waldenyr. *Op. Cit.* p. 45.

<sup>233</sup> *Ibid.* p. 44.

quanto o goleiro Jacaré impressionaram os espanhóis, devido ao belo futebol apresentado, fazendo com que o Barcelona os contratasse imediatamente.

Segundo Yamandu e Góis Júnior<sup>235</sup>, este fato despertou o interesse nos outros jogadores do clube carioca em fazer o mesmo, visto que Fausto recebeu uma quantia milionária para permanecer na Europa. Os atletas perceberam que havia mercado para que eles pudessem ganhar dinheiro, já que no seu próprio país isso não era possível.

Os atletas vinham lutando pela aquisição de direitos mínimos como o pagamento de salários e buscavam o reconhecimento da profissão desde 1928, segundo Streapco<sup>236</sup>. Somente quando a profissionalização do futebol nos dois principais países vizinhos tornou-se realidade e quando os clubes europeus passaram a procurar os nossos talentos é que o processo interno começa a se acelerar no rumo ao profissionalismo.

É possível perceber que tanto a Argentina, quanto o Uruguai que estabeleceram o profissionalismo em 1931 e 1932, não deixaram de sofrer com o assédio dos clubes europeus. No entanto, conseguiram conter o ímpeto daqueles clubes e, principalmente, regular o seu futebol.

A busca por uma melhor qualidade de vida fazia com que a Europa fosse um grande atrativo, ainda mais se os jogadores tivessem a dupla nacionalidade, fato que favoreceu muito o mercado italiano em virtude da imensa comunidade presente no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Um dos primeiros sinais emigratórios ocorreu em 1925 quando Julio Libonatti jogador do Newell's Old Boys e também da seleção Argentina transferiu-se para o Torino e, posteriormente, passou a defender a seleção italiana<sup>237,238</sup>.

O processo de profissionalização na Argentina iniciou-se um pouco diferente do que viria a ocorrer no Brasil, pois a primeira exigência dos atletas era a possibilidade de se transferirem para outros clubes sem serem obrigados ao pagamento de multas e encargos, a busca pelo passe livre. Algo parecido com a nossa lei do estágio.

Segundo Breda<sup>239</sup>, o campeonato argentino de 1918 causou o início da ruptura do modelo amadorístico. Campeão da segunda divisão argentina, o Velez Sarsfield foi acusado pelo Ferro Carril, a equipe rebaixada de divisão, de ter no seu elenco jogadores que recebiam pagamentos para jogar futebol. Aquele imbróglio acarretou um processo judicial, restando do

<sup>235</sup> YAMANDU, Walter; GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *Op. Cit.* p. 3.

<sup>236</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 209.

<sup>237</sup> MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Sílvio Ricardo da; ALABARCES, Pablo Alejandro. *Op. Cit.* p. 3.

<sup>238</sup> BREDA, Thiago Santini. **Jogadores trabalhadores: O processo de profissionalização do futebol (Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. 1931 – 1938).** 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

<sup>239</sup> *Ibid.* p. 82 e 83.

desenlace a formação de duas Ligas. De um lado a AAF – Asociación Argentina de Football que era a entidade que já regulava o esporte no país e de outro, a recém criada AAMF – Asociación Amateurs de Football que recebeu quatorze clubes na sua fundação. Ambas as entidades defendiam o amadorismo. No entanto o futebol já era considerado algo rentável, com um público crescente e com um grande número de associados nos clubes.

Foi necessária a intervenção direta do presidente argentino Marcelo Alvear para que houvesse a reunificação do futebol no país e a junção das duas Ligas. Assim em 1927 passou a existir a AAAF- Asociación Amateurs Argentina de Football. Segundo Breda<sup>240</sup>, os jogadores buscavam uma possibilidade de ascensão social e a segurança jurídica em relação aos seus recebimentos. Quanto aos clubes, a preocupação estava no êxodo de jogadores para a Europa e na impossibilidade de controlar o chamado profissionalismo marrom.

Tudo corria muito bem até que em 1929, quando a AAAF na justificativa de combater o profissionalismo marrom estabeleceu a vinculação do passe do atleta por três anos ao clube que atuava. A atitude incidiu em uma greve que foi decisiva para a implementação da profissionalização no futebol argentino. Para Breda<sup>241</sup>, a pauta do profissionalismo nunca esteve em discussão nas Assembleias, mas a liberdade do passe.

Novamente fez-se necessária a presença do Governo argentino na mediação do conflito junto aos clubes, originando, em maio de 1931, a LAF - Liga Argentina de Football, a primeira Liga de futebol profissional da América do Sul. A nova entidade não concedia o passe livre, mas proporcionava melhores salários, melhores contratos e a atuação dos atletas em melhores equipes<sup>242</sup>.

Mayor, Silva & Alabarces<sup>243</sup> vão ao encontro destas reivindicações. Segundo os autores houve a busca por melhores condições financeiras, melhorias estruturais do futebol argentino e a “moralização” do futebol com a separação de atletas amadores e profissionais.

No Uruguai o processo não foi diferente. Introduzido por ingleses, o futebol espalha-se pelas ruas de Montevideu e logo, foi introduzido nas escolas de ensino de orientação inglesa. Devido ao grande sucesso nos jogos Olímpicos de 1924 e 1928, quando o Uruguai conquistou a medalha de ouro e após a conquista do primeiro campeonato mundial de futebol em 1930, os jogadores uruguaios passaram a sofrer assédio por parte dos clubes europeus.

---

<sup>240</sup> *Ibid.* p. 87.

<sup>241</sup> *Ibid.* p. 92.

<sup>242</sup> *Ibid.* p. 94.

<sup>243</sup> MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Sílvio Ricardo da; ALABARCES, Pablo Alejandro. *Op. Cit.* p. 3.

O passe livre não existia e as queixas em relação ao profissionalismo marrom eram constantes. Se não bastasse, a organização do futebol argentino dava aos jogadores uruguaios mais uma alternativa para a realização do seu trabalho. Rapidamente o presidente do Nacional, José María Delgado propôs uma reunião entre os clubes na AUF – Asociación Uruguaya de Fútbol e sem maiores dificuldades foi fundada a LUFU - Liga Uruguaya de Fútbol Profesional em 1932 com a participação de dez clubes.

Por ser um país pequeno em dimensões territoriais e o futebol centrado basicamente na pujança dos dois maiores clubes, o Nacional e o Peñarol, os clubes menores ficaram preocupados com o que poderia acontecer em relação ao seu desenvolvimento. A maior preocupação estava relacionada a possibilidade de jogos sem interesse do público, assim como o número baixo de sócios. A alternativa criada pela Liga Uruguaya de Fútbol Profesional foi a instituição de um fundo pago por torcedores dos dois clubes grandes para fortalecer o campeonato e não deixar tão desigual a competitividade em relação aos clubes menores<sup>244</sup>.

Se na década de 20 a imprensa era a grande defensora do amadorismo no futebol brasileiro, denunciando casos do “profissionalismo marrom”, na década de 30 há uma mudança de pensamento, preferindo a clareza das relações entre clubes e atletas e também em virtude da perda de bons jogadores para outros mercados<sup>245</sup>.

Além do mais, estávamos perdendo nossos jogadores para clubes rivais do continente. Em 1932 repercutiu no Brasil, através do jornal dos Sports o aumento da competitividade dos times argentinos, devido aos bons salários e aos altos valores pagos pelas transferências de atletas: “Lá, estão pagando por transferências de jogadores verdadeiras fortunas”<sup>246</sup>.

Desde 1928, através do Decreto Federal nº 5.492, os contratos dos jogadores de futebol eram equiparados aos dos músicos e de profissionais de casas de diversão e deveriam constar o local de trabalho, o tempo de serviço a ser cumprido, a natureza da atividade, a remuneração e a forma de pagamento<sup>247</sup>. Os jogadores tentaram pressionar para a efetivação da profissionalização neste período chegando a fundar a Liga Paulista de Profissionais do Futebol, mas por falta de apoio dos clubes e das Ligas desapareceu<sup>248</sup>.

---

<sup>244</sup> SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Op. Cit.* p. 398.

<sup>245</sup> YAMANDU, Walter; GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>246</sup> MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Sílvio Ricardo da; ALABARCES, Pablo Alejandro. *Op. Cit.* p. 11.

<sup>247</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 90.

<sup>248</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 100.

## CAPÍTULO 3 – A PROFISSIONALIZAÇÃO E O GOVERNO VARGAS

### Enfim o profissionalismo

Embora estivesse ocorrendo um movimento interno exigindo mudanças e fora do Brasil um processo avançado de profissionalização, ainda havia fortes restrições entre os dirigentes brasileiros. O presidente do Flamengo e da Associação Metropolitana de Esportes Athléticos, Rivadávia Meyer, em entrevista concedida para o jornal Diário Carioca disse: “Eu considero o jogador que quer se profissionalizar como um gigolô que explora a prostituta. O clube lhe dá todo o material necessário para jogar e se divertir com a pelota e ainda quer dinheiro? Isso eu não permitirei no Flamengo. O profissionalismo avilta o homem”<sup>249</sup>.

Segundo Yamandu & Góis Júnior<sup>250</sup> citando Caldas (1990) foi o presidente do América em 1932, Antônio Gomes de Avelar, o primeiro dirigente a se manifestar publicamente a favor do profissionalismo no Rio de Janeiro tendo o apoio do Fluminense, Bangú e Vasco da Gama.

Em 23 de janeiro de 1933 foi criada a Liga Carioca de Foot-Ball, mesmo diante da resistência de um grupo conservador do amadorismo composto pelo Flamengo, Botafogo e São Cristóvão que ainda compunham a Associação Metropolitana de Esportes Athléticos que perderá força no decorrer dos anos.

Entre 1933 e 1937 houve um processo de reorganização do futebol no Rio de Janeiro. Duas Ligas atuavam no futebol carioca. Além da AMEA, Liga oficial dos conservadores que durou somente mais um ano, existia a recém criada Liga profissional que durou até 1936. A Federação Metropolitana surgia em 1935 durando até 1937, quando também foi criada a LFRJ - Liga de Futebol do Rio de Janeiro que resistiu apenas um ano. A partir daí os clubes selaram um acordo em prol da pacificação no futebol carioca compondo apenas uma Liga.

Estas sucessivas formações de Ligas e composições entre os clubes refletiam bem o cenário de transformação do futebol. O caminho para o profissionalismo não permitia retorno, mas o pensamento em relação ao amadorismo ainda estava bastante presente entre os dirigentes. Importante destacar que vários clubes se opunham a mudança temendo não poder suportar economicamente a estrutura do futebol profissional, por isso alguns clubes optaram por seguir na Liga amadora.

---

<sup>249</sup> CALDAS, Waldenyr. *Op. Cit.* p. 45.

<sup>250</sup> YAMANDU, Walter; GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *Op. Cit.* p. 6.

Segundo Gomes<sup>251</sup>, estas disputas de forças entre as Ligas estavam relacionadas com a disputa pelo poder político. O grupo que historicamente comandava o futebol carioca girava em torno do empresário Arnaldo Guinle que tinha privilegiado acesso junto aos grupos mais influentes da sociedade, inclusive dentro da Confederação Brasileira de Desportos. Em virtude da mudança estrutural do cenário esportivo brasileiro, novos integrantes políticos passam a circular pelo poder, sendo muitos destes ligados ao presidente Getúlio Vargas e que começavam a tomar frente do futebol nacional.

Os maiores clubes passaram a entender que tratava-se de um processo sem volta. Riviti<sup>252</sup> cita que “havia, então, um consenso entre os clubes de que a situação do “amadorismo marrom” era impraticável. Diversos problemas administrativos e o crescimento da indústria cultural ligada ao futebol, em especial a imprensa, impulsionam a medida”.

Mediante a adoção do profissionalismo no Rio de Janeiro, a Associação Paulista de Esportes Atléticos passou a sofrer pressão por parte dos seus filiados para que enveredasse para a mesma decisão, visto que, uma demora excessiva ou a não implementação do profissionalismo em São Paulo acarretaria na migração de atletas para a Liga carioca enfraquecendo o seu mercado. Sendo assim, em 03 de março de 1933 com o apoio de sete clubes, sendo estes o Palestra Itália, São Paulo, Corinthians, Portuguesa, Santos, São Bento e Atlético Ipiranga, a Associação Paulista permitia a remuneração de atletas. Em Belo Horizonte a autorização ocorreu em maio. No Rio Grande do Sul a mudança ocorreu somente em 1937.

Os estados que demoraram a seguir o caminho do profissionalismo foram prejudicados com a perda de jogadores talentosos, conforme menciona Ribeiro & Souza<sup>254</sup> citando Souza (2014) que entre 1932 e 1933, cerca de quinze jogadores migraram do futebol paranaense para os mercados paulista e carioca em virtude das remunerações e vantagens.

A partir do momento em que as Ligas passam a permitir a profissionalização, os clubes que as integravam rompiam a relação com a Confederação Brasileira de Desportos, pois a Entidade mantinha-se contrária a profissionalização. Os clubes fundaram a Federação Brasileira de Futebol em agosto de 1933. Com a união entre cariocas e paulistas em torno da questão ficou aprovado a cidade do Rio de Janeiro como sede da nova entidade e escolhido o médico paulista Sérgio Meira como o primeiro presidente da Federação. O objetivo da nova Federação era o de

---

<sup>251</sup> GOMES, Eduardo de Souza. O olhar político para o futebol em seu período de profissionalização: Um estudo comparado dos casos do Brasil (1933-1941) e da Colômbia (1948-1954). **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 1, p. 78-93, janeiro 2016. p. 83.

<sup>252</sup> RIVITI, Thiago Garcia. *Op. Cit.* p. 29.

<sup>254</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. *Op. Cit.* p. 167.

fomentar um campeonato nacional de clubes profissionais e sua primeira atitude foi organizar o torneio “Rio-São Paulo” e posteriormente, o campeonato brasileiro de seleções estaduais.

Para Ribeiro & Souza<sup>255</sup>, a criação da Federação Brasileira foi uma iniciativa da Liga Carioca de Futebol, da Associação Paulista de Esportes Atléticos, da Federação Fluminense de Futebol, da Associação Mineira de Esportes e da Federação Paranaense de Desportos. Além da organização dos campeonatos esperava-se que a Entidade representasse os interesses do futebol profissional no país. Os autores citam a existência de divergências em relação a adoção do profissionalismo. Cidades como Porto Alegre e Recife preferiram, naquele momento, manterem-se no amadorismo, assim como o Botafogo que relutava em aderir a medida.

Evidentemente a criação desta nova entidade não agradou em nada os dirigentes da Confederação Brasileira de Desportos, pois ela perdia o controle sobre a organização dos campeonatos e sobre os clubes. Conforme cita Gomes<sup>256</sup>, a CBD ficava restrita aos assuntos da seleção brasileira, enquanto a FBF responderia também pelo controle dos campeonatos estaduais de clubes.

Pela chancela da FIFA cabia a Confederação Brasileira de Desportos a gestão da seleção e dos jogos no exterior, o que trouxe, através desta divisão de entidades, um grande prejuízo aos clubes e a própria seleção brasileira. Para Streapco<sup>257</sup>, os clubes tiveram um prejuízo efetivo que foi a proibição de realizarem partidas amistosas contra equipes estrangeiras.

No entanto, o maior prejudicado com esta cisão foi o selecionado nacional. A seleção foi para a Itália disputar o campeonato mundial de 1934 com um elenco de jogadores insuficiente. Os grandes clubes não liberaram seus jogadores para a disputa da competição fazendo com que a entidade levasse a maioria dos atletas ainda amadores. A Confederação tentou persuadir alguns atletas oferecendo dinheiro, gratificação por vitória e diárias para gastos, mas poucos aderiram a esta condição. Alguns jogadores como Leônidas da Silva e Tinoco, ambos do Vasco da Gama aceitaram a oferta. O resultado desta briga entre as entidades, na qual o foco do desentendimento era o profissionalismo foi o ridículo desempenho da seleção e a décima quarta colocação entre dezesseis países participantes.

Apesar do péssimo desempenho da seleção, o movimento contrário a profissionalização permanecia atuante. Em São Paulo a chegada do profissionalismo pode ser resumida por Streapco<sup>258</sup> citando Santanna (1918): “O profissionalismo veio estabelecer um triste

---

<sup>255</sup> *Ibid.* p. 167.

<sup>256</sup> GOMES, Eduardo de Souza. Respeitável público: Espetacularização e popularização do futebol profissional no Rio de Janeiro (1933-1941). *Fulia*, UFMG, v.1, n. 1, 2016. p. 99.

<sup>257</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 95.

<sup>258</sup> *Ibid.* p. 83.

desequilíbrio em nossos meios futebolísticos. Indivíduos de educação nula, de moral duvidosa, que se adestraram pelas várzeas no manejo da pelota, tornaram-se desejáveis”.

Havia passado a hora de acabar com o histórico racismo e com a tentativa de esconder a remuneração dos atletas. Rompia-se a década de 30 e ainda existia o clássico confronto anual entre brancos e pretos. Isso mesmo, entre 1927 até 1939 realizava-se no dia 13 de maio, uma partida em comemoração a abolição da escravatura com o subterfúgio de equiparar brancos e negros. Um evento que recebia o apoio do governo de São Paulo. Para Abrahão & Soares<sup>259</sup>, a ideia surgiu da Liga de Amadores de Futebol de São Paulo, uma dissidência da APEA. Esta Liga propunha uma renovação de hábitos e costumes, já que estávamos em uma era republicana e liberal.

A Liga de Amadores de Futebol versava a favor de renovações, no entanto, mantinha o seu ideal em relação ao amadorismo. Claramente a entidade era contra a remuneração aos atletas, mas defendia direitos iguais de raça. Tentava reforçar o discurso de igualdade racial. No entanto, curiosamente, jogadores de pele escura, mas craques e famosos, como o mulato Arthur Friedenreich jogavam pela equipe dos brancos.

Conforme mencionamos anteriormente, Minas Gerais começou o processo de profissionalização em maio de 1933. A formação do campeonato em Belo Horizonte ficou assim definida: A primeira divisão foi constituída por atletas profissionais e a segunda divisão por atletas amadores. Importante destacar que em Belo Horizonte, a iniciativa da profissionalização partiu dos dirigentes dos clubes e não dos jogadores.

Sobre esta análise cabe a observação feita por Streapco<sup>260</sup> referindo-se ao fato de que esta vertente pode ter sido construída pelos detentores do poder para mostrar a sua força, o seu controle sobre o episódio. Cita que “O tema da profissionalização das atividades no futebol era polêmica desde o início do século XX. Sua adoção era criticada por diversos setores dirigentes, que, no entanto, quando foram obrigados a adotarem-na, construíram uma tradição narrativa que apagou qualquer vestígio de participação e iniciativa dos jogadores em busca de seus direitos, acentuando o papel dos dirigentes”.

Uma série de fatores conduziram o futebol brasileiro ao profissionalismo. Se por um lado os jogadores buscavam remuneração e reconhecimento da profissão para conquistarem benefícios e melhor qualidade de vida, por outro, os dirigentes esportivos buscavam formar

---

<sup>259</sup> ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. O futebol na construção da identidade nacional: Uma análise sobre os jogos “pretos x brancos”. **Revista Brasileira de Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.47-61, 2012. p. 48 e 49.

<sup>260</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 94.

equipes fortes, conquistar títulos e ganhar dinheiro, pois o futebol tornava-se um grande negócio. Os clubes andavam mal das finanças e a questão do profissionalismo era um ponto nevrálgico<sup>261</sup>.

Importante destacar que a questão do profissionalismo no futebol foi um processo e não um fato que aconteceu do dia para a noite. Podemos citar o caso de Batatais. Segundo Zainaghi<sup>262</sup>, o goleiro do Fluminense Batatais, ao ser demitido ingressou na justiça para ter reconhecido o seu direito a indenização. Após ter vencido a causa no Tribunal Superior do Trabalho, o Supremo Tribunal Federal decretou a perda da causa por parte do atleta alegando que jogador de futebol não era um trabalhador comum. Fato este que demonstra que a estrutura do esporte e o meio que o cercava estavam em transformação.

A regulação do modo de trabalho dos atletas inserindo-os no processo trabalhista, com direitos foi um grande avanço. Os jogadores passam a ser registrados, assalariados gerando uma dinâmica de transparência nas negociações e de segurança jurídica para os atletas. E, evidentemente, a questão financeira era uma das principais preocupações que envolvia o meio esportivo na ocasião<sup>263</sup>. “Só uma coisa me preocupa: É saber se, com o futebol controlado pelo governo, nós teremos direito a “bicho””.

Por fim, é preciso destacar a importância do CND em relação a questão do profissionalismo. Conforme o jornal *Correio da Manhã*, a defesa do futebol profissional ensaiada pelos presidentes dos clubes, foi feita, não resta dúvida, pelo governo e pelo CND<sup>264</sup>. O presidente do Tribunal do Juri do Rio de Janeiro, Ary Franco, que havia sido presidente do Bangú, citou a interferência positiva do poder público no futebol<sup>265</sup>. Para Ary Franco não era mais possível, com o grau de desenvolvimento em que o país se encontrava, que não houvesse a interferência sadia dos poderes públicos. Para Franco, havia um grande esforço por parte do presidente da República e um caráter patriótico envolvido. Essa ação, segundo ele, acabará com o descaso pelo amadorismo<sup>266</sup>.

<sup>261</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1940, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1172](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1172)

<sup>262</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Direitos trabalhistas dos jogadores de futebol*. Enciclopédia jurídica da PUCSP, Tomo Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, ed. 1, 2020.

<sup>263</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1940, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1172](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1172)

<sup>264</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 out. 1943, p. 4. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17696](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17696).

<sup>265</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1941, p. 12. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6070](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6070)

<sup>266</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1941, p. 10. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19410426-21974-nac-0010-999-10-not>.

## O papel do rádio

Importante destacar o papel do rádio para a disseminação do esporte. Não há a pretensão de tergiversar sobre a iniciativa do padre Landell de Moura, muito menos sobre as suas vertentes, mas enfatizar a sua importância nesse processo de mudança. No que tange ao futebol, de forma oficial tudo começou no dia 19 de julho de 1931, quando a rádio Educadora Paulista, através do narrador Nicolau Tuma preenchia o imaginário das pessoas nas ondas de rádio transmitindo o jogo entre a seleção paulista e a seleção paranaense<sup>267268269</sup>.

O papel da rádio Nacional foi fundamental para a difusão do futebol pelo país, principalmente entre as décadas de 30 e 40. Desde encampação da rádio Nacional pelo Governo Vargas<sup>270271</sup> quando tornou-se uma ferramenta eficaz para a divulgação das atividades e políticas públicas, através de programas como a Hora do Brasil e certamente foi preponderante para a disseminação do nacionalismo imposto pelo regime Vargas. A Figura 1 apresenta uma família reunida em torno do rádio em dezembro de 1942.

O rádio também iniciou a sua penetração de forma seletiva, pois não havia fábrica nacional na época, permitindo somente que a minoria mais abastada da população adquirisse os equipamentos importados, ouvindo as transmissões através de uma linguagem requintada. A forma diferente de comunicação que não exigia um aprendizado prévio como saber ler, por exemplo, trazia informação e entretenimento. Segundo Crepaldi<sup>272</sup>, o decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932 permitiu a inserção de publicidade nas rádios, algo que efetivamente deu um grande salto para o desenvolvimento radiofônico no país, visto que até então, as poucas rádios existentes mantinham-se através de doações e mensalidades dos seus ouvintes.

Segundo Raddatz *et al.*<sup>273</sup>, no início, havia muitas dificuldades técnicas para a transmissão dos eventos esportivos, pois não existiam cabines de transmissão e a única pessoa

<sup>267</sup> FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã**, São Paulo, 21 jul. 1931, p. 9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=27095&anchor=4534096&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=f4e38b7c9c226bad4c880b036a2273dd>.

<sup>268</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 1931, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19310721-18915-nac-0006-999-6-not>.

<sup>269</sup> RADDATZ, Vera Lucia Spacil *et al.* *Op. Cit.* p. 79.

<sup>270</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1940, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19400310-21635-nac-0002-999-2-not>.

<sup>271</sup> FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 mar. 1940, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21612&anchor=5015581&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=f4e38b7c9c226bad4c880b036a2273dd>.

<sup>272</sup> CREPALDI, Daniel Damasceno **A participação da rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40. 2009.** 100 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p. 53 e 55.

<sup>273</sup> RADDATZ, Vera Lucia Spacil *et al.* *Op. Cit.* p. 83.

a entrar em cena era o narrador. A figura do comentarista esportivo surgiu somente na década de 40 e este, limitava-se a realizar os seus comentários apenas no intervalo do jogo.

Os equipamentos de transmissão eram escassos, pesados e demandavam uma estrutura e um suporte que ainda estava em desenvolvimento. Não bastassem todas as dificuldades impostas à transmissão de uma partida a céu aberto, ainda havia a desconfiança de muitos dirigentes do meio esportivo a respeito do rádio, pois acreditavam que em virtude das transmissões dos jogos o público nos estádios iria diminuir. Exemplificando esta atitude ocorreu em 1929, quando dirigentes do Botafogo e do Fluminense proibiram a rádio Club do Brasil a noticiar seus amistosos internacionais, devido a este receio<sup>274</sup>.

Segundo a professora e pesquisadora Leda Maria da Costa em entrevista para o portal Agência Brasil<sup>275</sup> em 2022,

Não era fácil de se conseguir uma linha telefônica para se fazer uma transmissão. Às vezes era necessário contar com a ajuda da vizinhança ao redor dos estádios que pudessem ceder uma linha telefônica. Enfim, a gente estava longe de ter condições razoavelmente apropriadas para transmissão em um estádio.

A disseminação das rádios como meio de comunicação de massa foi fundamental para o aumento da popularização do futebol. As ondas de rádio traziam para o imaginário do ouvinte o espetáculo que vinha sendo formado nas grandes praças esportivas, a formação dos primeiros ídolos, o sentimento de gol, o encanto das narrações. Foi justamente neste período que o futebol brasileiro passa a entender a necessidade de profissionalização, mantendo seus principais jogadores e ampliando o seu público.

### **Melhorando a estrutura do futebol**

As praças de esporte de São Paulo passaram a ficar pequenas para acompanhar a paixão do torcedor pelo futebol. As grandes rivalidades que envolviam os clubes do estado e os relevantes jogos contra equipes de fora exigiam melhores acomodações. Em 1933 o Palestra Itália (Palmeiras de hoje) acostumado a receber públicos aproximados de 30 mil pessoas providenciou uma reforma no seu estádio. E a cidade demandava um outro estádio. Além do

---

<sup>274</sup> *Ibid.* p. 83.

<sup>275</sup> MATSUKI, Edgard. Cem anos do rádio no Brasil: a relação histórica do rádio e esporte. **Agência Brasil**, 31 de agosto de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/cem-anos-do-radio-no-brasil-relacao-historica-entre-radio-e-esporte>

aumento de torcedores, a população crescia e já era composta na sua maior parte por imigrantes<sup>276</sup>.

O estádio Municipal do Pacaembú começou a ser construído em 1936, numa concepção inicial muito parecida com o estádio Olímpico de Berlim. Inicialmente, sua construção foi morosa, pois havia outras prioridades de infraestrutura a serem feitas na cidade. Até que em 1938, quando o então prefeito Prestes Maia foi indicado pelo governo Vargas para gerir a cidade de São Paulo, o projeto do estádio foi alterado e ganhou velocidade. Segundo Negreiros<sup>277</sup>, o estádio deveria, além de exibir os espetáculos esportivos, simbolizar a importância que o poder público dava as atividades físicas, através de um monumento que representava a capacidade esportiva do povo brasileiro.

Para Machado & Banchetti (2009) citado por Pedroso<sup>278</sup>, o estádio do Pacaembú foi construído sob contornos políticos estado-novistas: “Ainda que a sua construção tivesse sido proposta e, de certa forma, iniciada no ano de 1936, foi, portanto, com a implantação do Estado Novo que a obra tomou impulso. Prestes Maia, como prefeito da cidade – nomeado através da indicação do então interventor de Getúlio Vargas no estado de São Paulo, Adhemar de Barros -, fez com que o projeto inicial se revestisse de uma ideia de grandiosidade. Era a forma de se impor um modelo de governo autoritário que tinha como indispensável o apoio das massas”.

Sua inauguração ocorreu em 27 de abril de 1940 com a presença do presidente Getúlio Vargas e de diversos integrantes do poder federal, estadual e municipal. Com capacidade para 70 mil pessoas, o evento de caráter rígido e bem organizado contou com a presença de mais de 12 mil atletas, sendo recebidas delegações de vários países da América do Sul. Apenas como forma comparativa e demonstrando a pujança do estádio, Streapco<sup>279</sup> cita que a população da cidade de São Paulo na ocasião tinha pouco mais de 1 milhão de habitantes.

Naquele momento o estádio do Pacaembú, passou a ser o maior do país e o mais moderno da América do Sul<sup>280</sup>, um espaço destinado aos esportes e também para grandes manifestações políticas. Segundo o discurso de Getúlio Vargas, publicado no dia seguinte no jornal Estado de São Paulo: “As linhas sóbrias e belas da sua imponente massa de cimento e ferro, não valem, apenas, como expressão arquitetônica, vale como uma afirmação da nossa

<sup>276</sup>NEGREIROS, Plínio. José Labriola de C. O estádio do Pacaembú. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 3, n. 10, 1998. p. 1.

<sup>277</sup> *Ibid.* p. 2.

<sup>278</sup> PEDROSO, Marcos Roberto da Silva. **Institucionalização política do futebol no Estado Novo: O uso político do esporte por Getúlio Vargas**. 2023. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. p. 27.

<sup>279</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 74.

<sup>280</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1940, p. 7. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19400428-21669-nac-0007-999-7-not>.

capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do seu programa de realizações<sup>281</sup>”.

### O Governo passa a intervir

O futebol não estava na cartilha da Segunda República, porém o Programa de Reconstrução Nacional permitiu que a profissionalização no esporte fosse vislumbrada. Ainda no governo provisório de Vargas houve a sinalização de que este participaria de algum modo no processo de profissionalização. Iniciou contribuindo com recursos para a viabilização de para partidas e torneios e também para o saneamento das finanças da CBD<sup>282</sup>.

Em 1935 a “Lei Getúlio Vargas” que regulamentava a profissão dos artistas foi estendida para outros setores de diversões públicas, inclusive o futebol. Para Soares<sup>285</sup>, determinava que a censura policial aplicasse aos clubes de futebol as mesmas regras definidas para outras diversões públicas como os teatros e cinemas. Segundo Veras<sup>286</sup>, possivelmente esta foi a primeira lei a pensar na profissionalização do futebol. Os atletas só poderiam ser contratados ou negociados se fossem registrados pela censura.

Soares<sup>287</sup> relata que:

Pela regra geral do DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural aplicada ao futebol, apenas poderiam jogar os profissionais cuja ficha fosse inscrita junto à Censura e cujos contratos com os clubes seguissem o modelo-padrão. As transferências de jogadores também sofriam controle. Chegou-se esboçar uma fiscalização direta sobre a conduta disciplinar dos jogadores dentro de campo, punindo os comportamentos inadequados, mas a iniciativa não foi além de alguns casos isolados sem maior repercussão.

Esta normatização dividiu opiniões dos gestores esportivos, enfraquecendo relações entre clubes, entidades e agora, o Governo que acaba por fazer a sua primeira intervenção no esporte<sup>288</sup>.

O Governo Vargas aproveitou os espaços que vinham sendo deixados pela desorganização do futebol e indicou Luiz Aranha, um dos líderes da Aliança Liberal no sul do

<sup>281</sup> NEGREIROS, Plínio. José Labriola de C. Futebol nos anos 1930 e 1940: Construindo a identidade nacional. **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 39, p. 121-151, 2003. p. 149.

<sup>282</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 65 e 66.

<sup>285</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 68.

<sup>286</sup> VERAS, Flávia Ribeiro. *Op. Cit.* p. 68.

<sup>287</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 69.

<sup>288</sup> VERAS, Flávia Ribeiro. *Op. Cit.* p. 68.

país<sup>289</sup> e irmão de Osvaldo Aranha para comandar a Confederação Brasileira de Desportos em 1936.

Ao assumir o comando da CBD, Luiz Aranha buscava unir as forças em torno do futebol. O grupo comandado por Arnaldo Guinle que geria a Federação Brasileira de Futebol, entidade que detinha o direito de organização dos campeonatos começava a perder prestígio.

Segundo relatado pelo jornal *Correio da Manhã*, o profissionalismo no futebol brasileiro somente poderia ser implementado se fosse controlado por entidades ligadas a CBD, assunto que foi decidido em assembleia presidida por Aranha ainda em 1933<sup>290</sup>. Ou seja, havia a necessidade de um gerenciamento vindo de uma entidade superior para que a transição entre a época amadora e uma nova forma profissional de atuação fosse respeitada pelos integrantes do sistema esportivo.

A Comissão Nacional do Desporto foi instituída em 1939, mas levou dois anos para que o Decreto-Lei fosse finalizado. O objetivo daquela Comissão era de realizar um minucioso estudo dos problemas do desporto e apresentar ao Governo Federal, um plano geral da sua regulamentação, estabelecendo as bases de organização do desporto em todo o país<sup>291,292</sup>.

Então em 1941, com o Decreto nº 3.199 instituído, o CND extinguiu a FBF e deu a CBD o amplo comando do futebol nacional, incluindo a gestão da seleção brasileira e o controle e organização dos campeonatos. O próprio Luiz Aranha assumiu o comando do CND.

A indicação do nome de Luiz Aranha apresentava algumas contradições em relação a temática do profissionalismo no governo Vargas. A explicação veio através de Ribeiro & Souza<sup>293</sup> quando cita a ligação de Luiz Aranha com o Botafogo, último clube carioca a permanecer no amadorismo, após 1932, permanecendo fiel a CBD e ainda foi o responsável por mobilizar aliados de outros estados a fim de frear a Liga profissional.

Entre várias colaborações, Luiz Aranha teve um papel de destaque na participação brasileira no campeonato mundial de 1934 realizado na Itália. O Brasil passou a dar mais importância para a competição depois que a população havia vivenciado de perto o mundial de 1930 no Uruguai.

---

<sup>289</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1932, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=11180](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=11180).

<sup>290</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1933, p. 13. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17130](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17130).

<sup>291</sup> KLEIN, Rafael Belló. *Op. Cit.* p. 50.

<sup>292</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. *Op. Cit.* p. 177.

<sup>293</sup> *Ibid.* p. 168.

Getúlio Vargas citou a importância e a responsabilidade que o nosso selecionado teria ao representar-nos naquela Copa de 1934. Além do desempenho esportivo, a delegação carregava consigo a bagagem do dever cívico e da projeção do país no cenário externo. O jornal *Correio da Manhã* citou esta importância e o compromisso do governo no intuito de encaminhar recursos financeiros para a Confederação Brasileira de Desportos<sup>294</sup>.

A partir daquele momento, o governo federal começou a participar de forma mais ativa dos assuntos da seleção. Antes de viajarem para a Europa, a delegação brasileira, atletas e a comissão técnica, foram recepcionados no palácio Guanabara e se despediram do presidente da República<sup>295</sup>.

Segundo Streapco<sup>296</sup>, com o surgimento do CND todos os clubes foram atrelados de alguma maneira ao Governo Federal. Cita a presença de integrantes do governo Vargas nos clubes como o coronel Adalberto Mendes no Palestra de São Paulo, homem importante na troca de nome para Sociedade Esportiva Palmeiras em 1942<sup>297</sup>, o coronel Porfírio da Paz no São Paulo, autor do hino do clube<sup>298</sup>, o tenente Oberdan no Corinthians, o médico e coronel Francisco de Paula Soares Neto<sup>299</sup> no Britânia do Paraná e o major Antônio Couto Pereira que foi presidente do Coritiba entre o final dos anos 20 e durante a década de 30<sup>300</sup>.

Durante o governo Vargas, Getúlio Vargas Filho foi presidente, embora por um pequeno período, da Federação Paulista de Futebol<sup>301302</sup>. O sobrinho do presidente, Manoel Vargas Neto, também foi uma pessoa atuante no mundo político do futebol. Entre 1942 e 1950 foi presidente

<sup>294</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 maio 1934, p. 10. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=21959](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=21959).

<sup>295</sup> *Ibid.* p. 10

<sup>296</sup> STREAPCO, João Paulo França. *Op. Cit.* p. 120.

<sup>297</sup> FOLHA DA NOITE. *Folha da Noite*, São Paulo, 15 set. 1942, p. 9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=35017&anchor=242923&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=95db4360aed4396ffd24d8daf8aa6f88>.

<sup>298</sup> SPFCPÉDIA. José Porfírio da Paz. *SPFCpédia*, 20 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.spfcpedia.com/2009/08/jose-porfirio-da-paz.html>

<sup>299</sup> MUHM. Francisco de Paula Soares Neto. *Muhm*, s/d. Disponível em: <https://www.muham.org.br/biografiasmedicas/biografia/1436>

<sup>300</sup> GAZETA DO POVO. Quem foram Couto Pereira, Durival Britto e Joaquim Américo? *Gazeta do Povo*, 10 de março de 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/campeonato-paranaense/quem-foram-coutopereira-durival-britto-e-joaquimamerico-conheca-ctysdvw9qoxoqr097hv63x0yr/>

<sup>301</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 5 fev. 1943, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19430205-22520-nac-0006-999-6-not>.

<sup>302</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1943, p. 7. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14990](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14990).

da Federação Metropolitana de Futebol no Rio de Janeiro<sup>303</sup> e membro do Conselho Nacional de Desportos.

Com a instauração do Estado Novo as políticas estatais se concretizaram de forma mais direta, sobretudo nos esportes e no futebol, conforme cita Gomes<sup>305</sup>. O Estado passa a fomentar a prática da educação física como forma de “construção da nação a partir do melhoramento do corpo da população brasileira e da disciplinarização para o trabalho”<sup>306</sup>.

Pedroso<sup>307</sup> citando Drumond (2009) relata que no governo Vargas o esporte era o meio de ligação entre a juventude e o Estado:

A ligação do Estado com a juventude, através do esporte, tinha como um dos seus objetivos a de formar o “novo homem nacional”, através da educação física, moral, cívica e eugênica. A nova “raça brasileira” idealizada pelos intelectuais estado-novistas era representada por esses jovens sadios. Desta forma o regime se apresentava como produtor de uma nova estirpe de brasileiros, de uma raça bem constituída, forte e perseverante. Em um período no qual a própria ideia da formação e da identidade do povo brasileiro estava sendo redefinida, acreditava-se que o Estado teria papel fundamental em moldar a nova geração de brasileiros, transformando-os na base de um país a progredir.

A educação física assumiu uma importância jamais vista no sistema educacional nacional. Ainda em 1937 foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde e em 1939 da Escola Nacional de Educação Física e Desportos<sup>308</sup>. Este enfoque se deve muito as Olimpíadas de Berlim em 1936. Citado por Negreiros<sup>309</sup> “o adestramento físico da forma em combinação com os novos conceitos sobre a saúde do povo, o ponto de partida para a formação de uma geração mais forte e melhor”.

Luiz Aranha descreveu o significado do desporto voltado a educação para o Governo<sup>310</sup>: “O desporto bem orientado não é só uma escola de cultura física, mas é sobretudo uma escola de civismo. Desde meninos, os atletas aprendem a defender com ardor as cores de sua bandeira e esse sentimento vai se aprimorando até que aprendem a empregá-lo na defesa de sua própria

<sup>303</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 09 set. 1943, p. 5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380615-21072-nac-0009-999-9-not>.

<sup>305</sup> GOMES, Eduardo de Souza (2016). *Op. Cit.* p. 188.

<sup>306</sup> NEGREIROS, Plínio. José Labriola de C. (1998). *Op. Cit.* p. 2.

<sup>307</sup> PEDROSO, Marcos Roberto da Silva. *Op. Cit.* p. 11.

<sup>308</sup> MOSKO, Jackson Fernando; CAPRARO, André Mendes; MOSKO, José Carlos. O Estado Novo (1937-1945) e a educação física; Doutrinando corpos no exercício do poder. **EFDportes.com. Revista digital**, Buenos Aires, ano 15, n. 143, 2010. p. 1.

<sup>309</sup> NEGREIROS, Plínio. José Labriola de C. Berlim – 1936 e a disciplinarização dos esportes no Brasil – parte 2. **Ludopédio**, São Paulo, v. 116, n. 6, 2019. p. 10.

<sup>310</sup> FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã**, 16 abr. 1941, p. 11. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21949&anchor=158625&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=caa69d7fda1d7ba005f28bbe4e0d0237>.

pátria, quer colaborando pelo trabalho, quer entregando-se na defesa de seu país nas horas trágicas de luta”.

O futebol adequava-se perfeitamente neste pensamento e o Governo de Getúlio Vargas soube se apropriar do esporte símbolo de saúde e de vigor. O futebol passou a ser encarado como símbolo de identidade nacional e um instrumento das suas políticas públicas.

A entrada em vigor do Estado Novo em 1937 coincidia com o momento de transição entre o amadorismo e o profissionalismo do futebol. Embora 1933 tenha sido o marco da mudança, as transformações foram lentas. A política de integração nacional, de igualdade de raças, confrontava com a realidade dos campos de futebol e o Governo aproveitou para enquadrar o futebol dentro do discurso de um país unificado, de democracia racial, que buscava a construção da identidade brasileira com o encontro de três raças, os brancos europeus, os negros africanos e os indígenas americanos. Neste sentido é que passa a ser construída a ideia de que os atletas negros possuem um diferencial, o gingado, ao contrário dos europeus<sup>311</sup>.

Segundo Silva<sup>312</sup>, para legitimar as suas ações, o Estado Novo buscava construir uma nação moderna e indivisível. E para conquistar esta união, proibições e perseguições foram feitas aos imigrantes, principalmente através de proibições sociais e culturais. Com isso o esporte também sofreu interferências com a normatização da prática esportiva e o controle ideológico do Estado sobre o esporte.

Sobre a intervenção do Estado no esporte cabe ressaltar o problema ocorrido nas Olimpíadas de 1936 em Berlim. O desempenho brasileiro foi vexatório com número de zero medalhas conquistadas. A delegação brasileira chegou ao cúmulo de ter duas delegações enviadas, pois a Confederação Brasileira de Desportos e a Federação Brasileira de Futebol não se entendiam. Segundo Negreiros<sup>313</sup>, o presidente Getúlio Vargas passou a se preocupar com o destino do esporte brasileiro. A imprensa que defendia que o governo não deveria interferir no esporte, passa a entender a atitude do presidente em resolver a questão imposta.

Foi o fracasso nas Olimpíadas de 1936 que gerou um movimento, iniciado no Rio de Janeiro, através de clubes como o Flamengo e Fluminense que reivindicaram a criação de entidades individualizadas para controlar cada esporte. Dentre um dos principais defensores do “Movimento das Especializadas” estava Arnaldo Guinle, presidente do Comitê Olímpico da época<sup>314</sup>.

---

<sup>311</sup> GOMES, Eduardo de Souza. (2016a). *Op. Cit.* p. 102.

<sup>312</sup> SILVA, Laís Laureana da Cruz. *Op. Cit.* p. 30.

<sup>313</sup> NEGREIROS, Plínio. José Labriola de C. (2019). *Op. Cit.* p. 7.

<sup>314</sup> CRUZ, Lucas Lopez da. *Op. Cit.* p. 10.

Para Klein<sup>320</sup>, a Confederação Brasileira de Desportos e seus representantes estaduais eram responsáveis, além do futebol, por outras modalidades como o remo, atletismo e o tênis. Guinle defendia que cada modalidade fosse gerida por uma entidade especializada. Então por iniciativa dos presidentes do América (membro da Liga Carioca de Foot-Ball, ligado a FBF) e do Vasco da Gama (membro da Federação Metropolitana de Desportos, ligado a CBD) foi proposto a reunificação do futebol carioca, quando seria formada a Liga de Foot-Ball do Rio de Janeiro<sup>321</sup>.

A contribuição do Governo se deu também para clubes e Federações de menor relevância no contexto nacional. Esse reconhecimento ficou estampado na menção do governador do estado do Espírito Santo, João Punaro Bley, ao destacar o compromisso do Governo para o desenvolvimento do esporte local<sup>322</sup>: “De 1931 a esta parte, os clubes espiritosantenses obtiveram auxílios, que já somaram um total de quase mil contos”.

Impulsionados pelo movimento de pacificação ocorrido no Rio de Janeiro, Grêmio e Internacional decidiram, finalmente, em 1937 pela adesão a Liga Especializada, voltada ao profissionalismo no futebol e opositora da CBD, acarretando na sua não participação das finais dos campeonatos gaúchos de 1937, 1938 e 1939. Os dois clubes abandonaram o campeonato vigente na cidade e criaram o campeonato Citadino Especializado, onde foram acompanhados pela maioria dos clubes. Os dois clubes que não acompanharam a mudança foram o Americano e o Fuss-Ball que acabaram por encerrar as suas atividades em 1941 e 1944. O que provou que o caminho do profissionalismo não tinha mais volta.

O Estado Novo de Getúlio Vargas encampou em 1940 a rádio Nacional, uma rádio privada fundada em 1936, tornando-a rádio oficial do Brasil<sup>323</sup>. O Governo aproveitou a popularidade do futebol para incorporá-lo a programação do rádio, disseminando-o para todo o território nacional, através das transmissões esportivas que estavam em pleno desenvolvimento.

O Flamengo, clube historicamente de raiz elitista e conservadora, foi um dos últimos clubes a aderir ao profissionalismo. Somente na década de 30 que o Flamengo passou pelo processo de reinvenção dos símbolos que permitiram a superação dos valores racistas e elitistas que norteavam as ações do clube<sup>324</sup>. A popularização do Flamengo deu-se somente após 1933,

<sup>320</sup> KLEIN, Rafael Belló. *Op. Cit.* p. 43.

<sup>321</sup> *Ibid.* p. 44.

<sup>322</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 nov. 1936, p. 10. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%201933&pesq=&pagfis=36697](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%201933&pesq=&pagfis=36697).

<sup>323</sup> CREPALDI, Daniel Damasceno. *Op. Cit.* p. 16.

<sup>324</sup> COUTINHO, Renato Soares. **Um Flamengo grande, um Brasil maior: O Clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)**. 2013. 196 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 27.

com o advento do profissionalismo. A partir de 1936 passou a contar com a divulgação de suas atividades pelo Jornal dos Sports de propriedade do jornalista Mário Filho, irmão do escritor e jornalista Néelson Rodrigues, era muito amigo do presidente do Flamengo.

Segundo Coutinho<sup>325</sup>, com a aquisição do jornal, Mário Filho começou a dar enfoque para o futebol e o seu jornal passa a ser o primeiro a defender abertamente o profissionalismo e a inserção de atletas de origem humilde nos clubes do Rio de Janeiro.

Naquele momento, os comandantes do Flamengo conseguiram captar com exatidão qual era a política do governo Vargas e a que ele se propunha: O nacionalismo. Segundo Gomes<sup>326</sup>, “[...] a partir do mandato do presidente José Bastos Padilha (1933-1936) o Flamengo adotou um discurso muito similar ao do governo Varguista no período, relacionando o clube aos ideais de nacionalização”.

Ao remeter os discursos do clube ao nacionalismo, com a pauta de inclusão social, consequentemente, o Flamengo passou a angariar novos admiradores e sócios. Nem todos os simpatizantes do Flamengo admiravam essa política, no entanto, boa parte passou a concordar com as atitudes da direção. O clube apoiou-se no Governo e passou a contribuir para as políticas de Vargas. Dentre elas destacou-se a iniciativa do Flamengo que em 1936, numa partida contra o Fluminense, no estádio das Laranjeiras, de imprimir 10 mil panfletos com a letra do hino nacional para que seus atletas e os torcedores simbolizassem o nacionalismo perante a presença do presidente Getúlio Vargas<sup>327</sup>.

Conforme Coutinho<sup>328</sup>,

A torcida do Flamengo reuniu-se em torno do maior projeto de propaganda política já organizado no Brasil: O nacionalismo trabalhista” e mais “a nação “rubro-negra” e a nação “brasileira trabalhista” compartilharam e fidelizaram em grande parte os mesmos adeptos e por motivos muito semelhantes.

Este tipo de ação era exatamente o que almejava a política Getulista. Segundo Silva<sup>329</sup>, o nacionalismo estava intrínseco na gestão Vargas e o futebol era uma excelente ferramenta para a divulgação de suas políticas.

Tamanha foi a importância que o governo federal deu para aquela Copa do mundo da França em 1938 que a filha do presidente da República e também sua secretária particular,

---

<sup>325</sup> *Ibid.* p. 39.

<sup>326</sup> GOMES, Eduardo de Souza. (2016a). *Op. Cit.* p. 105.

<sup>327</sup> COUTINHO, Renato Soares. *Op. Cit.* p. 40.

<sup>328</sup> *Ibid.* p. 142.

<sup>329</sup> SILVA, Laís Laureana da Cruz. *Op. Cit.* p. 29.

Alzira Vargas foi escolhida como a madrinha do time brasileiro<sup>330331</sup>. Alzira esteve muito engajada enviando felicitações a delegação e telegramas aos craques<sup>332333</sup>. O telegrama de Alzira Vargas entusiasmou os jogadores da seleção<sup>334</sup> “Confiante na vitória do campeonato, envio-vos meus cumprimentos entusiasmados pela magnífica afirmação esportiva de hoje”.

O governo destinou um maior aporte de recursos para o nosso selecionado. O presidente da CBD, Luiz Aranha, mencionou que os jogadores convocados iriam receber um valor de 1:000\$000 por mês, uma ajuda de custo com valores que ainda não estavam definidos e diárias que poderiam variar de 10 a 20 francos dependendo da localidade em que o selecionado estivesse. Além do mais, todos os jogadores seriam cobertos por um seguro e, em caso de sucesso, chegando a grande final da competição, ainda seriam recompensados com uma premiação extra. Os custos relativos às passagens da delegação ficariam por conta do governo federal, conforme havia sido prometido pelo presidente Getúlio Vargas<sup>336</sup>.

Naquela competição o Brasil conquistou o terceiro lugar e o bom desempenho dos atletas foi associado à prosperidade e ao desenvolvimento do país. O governo brasileiro soube se aproximar da seleção brasileira, deixando o presidente Vargas mais popular, mesmo em um regime ditatorial, fazendo uso das propagandas oficiais<sup>337</sup>.

Lembra Soares<sup>338</sup> que ao estabelecer os critérios para a escolha do elenco de jogadores, o presidente da CBD Luiz Aranha deixou claro que somente jogadores disciplinados seriam convocados “disciplina acima de tudo”. Política alinhada com os objetivos governamentais.

Após as Copas mundiais de 1934 e 1938, o Brasil passou a interessar-se em ser o protagonista do evento e disposto a sediar a Copa seguinte. No entanto, as edições de 1942 e 1946 não foram realizadas em virtude da Segunda Guerra Mundial. Somente após a guerra que a FIFA resolveu retomar a disputa da competição estabelecendo o ano de 1949 para a realização

---

<sup>330</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 1 jun. 1938, p. 7. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46546](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46546).

<sup>331</sup> *Ibid.* p. 32.

<sup>332</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 17 jun. 1938, p. 14. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46851](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46851).

<sup>333</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 15 jun. 1938, p. 16. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pagfis=46787](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=46787).

<sup>334</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 15 jun. 1938, p. 9. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380615-21072-nac-0009-999-9-not>.

<sup>336</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 16 mar. 1938, p. 12. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=45297](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=45297).

<sup>337</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 76.

<sup>338</sup> *Ibid.* p. 116.

da próxima Copa. O Brasil candidatou-se e, aproveitando-se da condição econômica de muitos países europeus ainda fragilizados, o país foi contemplado. Vargas negociou entre 1946 e 1947 a construção de um grande estádio para o estado do Rio de Janeiro, a fim de receber o evento que acabou sendo adiado para 1950.

Os presidentes de alguns grandes clubes, os de “Primeira Categoria” reconheceram o esforço do Governo no sentido de impulsionar o esporte e também pela importante contribuição que este estava dando para a execução dos projetos de construção do estádio municipal e nacional. Esses dirigentes foram ao palácio do Catete para agradecer ao presidente da República. Na ocasião, Vargas salientou o papel dos esportes na vida nacional e disse que estava sensibilizado em saber que os clubes estavam satisfeitos com a orientação do poder público em relação às ações e atividades esportivas<sup>339</sup>.

### **O uso político dos estádios**

A partir daquele momento o governo de Getúlio Vargas passou a utilizar ainda mais o esporte como forma de divulgação de suas políticas e soube fazer um bom uso dos estádios de futebol.

Conforme Pedroso<sup>340</sup> citando Machado & Banchetti (2009, pg. 82) referindo-se a utilização de estádios de Rio de Janeiro e São Paulo como palco para as atividades políticas do Governo em datas oficiais: “Assumiam destaque entre as datas nacionais comemoradas como grandes eventos festivos coordenados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desde sua criação, no ano de 1939, o Dia do Trabalho (1º de maio), o aniversário de Vargas (19 de abril), o aniversário do Estado Novo (10 de novembro) e os festejos da Independência celebrados durante a semana da pátria (setembro). Em tais oportunidades, o futebol serviria como ponte entre os espetáculos organizados pelo Estado Novo e o cotidiano da população nas duas principais capitais do país: Rio de Janeiro e São Paulo”.

Lembram Ribeiro & Souza<sup>341</sup> que o uso do futebol, através de entidades esportivas para fins políticos e “caça de votos” não era algo novo e mencionam que no Paraná no início da década de 20, grupos distintos do Partido Republicano Paranaense disputavam o controle da ASP - Associação Sportiva Paranaense.

---

<sup>339</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 27 out. 1943, p. 5. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17965](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17965).

<sup>340</sup> PEDROSO, Marcos Roberto da Silva. *Op. Cit.* p. 26.

<sup>341</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. *Op. Cit.* p. 170.

O presidente Getúlio Vargas utilizou o estádio São Januário do Vasco da Gama em seis oportunidades para as festividades do dia do trabalho. Em 1940, 1941 quando anunciou a criação da Justiça do Trabalho, em 1945, 1951 e 1952. Em 1942, o presidente não participou, pois havia se acidentado<sup>342</sup>.

O estádio de São Januário estava localizado no Rio de Janeiro sede do governo, em um bairro humilde, com uma capacidade de público estimada em 60 mil pessoas e pertencia ao Vasco da Gama, conhecido pela sua luta inclusiva e como um clube popular. Além disso, o governo Vargas, aliou o fato do bom desempenho da equipe vascaína no período, através do “Expresso da Vitória”, a melhor equipe já montada pelo clube em sua história e que conquistou cerca de 40 títulos entre disputas de campeonatos, torneios, taças, durante os anos de 1944 e 1953.

Em 1940 o presidente Vargas lotou o estádio<sup>343</sup> São Januário para anunciar, no dia 1º de maio, dia do trabalho, a criação do salário mínimo, através do Decreto nº 2162. Os números relativos à presença de público são inconsistentes, 30 mil, 40 mil pessoas. O fato é que o estádio estava lotado para assistirem os desfiles, o hino nacional e, logicamente, o discurso do presidente da República. O esforço foi grande para o sucesso do evento, com a disponibilização de ônibus e bondes gratuitos, assim como a entrada franca<sup>344</sup>. O jornal Correio da Manhã menciona que “quando foram abertos os portões do estádio, a massa popular o invadiu, enchendo-o completamente<sup>345</sup>”. Como enredo inicial, o presidente da República chegou em seu carro presidencial ao som do hino nacional. Após o discurso do ministro do trabalho, Vargas proferiu o seu e depois, assinou o decreto instituindo o valor do salário mínimo para todo o território nacional<sup>346</sup>.

Em 1941 Vargas declarou nas festividades, a instalação do Ministério da Justiça do Trabalho. O estádio do Vasco recebeu mais de 30 mil pessoas e foi palco do desfile de “atletas operários”, constituindo a nova visão do condicionamento físico e do preparo educacional dos

---

<sup>342</sup> NETVASCO. Ao contrário do que se acredita, CLT não foi promulgada em São Januário. **NETVASCO**, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.netvasco.com.br/n/127201/ao-contrario-do-que-se-acredita-clt-nao-foi-promulgada-em-sao-januario>

<sup>343</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 1 maio 1940, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1407](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1407)

<sup>344</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 77.

<sup>345</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 3 maio 1940, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1419](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1419)

<sup>346</sup> FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã**, 3 maio 1940, p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21656&anchor=179827&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=b5115952b09bc2088a9ecb56d79b9b37>.

trabalhadores. Após, houve uma apresentação dos operários da fábrica do exército de Itajubá e ainda, uma exibição da escola de educação física do 3º regimento de infantaria de São Gonçalo<sup>347</sup>. A solenidade terminou com a execução do hino nacional e com uma partida de futebol organizada pela Liga de Futebol do Rio de Janeiro<sup>348</sup>. O evento foi considerado um dos maiores acontecimentos realizados no dia do trabalho, segundo o jornal Folha da Manhã<sup>349</sup>.

Em 1942 o presidente Vargas não participou do desfile, pois acabou acidentando-se de carro indo para o evento<sup>350</sup>. A Figura 2 mostra o retrato do presidente sendo apresentado para o público presente no estádio no evento do dia primeiro de maio.

Em 1943 o presidente proferiu o seu discurso no dia do trabalhador direto da Esplanada do Castelo. Nesta solenidade muitos cartazes foram apresentados pelos trabalhadores como “A festa do trabalhador é a festa da nacionalidade”, “Vargas é nosso exemplo de trabalho e patriotismo” e “Saudamos no nosso presidente o incentivador do progresso do Brasil”. Antes da fala do presidente ouviu-se o hino da Independência e muitas salvas de palmas<sup>351</sup>. Naquela ocasião foi estabelecido o Decreto nº 5452 a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, onde foram apresentados os direitos do esportista.

Apenas como reparo histórico, muitos portais e documentos relatam que a CLT foi sancionada pelo presidente Vargas no estádio São Januário, conforme Soares<sup>353</sup>. No entanto, conforme cita NETVASCO<sup>354</sup>, a participação do presidente Vargas se deu na Esplanada do Castelo no centro do Rio de Janeiro, como referido e diante de 100 mil pessoas.

Em 1944, Getúlio Vargas assistiu a uma partida no estádio do Pacaembú entre as equipes do Vasco da Gama e do São Paulo. Segundo citou o jornal Estado de São Paulo “A entrada será franqueada ao público e os portões serão abertos mais cedo para que a massa de povo possa ir

<sup>347</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 3 maio 1940, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1419](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1419)

<sup>348</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 1 maio 1941, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6163](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6163)

<sup>349</sup> FOLHA DA MANHÃ. Folha da Manhã, 3 maio 1941, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21963&anchor=180856&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=8b6b55b1d9653c54770f3f6a89a9b11a>.

<sup>350</sup> A NOITE. **A Noite**, 2 maio 1942, p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14751](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14751).

<sup>351</sup> FOLHA DA MANHÃ. Folha da Manhã, 2 maio 1943, p. 3. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=22575&anchor=220151&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3dd71538193c3acd65ec65f95a45ac0b>.

<sup>353</sup> SOARES, Jorge Miguel Acosta. *Op. Cit.* p. 78.

<sup>354</sup> NETVASCO. *Op. Cit.*

aplaudir o presidente Getúlio Vargas<sup>355</sup>. Naquele mesmo ano, o presidente optou por fazer pela primeira vez seus discursos fora da capital e para uma grande multidão<sup>356</sup>.

Segundo o jornal Estado de São Paulo, as festividades relacionadas ao 1º de maio foram as de maior expressão já realizadas no Brasil até então com aproximadamente 100 mil pessoas no estádio<sup>357,358</sup>. Muita vibração patriótica e de intenso civismo foram constatadas na festividade<sup>359</sup>. Naquele dia, além dos discursos proferidos pelo presidente da República, pelo interventor do estado de São Paulo Fernando Costa e por alguns ministros, ocorreu um desfile artístico e também jogos de futebol. O jornal Estado de São Paulo<sup>360</sup> deu destaque para o fato de “As torcidas do Corinthians e do São Paulo, no seu uniforme branco, destacavam-se sobre o fundo escuro da multidão”.

Novamente, para atrair mais público o transporte foi gratuito e houve a distribuição de alimentos no interior do estádio. A escolha pela praça paulista foi para atender os anseios de mais de meio milhão de trabalhadores.

Ainda em relação ao ano de 1944, no seu aniversário, Getúlio Vargas realizou uma série de inaugurações e participou no estádio do Fluminense, as Laranjeiras, da solenidade de inauguração dos VI jogos universitários brasileiros, evento que era promovido pela entidade máxima dos desportos em sua homenagem<sup>361</sup>.

Vargas voltaria ao estádio São Januário para as festividades de 1º de maio de 1945, ano em que o regime de Governo do presidente e Getúlio estava chegando ao fim e com o processo eleitoral em andamento. Naquele dia o presidente proferiu o seu discurso, em tom de despedida, após os desfiles de trabalhadores, escoteiros e dos times de futebol dos sindicatos<sup>362</sup>. Ao retornar

<sup>355</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. O Estado de São Paulo, 30 abr. 1944, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19440430-22893-nac-0012-999-12-not>.

<sup>356</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 2 maio 1944, p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20497](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20497).

<sup>357</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 3 maio 1944, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19440503-22894-nac-0001-999-1-not>.

<sup>358</sup> *Ibid.* p.5

<sup>359</sup> FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã**, 3 maio 1944, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=22878&anchor=236067&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=dcf2922a3adc12a00516d8bbb9dcfe52>.

<sup>360</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 3 maio 1944, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19440503-22894-nac-0001-999-1-not>.

<sup>361</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 20 abr. 1944, p. 14. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20328](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20328).

<sup>362</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 3 maio 1945, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=25793](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=25793).

a presidência da República, Vargas ainda compareceu ao estádio no mesmo ano em 1951<sup>363</sup> e por fim, em 1952<sup>364</sup>.

No ano de 1952, a popularidade de Vargas já estava em baixa. O relato do momento político do governo foi registrado pelo jornal Estado de São Paulo desta forma<sup>365</sup>: “O discurso do chefe do governo no estádio do Vasco da Gama foi ouvido com extrema frieza. A multidão que acudiu àquela praça de esportes para assistir às homenagens aos campeões brasileiros de futebol e as partidas sensacionais desse esporte e de bola ao cesto, mostrou-se interessada exclusivamente por esses pontos do programa”. Ainda: “Mas na saída, a impopularidade do senhor Getúlio Vargas se tornou mais patente ainda e mais chocante o expediente de apelar para o prestígio do futebol. O carro presidencial começou a mover-se muito lentamente pelo campo em meio ao silêncio geral. Então, alguém determinou que os campeões sul-americanos de futebol acompanhassem o chefe de governo até fora de campo. Vieram os craques no cortejo e então a assistência prorrompeu numa estrondosa salva de palmas. Palmas iniludivelmente para os campeões!”. A Figura 3 apresenta o presidente entregando uma medalha ao jogador da seleção brasileira Nilton Santos e a Figura 4 mostra Getúlio Vargas dando a volta Olímpica em carro aberto.

O estádio de São Januário ainda foi utilizado para o encerramento do Congresso Nacional da Educação em 1935 e local escolhido para os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro entre 1943 a 1945, com destaque especial para o desfile de 1943, o “Carnal da Guerra”, promovido com o esforço da primeira-dama Darcy Vargas.

O Governo utilizava-se das datas comemorativas para fazer publicidade de suas ações. A data comemorativa ao Estado Novo também serviu de marco para a realização de vários feitos por parte do governo. Em especial em 1941, no quarto aniversário da nova constituição foi inaugurada a avenida Getúlio Vargas, além de uma série de inaugurações que se sucederam ao longo do dia como a colocação da pedra fundamental do Instituto de Resseguros do Brasil, a inauguração da sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões da Estiva e a inauguração da Vila

---

<sup>363</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 3 maio 1951, p. 3 e 7. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9137](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9137) e [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9132](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9132)

<sup>364</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 3 maio 1952, p. 8. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16950](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16950)

<sup>365</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 05 mai. 1953, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19520503-23610-nac-0003-999-3-not>

Dez de Novembro na Ilha do Governador<sup>366</sup>. O mesmo aconteceu em 1942<sup>367</sup>. No ano de 1944 foi promulgada a nova lei de acidentes de trabalho<sup>368</sup>.

---

<sup>366</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 11 nov. 1941, p. 2 e 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9361](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9361) e [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9362](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9362).

<sup>367</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 11 nov. 1942, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14140](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14140).

<sup>368</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, 11 nov. 1944, p. 1 e 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23315](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23315) e [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23317](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23317).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo identificar o impacto da regulamentação das profissões durante o governo Vargas no processo de profissionalização dos atletas do futebol brasileiro. A estrutura do estudo foi elaborada em três partes: a análise do governo Vargas e da regulamentação trabalhista; o estudo do futebol brasileiro e sua evolução; e a influência do governo Vargas no processo evolutivo do futebol nacional.

A primeira parte abordou a Era Vargas com especial atenção ao período entre 1930 e 1945, analisando as transformações trabalhistas, mediante a transformação da política econômica do país, a concepção dos sindicatos e a evolução da regulamentação das profissões ao longo do período, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho, implementada em 1943, tornando-se um documento importante de unificação das normas e leis que regulavam as relações entre empregados, empregadores e o governo. Foi dentro desse contexto que o futebol brasileiro foi inserido de forma progressiva no sistema trabalhista.

Na segunda parte, por meio de uma análise histórica, foi possível compreender o ambiente e o contexto em que o futebol estava inserido antes de Getúlio Vargas chegar ao poder e sua evolução ao longo do período estudado. A partir da chegada dos imigrantes e da posterior migração interna para os grandes centros, devido à industrialização, o Brasil passou por profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. O futebol não ficou de fora dessa transição, que, inicialmente voltado à elite, passou a ser praticado também pelas classes excluídas, gerando debates sociais e acarretando uma forte resistência por parte da elite conservadora. No intuito de contornar essa problemática inicial, foram criadas ligas paralelas em diversas regiões do país para que os jogadores negros e pobres pudessem praticar o futebol.

Na terceira parte, analisou-se o papel do governo Vargas na estruturação e profissionalização do futebol e a importância que o governo deu ao esporte como meio de instrumentalização e disseminação de suas políticas. No início do governo, o futebol não era uma prioridade, mas o envolvimento da sociedade em torno do esporte, o ambiente esportivo desestruturado, o advento da Copa do Mundo de 1930 e a Olimpíada de Berlim em 1936 impulsionaram as atitudes do governo, demonstrando que o futebol poderia ser uma importante ferramenta de integração social e construção da identidade nacional. De forma gradual, o governo passou a inserir-se no ambiente esportivo e a intervir diretamente, por meio de apoio à CBD e à seleção brasileira, assim como incluir dirigentes ligados ao governo e parentes nas entidades e clubes.

A regulamentação das profissões iniciou-se em 1930 com a categoria dos advogados e se estendeu ao longo dos anos por diversas categorias profissionais, até 1945, quando os médicos foram incluídos. O futebol entrou nesse processo em 1935, quando a Lei dos Artistas incluiu os jogadores como entes profissionais integrantes do setor de diversões públicas.

A criação do Conselho Nacional de Desportos ensejou, entre outras ações, a extinção da Federação Brasileira de Futebol, dando à Confederação Brasileira de Desportos o controle definitivo do futebol nacional sob o comando de Luiz Aranha, indicado por Getúlio Vargas. Aos poucos, o governo ia moldando o esporte de acordo com os seus interesses, contribuindo para a organização de competições e incentivando a criação de ligas e o fortalecimento das federações estaduais.

No meio esportivo, é preciso destacar o efeito “Vasco da Gama” no processo de ruptura do status social vigente com a inclusão de negros e pobres no futebol. Como foi destacado ao longo da dissertação, poucos eram os jogadores negros e pobres que faziam parte do meio esportivo, e, quando participavam, era de forma simulada como funcionários de fábricas e remunerados indiretamente, por meio de benefícios que não eram pecuniários. As ocasiões especiais retratavam o país de interesses. Isso ocorreu especificamente com Arthur Friedenreich, que ora jogava pela equipe dos negros, ora pela dos brancos, e servia à seleção brasileira dependendo da conveniência.

Em 1923, o Vasco da Gama conquistou o título de futebol do Rio de Janeiro com um time formado por jogadores negros e humildes, demonstrando que a profissionalização era um caminho a ser perseguido. Além disso, inovou fora de campo, dando estrutura profissional para os atletas treinarem e, mais, remunerou-os financeiramente. Os regulamentos proibitivos da época afastaram o Vasco da Gama dos demais clubes de elite por um tempo; no entanto, o fato deixou um marco profundo no futebol brasileiro. A dimensão daquele sucesso foi ampliada com a difusão do rádio, que passou a ser transmitido em 1922, embora a primeira transmissão esportiva tenha ocorrido apenas em 1931.

Enquanto o futebol nacional teimava em adaptar-se a uma nova realidade, a profissionalização dos atletas já era uma realidade na Europa desde 1924. O sucesso da Argentina e do Uruguai na Copa de 1930, no Uruguai, fez com que os clubes europeus voltassem sua atenção para a América do Sul, garimpando talentos para reforçarem suas equipes. Esse movimento acarretou uma rápida profissionalização nesses dois países para que não perdessem seus melhores atletas.

O Brasil tardou a entender esse processo de mudança e apenas em janeiro de 1933 o Rio de Janeiro, por meio da Liga Carioca, aderiu ao profissionalismo, mesmo com a resistência de

diversos clubes de elite. Em março do mesmo ano, a Associação Paulista seguiu o mesmo caminho para não perder seus talentos para o estado vizinho. Em maio, Minas Gerais adotou o mesmo procedimento. Já o Rio Grande do Sul, outro importante ente do esporte nacional, teimou em alterar sua estrutura, efetivando a mudança para o profissionalismo somente em 1937.

Além de contribuir de forma efetiva para a profissionalização do futebol, o governo Vargas participou de forma ativa no desenvolvimento estrutural do esporte, por meio da concepção do estádio do Pacaembu, iniciado em 1936 e inspirado no estádio Olímpico de Berlim. Posteriormente, o governo apoiou a construção do estádio Maracanã, depois de conquistar o direito de sediar a Copa do Mundo de 1950.

Por fim, é importante destacar que a transição do amadorismo para o profissionalismo foi um processo gradual e resultante de diversos fatores, tanto esportivos quanto políticos, conforme relatado ao longo desta dissertação. De um lado, um conjunto de fatores conspirava para a mudança no cenário esportivo, como a desorganização do futebol brasileiro, a exclusão de negros e pobres e o amadorismo no esporte. De outro lado, havia um novo governo que trazia para si a intervenção do Estado e que, por meio da regulamentação das profissões, adentrou de forma significativa no ambiente esportivo.

A profissionalização dos atletas foi determinante para a regulação das condições de trabalho no esporte, contribuiu indiretamente, mas de forma significativa, para a inserção de negros e pobres no futebol e permitiu o desenvolvimento mais rápido do esporte. Esse fortalecimento do futebol nacional foi importante para que o governo Vargas utilizasse o esporte e sua popularidade para disseminar suas políticas e, conseqüentemente, consolidasse a identidade nacional.

Espera-se que este estudo contribua para novas pesquisas sobre a temática futebol e a política brasileira, possibilitando uma melhor compreensão das dinâmicas históricas e contemporâneas que envolvem o esporte.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. O futebol na construção da identidade nacional: Uma análise sobre os jogos “pretos x brancos”. **Revista Brasileira de Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.47-61, 2012.

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2014.

A FEDERAÇÃO. **A Federação**, Porto Alegre, 5 set. 1903, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14512>.

\_\_\_\_\_. **A Federação**, Porto Alegre, 8 set. 1903, p. 1 e 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14516>  
e  
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14517>.

\_\_\_\_\_. **A Federação**, Porto Alegre, 4 mar. 1904, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=15104>.

\_\_\_\_\_. **A Federação**, Porto Alegre, 10 mar. 1905, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=16335>.

ANJOS, Jose Luiz. Futebol no Sul: História da organização e resistência étnica. **Pensar a Prática**, v. 10, n. 1. 2007.

A NOITE. **A Noite**, 2 maio 1942, p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14751](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14751).

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. O voto de saias: A Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

BALBINOT, Camile. **CLT - Fundamentos Ideológico-Políticos: Fascista ou Liberal – Democracia?** TRT4, s/d. p. 7. Disponível em: [https://www.trt4.jus.br/portais/media/431809/Camile\\_Balbinot.pdf](https://www.trt4.jus.br/portais/media/431809/Camile_Balbinot.pdf)

BATISTA, Marlon Sérgio Soares. **História e educação: O papel do professor na Era Vargas (1930-1945)**. 2021. 62 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: A cruzada nacional a educação. **História da Educação**, v. 15, n. 33, p.170-180, 2011.

BREDA, Thiago Santini. **Jogadores trabalhadores: O processo de profissionalização do futebol (Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. 1931 – 1938)**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BUENO, Rodrigo. Escocês quer tirar de Miller paternidade do futebol no Brasil. **Folha de São Paulo**, 26 de março de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2603201113.htm>

BULCÃO, Lúcia Grando; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 469-487, 2007.

CALDAS, Waldenyr. Aspectos sócio políticos do futebol brasileiro. **Revista USP**, n. 22, p. 40-49, 1994.

CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: Controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, 2006.

CAMPOS, André Gambier. **Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2024.

CARVALHO, Marcelo. **Inserção e racismo: O negro no futebol brasileiro**. Observatório Racial, 2015.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas Brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, ano 3, ed. 7, 2008.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1932, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=11180](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=11180).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 25 jun. 1933, p. 13. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17130](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17130).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 12 maio 1934, p. 10. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=21959](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=21959).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 6 nov. 1936, p. 10. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=36697](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=36697).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 16 mar. 1938, p. 12. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=45297](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=45297).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 1 jun. 1938, p. 7. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46546](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46546).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 27 out. 1943, p. 5. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17965](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17965).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 15 jun. 1938, p. 16. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pagfis=46787](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=46787).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 17 jun. 1938, p. 14. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46851](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=46851).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 12 abr. 1940, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1172](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1172).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 1 maio 1940, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1407](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1407).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 3 maio 1940, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1419](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1419).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 24 abr. 1941, p. 12. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6070](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6070).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 1 maio 1941, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6163](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=6163).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 11 nov. 1941, p. 2 e 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9361](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9361)  
e  
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9362](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9362).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 11 nov. 1942, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14140](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14140).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 22 jan. 1943, p. 7. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14990](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=14990).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 6 out. 1943, p. 4. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17696](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17696).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 20 abr. 1944, p. 14. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20328](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20328).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 2 maio 1944, p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20497](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=20497).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 11 nov. 1944, p. 1 e 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23315](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23315) e [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23317](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=23317).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 3 maio 1945, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=25793](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=25793).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 3 maio 1951, p. 3 e 7. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9137](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9137) e [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9132](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=9132).

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, 3 maio 1952, p. 8. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16950](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16950)

COUTINHO, Renato Soares. **Um Flamengo grande, um Brasil maior: O Clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)**. 2013. 196 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CREPALDI, Daniel Damasceno **A participação da rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CRUZ, Lucas Lopez da. **Conflitos no futebol gaúcho: Federação Riograndense de Desportos versus Clubes**. 2012. 17 f. Artigo (Especialização) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DANTAS, Marina de Mattos. **Cartografias de um campo invisível: Os anônimos jogadores do futebol brasileiro**. 2017. 252 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

DANTAS, Marina de Mattos; SILVA, Roberta Pereira. Gradim 1,2,3: O anonimato do homem negro no futebol. **Ludopédio**, São Paulo, v. 144, n. 4, 2021.

DAOU, Marcos. **Das práticas de esporte com bola à configuração do futebol na sociedade contemporânea**. 2007. 82 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. V.1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã**, São Paulo, 21 jul. 1931, p. 9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=27095&anchor=4534096&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=7ffe15a3f69df73a34c78e22a4af6280>.

\_\_\_\_\_. **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 mar. 1940, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21612&anchor=5015581&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=f4e38b7c9c226bad4c880b036a2273dd>.

\_\_\_\_\_. **Folha da Manhã**, 3 maio 1940, p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21656&anchor=179827&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=b5115952b09bc2088a9ecb56d79b9b37>.

\_\_\_\_\_. **Folha da Manhã**, 16 abr. 1941, p. 11. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21949&anchor=158625&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=caa69d7fda1d7ba005f28bbe4e0d0237>.

\_\_\_\_\_. **Folha da Manhã**, 3 maio 1941, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21963&anchor=180856&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=8b6b55b1d9653c54770f3f6a89a9b11a>.

\_\_\_\_\_. **Folha da Manhã**, 2 maio 1943, p. 3. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=22575&anchor=220151&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3dd71538193c3acd65ec65f95a45ac0b>.

\_\_\_\_\_. **Folha da Manhã**, 3 maio 1944, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=22878&anchor=236067&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=dcf2922a3adc12a00516d8bbb9dcfe52>

FOLHA DA NOITE. **Folha da Noite**, São Paulo, 15 set. 1942, p. 9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=35017&anchor=242923&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=95db4360aed4396ffd24d8daf8aa6f88>.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 1991, p. J-6. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=11215&keyword=Essenfelder&anchor=4090848&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=d6cedc5b936711e94a8f6b319969b4ef>.

FRITSCH, Winston. 1922: A crise econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, p.3-8, 1993.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **O futebol brasileiro, 1894 a 2013: Uma bibliografia**. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

GAVAZZI, Matteo. O primeiro Clube de São Paulo. **Estadão**, 29 de janeiro de 2018. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/emails/arqui-achados/spac-o-primeiro-club-de-sao-paulo/?srsltid=AfmBOorbiBeeHl3P6CjCaRjIQF0YCZMyeBV\\_sVL-adrzndDW42r6QYS](https://www.estadao.com.br/emails/arqui-achados/spac-o-primeiro-club-de-sao-paulo/?srsltid=AfmBOorbiBeeHl3P6CjCaRjIQF0YCZMyeBV_sVL-adrzndDW42r6QYS)

GAZETA DO POVO. Fritz, o primeiro ídolo coritibano. **Gazeta do Povo**, 12 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/coritiba/espaciais/eternos-campeoes/fritz-o-primeiro-idolo-coritibano-2i491437wy8y331q3o1h6eczy/>.

\_\_\_\_\_. Quem foram Couto Pereira, Durival Britto e Joaquim Américo? **Gazeta do Povo**, 10 de março de 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/campeonato-paranaense/quem-foram-coutopereira-durival-britto-e-joaquimamerico-conheca-ctysdvw9qoxoqr097hv63x0yr/>

GOMES, Ângela Maris de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

\_\_\_\_\_. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Eduardo de Souza. O olhar político para o futebol em seu período de profissionalização: Um estudo comparado dos casos do Brasil (1933-1941) e da Colômbia (1948-1954). **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 1, p. 78-93, janeiro 2016.

\_\_\_\_\_. Respeitável público: Espetacularização e popularização do futebol profissional no Rio de Janeiro (1933-1941). **Fulia**, UFMG, v.1, n. 1, 2016.

GUIMARÃES, Arthur Silveira. **Além das quatro linhas: Estudo sobre a trajetória profissional de jovens atletas do futebol**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Paz e Terra, 1988.

JEUKEN, Bruno. Esporte na primeira República: A história do espetáculo. **Revista História**, São Paulo, n. 176, 2017.

KLEIN, Rafael Belló. **O profissionalismo imoral e a pacificação necessária: Imprensa, futebol e política na “crise das especializadas” no Rio Grande do Sul (1937-1938)**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LAGE, Marcus Vinícius. Aspectos sociológicos da profissionalização do futebol em Belo horizonte nas décadas de 1920 e 1930. **Esporte e Sociedade**, ano 9, n. 23, 2014.

LICHT, Henrique. **Ciclismo no Rio Grande do Sul (1869-1905)**. Porto Alegre: Centro de memória do esporte, 2002.

LOPES, Lucas Salgueiro. Francisco Carregal: A trajetória de um pioneiro negro em um clube de football no Rio de Janeiro. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.1-16, 2020.

LUZ, Alex Faverzani; SANTIN, Janaína Rigo. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. **História**, v. 29, n. 2, 2010.

MACHADO, Maria Helena. **Os médicos e a participação na vida político-sindical**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. A exclusão revelada: O negro no futebol pelotense, através da fotografia (1910-1938). II Encontro Internacional Fronteiras e Identidades. Pelotas, **Anais...**, v. 1, 2014.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. Futebol e exclusão social no pós-abolição em Pelotas. ANPUH, Rio Grande do Sul: História, verdade e ética. UNISINOS, São Leopoldo, **Anais...**, 2014.

MALAIÁ, João Manuel. O processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro: dos subúrbios à Zona Sul. A inserção dos negros, mestiços e brancos pobres na economia da Capital Federal (1914-1923). **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 13, p. 125-155, 2008.

MATSUKI, Edgard. Cem anos do rádio no Brasil: a relação histórica do rádio e esporte. **Agência Brasil**, 31 de agosto de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/cem-anos-do-radio-no-brasil-relacao-historica-entre-radio-e-esporte>

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, ano 9, p. 179-188, 1999.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Sílvio Ricardo da; ALABARCES, Pablo Alejandro. Influências da Argentina no advento do profissionalismo brasileiro: Uma análise da revista El Gráfico e do jornal dos Sports (1930-1933). **Movimento**, v. 28, e28016, 2022.

MAZZUCHELLI, Frederico. A Crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos**, v. 82, 2008.

MORAES, Ronaldo Dreissig. **O ciclismo nos clubes de Porto Alegre/RS: Entre o passado e o presente**. 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MÓSCA, Hugo Motta Bacêllo. **Fatores institucionais e organizacionais que afetam a profissionalização da gestão do departamento de futebol dos clubes**. 2006. 189 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOSKO, Jackson Fernando; CAPRARO, André Mendes; MOSKO, José Carlos. O Estado Novo (1937-1945) e a educação física; Doutrinando corpos no exercício do poder. **EFDportes.com. Revista digital**, Buenos Aires, ano 15, n. 143, 2010.

MUHM. Francisco de Paula Soares Neto. **Muhm**, s/d. Disponível em: <https://www.muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia/1436>

NEGREIROS, Plínio. José Labriola de C. O estádio do Pacaembú. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 3, n. 10, 1998.

\_\_\_\_\_. José Labriola de C. Futebol nos anos 1930 e 1940: Construindo a identidade nacional. **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 39, p. 121-151, 2003.

\_\_\_\_\_. José Labriola de C. Berlim – 1936 e a disciplinarização dos esportes no Brasil – parte 2. **Ludopédio**, São Paulo, v. 116, n. 6, 2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1905, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19050313-9597-nac-0002-999-2-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, 9 jul. 1908, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19080709-10804-nac-0003-999-3-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 1916, p. 10. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19160623-13695-nac-0010-999-10-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1916, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19160925-13789-nac-0006-999-6-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 maio 1919, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19190530-14757-nac-0003-999-3-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 1931, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19310721-18915-nac-0006-999-6-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, 15 jun. 1938, p. 9. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380615-21072-nac-0009-999-9-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1940, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19400310-21635-nac-0002-999-2-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1940, p. 7. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19400428-21669-nac-0007-999-7-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1941, p. 10. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19410426-21974-nac-0010-999-10-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 fev. 1943, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19430205-22520-nac-0006-999-6-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, 09 set. 1943, p. 5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380615-21072-nac-0009-999-9-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, 30 abr. 1944, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19440430-22893-nac-0012-999-12-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, 3 maio 1944, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19440503-22894-nac-0001-999-1-not>.

\_\_\_\_\_. **O Estado de São Paulo**, 05 mai. 1953, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19520503-23610-nac-0003-999-3-not>

OLIVEIRA, Alex Fernandes. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 4, n. 13, p.170-174, 2012.

OLIVEIRA, Rachel de Barros. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: Uma leitura sobre o emprego doméstico. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2009.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: Importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 313-343, julho-dezembro, 2012.

PEDROSO, Marcos Roberto da Silva. **Institucionalização política do futebol no Estado Novo**: O uso político do esporte por Getúlio Vargas. 2023. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

PELÁEZ, Carlos Manoel. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 22, n. 1, 1968.

PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. O turfe em Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Aspectos históricos de uma prática cultural esportiva. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, n. 150, ano 15, 2010.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). 1998. 387 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil; LOPEZ, Debora Cristina; KISHNHEVSKY, Marcelo; ZUCOLOTO, Valci. **Rádio no Brasil**: 100 anos de história em (re)construção. Unijuí: Coleção Linguagens, 2020.

RIBEIRO, David de Aguiar. **Federação Rio Grandense de Desportos**: Conflitos com clubes de futebol. 2011. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 160-181, 2021.

RIGO, Luiz Carlos. **Memórias de um futebol de fronteira**. 2001. 245 f. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2001..

RIVITI, Thiago Garcia. **Futebol brasileiro na atualidade**: História, cultura e profissionalização. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Assis, 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. V.1. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSENFELD, Luis. **Revolução conservadora**: Genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução Vascaína**: A profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. 501 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, João Manuel Malaia; DRUMOND, Maurício; MELO, Victor Andrade. Celebrando a nação nos gramados: O campeonato Sul-Americano de futebol de 1922. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 57, p. 151-174, 2012.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge. Quando a fábrica cria o clube: O processo de organização do Bangú Athletic Club (1910). Recorde: **Revista de História do Esporte**, v. 6, n. 1, p.1-19, 2013.

SCHWARCZ, Lila Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: Uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Carolina Fernandes. **O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**: Mosaico de identidades culturais no longo século XIX. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Laís Laureana da Cruz. **Busca do nacionalismo por meio do esporte**: O futebol utilizado como instrumento de fortalecimento da nação brasileira na era Vargas. 2011. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SILVA, Matheus dos Santos. O futebol como forma de ascensão social do negro no início do século XX: O Rio de Janeiro e o C.R. Vasco da Gama. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 13, n. 52, p. 88-110, 2021.

SILVA, Otávio Pinto. **A Revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil**. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 95, 2000.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. **Justiça desportiva**: O Estado Novo entra em campo (1941-1945). 2015. 294 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOARES, Ricardo Santos. **O Foot-Ball de todos**: Uma história social do futebol de Porto Alegre, 1903 – 1918. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOUZA, Dominique Guimarães; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabriano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das Universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 5, 2019. p. 1

SOUZA, Elysandra Caroline Alves. A história do futebol no Brasil: Apontamentos acerca da periodização historiográfica. I Simpósio internacional de estudos sobre futebol. 15 pg. Universidade Federal do Paraná, São Paulo, **Anais...**, 2010.

SPFCPÉDIA. José Porfino da Paz. **SPFCpédia**, 20 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.spfcpedia.com/2009/08/jose-porfirio-da-paz.html>

STREAPCO, João Paulo França. **Cego é aquele que só vê a bola. O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistanas:** S.C. Corinthians Paulista, S.E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942). 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TARDES DE PACAEMBU. Arthur Friedenreich... o astro de cabelo camuflado. **Tardes de Pacaembu**, 19 de maio de 2013. Disponível em: <https://tardesdepacaembu.wordpress.com/2013/05/19/friedenreich-tigre-artilheiro-e-revolucionario/>.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: Greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p.497-518, 2017.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. O corporativismo dualista: Conselhos profissionais e sindicatos no Brasil, 1930-1964. **Estudos Íbero-Americanos**, v. 42, n. 2, p.471-499, 2016.

\_\_\_\_\_. Advogados e corporativismo de classe média no Brasil pós-1930. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p.506-525, 2016<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **O corporativismo bifronte:** Representação de interesses e regulamentação profissional no governo Vargas (1930-1945). Sítio do Governo Federal, 2018.

VERAS, Flávia Ribeiro. **Tablado e palanque:** A formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945). 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio de Janeiro e São Paulo no início do século. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, p. 576-596, 1993.

VICENTINI, Willian Roberto. Apontamentos para a história da educação: A educação profissional e superior no Brasil da era Vargas. **Cadernos Zysmunt Bauman**, v. 11, n. 27, p.134-150, 2021.

VOSER, Rogério da Cunha. **Futebol:** História, técnica e treino de goleiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

WOLTER, Roberto Henrique. O ensino superior na Era Vargas. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p.131-142, 2016.

YAMANDU, Walter; GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Profissionalismo “marrom” do futebol e a imprensa paulista (1920-1930). **Record: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 2, p.1-13, 2012.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Direitos trabalhistas dos jogadores de futebol.** Enciclopédia jurídica da PUCSP, Tomo Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, ed. 1, 2020.

## ANEXO 1 – Fotografias



Figura 1 - Família ouvindo rádio. Dezembro de 1942. Fonte: Arquivo Nacional.



Figura 2 - A figura de Getúlio no dia do trabalhador. 01/05/1942. Fonte: Arquivo Nacional.

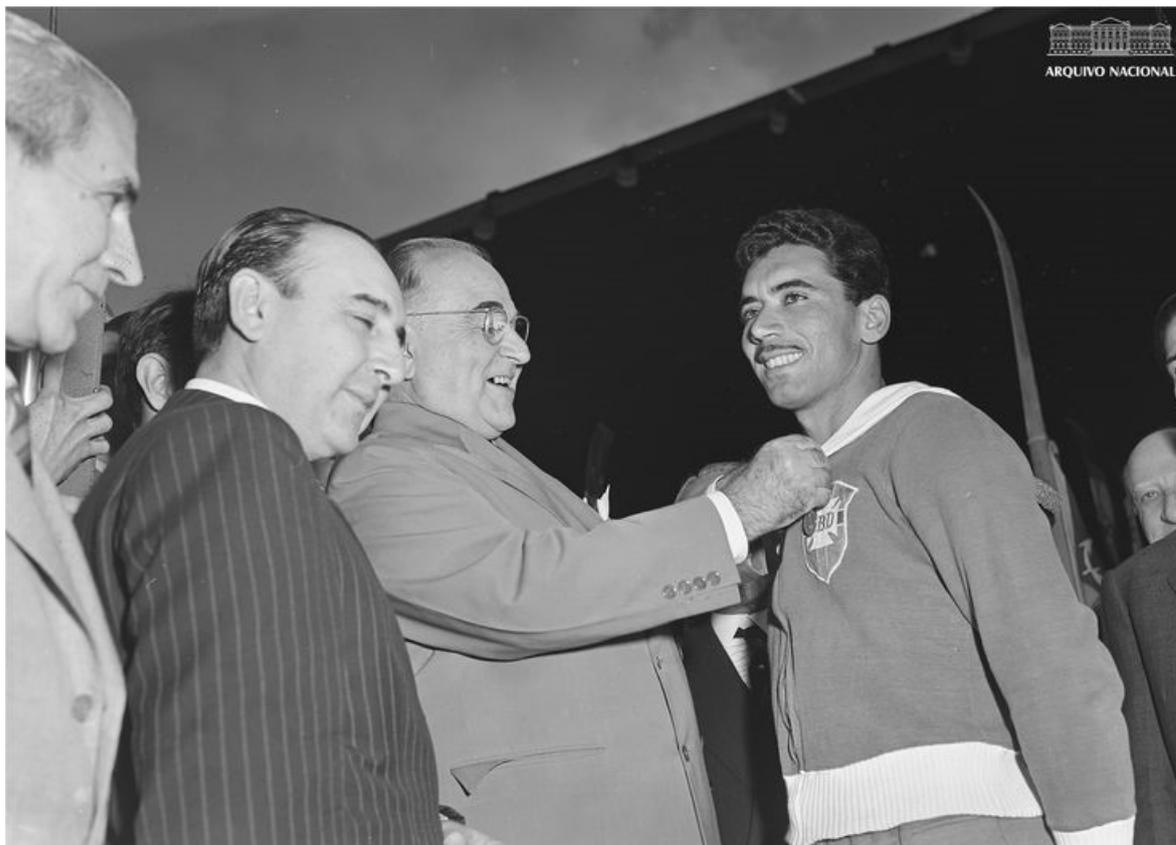


Figura 3 - Homenagem a Nilton Santos. 01/05/1952. Fonte: Arquivo Nacional.



Figura 4 - Desfile de Getúlio. 01/05/1952 – Arquivo Nacional.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)